

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO

AS REPRESENTAÇÕES DO MOVIMENTO SUFRAGISTA NO JORNAL *ESTADO DE MINAS* (1928 - 1932)

Lauriane Vasconcelos Braga Dias

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**AS REPRESENTAÇÕES DO MOVIMENTO SUFRAGISTA NO JORNAL
ESTADO DE MINAS (1928 - 1932)**

LAURIANE VASCONCELOS BRAGA DIAS

Sob a Orientação da Professora

Luciana Mendes Gadelman

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção de grau de **Mestre(a) em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001 This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

Seropédica, RJ
Junho de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D 541r Dias, Lauriane Vasconcelos Braga, 1995-
 As representações do movimento sufragista no jornal
 Estado de Minas (1928 - 1932) / Lauriane Vasconcelos
 Braga Dias. - Belo Horizonte, 2024.
 118 f.

Orientadora: Luciana Mendes Gadelman.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA,
2024.

1. Sufrágio feminino. 2. Voto. 3. Cidadania. 4.
Minas Gerais. 5. Jornal "Estado de Minas". I. Mendes
Gadelman, Luciana , 1973-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. CURSO DE PÓS
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO N° 510 / 2024 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.032923/2024-39

Seropédica-RJ, 10 de julho de 2024.

Nome do(a) discente: LAURIANE VASCONCELOS BRAGA DIAS

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 08 de julho de 2024

Banca Examinadora:

Dra. MÔNICA KARAWEJCZYK, OUTRO Examinadora Externa à Instituição

Dra. MARGARETH DE ALMEIDA GONCALVES, UFRRJ Examinadora Interna

Dra. LUCIANA MENDES GANDELMAN, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 10/07/2024 09:32)
LUCIANA MENDES GANDELMAN
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 1718370

(Assinado digitalmente em 10/07/2024 18:26)
MARGARETH DE ALMEIDA GONCALVES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 386989

(Assinado digitalmente em 10/07/2024 15:53)
MÔNICA KARAWEJCZYK
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 579.883.310-00

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **510**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **10/07/2024** e o código de verificação: **fa539fd4fa**

Aos meus avós...

AGRADECIMENTOS

Pensei muito sobre o que agradecer e a quem agradecer, já que sempre tive a sorte de ser rodeada por pessoas maravilhosas. Mas, refletindo, cheguei à conclusão de que não poderia deixar de agradecer as grandes mulheres que se fazem presentes na minha vida. Afinal, este trabalho é justamente sobre elas, sobre aquelas que lutaram e incentivaram para que eu pudesse estar aqui hoje, escrevendo essa dissertação.

Primeiramente, gostaria de dedicar um agradecimento especial à minha avó, Terezinha. Sua presença constante como minha maior incentivadora, amiga e exemplo de bondade e determinação foram fundamentais para que eu pudesse trilhar este caminho até aqui. Sua força incontestável e amor incondicional são fontes eternas de inspiração.

À tia Miriam, mesmo não estando fisicamente presente para testemunhar esta conquista, sua presença e apoio ao longo dos anos foram essenciais para o meu crescimento pessoal e acadêmico. Sua ajuda, carinho e alegria iluminaram os dias mais desafiadores desta jornada.

À tia Clélia, minha admirada inspiração, agradeço por ser um exemplo de coragem e resiliência diante das adversidades. Sua determinação em mudar sua vida através da educação e sua inabalável postura diante das barreiras da vida me ensinaram valiosas lições de perseverança.

À minha sogra, cuja presença ao longo dos anos se tornou uma fonte constante de inspiração, amizade e apoio, expresso minha mais profunda gratidão. Sua alegria contagiante, força e inteligência me motivaram a seguir em frente, mesmo nos momentos de dúvida e desafio.

À Valéria, por seus sábios conselhos, caloroso carinho e apoio incondicional ao longo desta jornada, meu mais sincero agradecimento.

À minha querida amiga Nathália, obrigada por compartilhar as alegrias e desafios dessa jornada acadêmica. Certamente, sem você, eu enlouqueceria!

À minha orientadora, que por dois anos, entre projetos de pesquisa, sabiamente me orientou. Contribuiu para o meu amadurecimento enquanto aluna e desenvolvimento dentro da Universidade. Obrigado pela confiança e por cada ato de ensinar.

Às professoras membros da banca de qualificação, Prof. Dra. Mônica Karawejczyk e Prof. Dra. Gláucia Fraccaro pelos pertinentes apontamentos que engrandeceram esse estudo e por toda paciência e compreensão.

Por fim, agradeço a todas aquelas que sabiamente lutaram para que hoje eu pudesse estar aqui. Mestra em História.

RESUMO

DIAS, Lauriane Vasconcelos Braga. **As representações do movimento sufragista no jornal *Estado de Minas* (1928 - 1932).** 2024. 118p. Dissertação (Mestrado em História, Relações de Cultura e Poder). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

Esta dissertação investiga a participação das mulheres mineiras no movimento sufragista, concentrando-se nas representações desse movimento na imprensa local, particularmente no jornal *Estado de Minas*, entre 1928 e 1932. Com o objetivo de preencher a lacuna existente na historiografia sobre o sufrágio feminino em Minas Gerais, o estudo busca identificar as militantes mineiras e analisar como suas reivindicações foram retratadas pela mídia da época. Utilizando a imprensa como fonte histórica, a pesquisa revela o papel do jornalismo na construção de memórias e imaginários sociais, contribuindo para uma compreensão mais ampla e inclusiva da luta das mulheres brasileiras pelos direitos políticos.

Palavras-chave: Sufrágio feminino, Voto, Cidadania, Minas Gerais, Jornal Estado de Minas.

ABSTRACT

DIAS, Lauriane Vasconcelos Braga. **The Representations of the Suffragist Movement in the Estado de Minas Newspaper (1928 - 1932)**. 2024. 118 pages. Dissertation (Masters Science in History, Culture and Power Relations). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

This dissertation investigates the participation of women from Minas Gerais in the suffragist movement, focusing on the representations of this movement in the local press, particularly in the newspaper Estado de Minas, between 1928 and 1932. Aiming to fill the existing gap in historiography about female suffrage in Minas Gerais, the study seeks to identify the Minas Gerais activists and analyze how their demands were portrayed by the media at the time. Using the press as a historical source, the research reveals the role of journalism in the construction of memories and social imaginaries, contributing to a broader and more inclusive understanding of Brazilian women's struggle for political rights.

Keyword: Female suffrage, Vote, Citizenship, Minas Gerais, Newspaper Estado de Minas.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1- Avenida João Pinheiro, 1920.....	40
Figura 2 - Cabeçalho do jornal.....	40
Figura 3 - Equipamentos gráficos do jornal <i>Estado de Minas</i>	42
Figura 4 - Expediente do jornal <i>Estado de Minas</i>	42
Figura 5 - Diagramação do jornal.....	43
Figura 6 - Domingueiras edípicas.....	44
Figura 7 - Novas seções aos domingos.....	45
Figura 8 - Página com anúncios.....	46
Figura 9 - Avenida Affonso Penna em 1930.....	47
Figura 10 - Mudança de proprietário do jornal	50
Figura 11 - Propagandista do feminismo	58
Figura 12 - Feminismo.....	62
Figura 13 - Dra. Mietta Santiago.....	63
Figura 14 - Minas foi o primeiro Estado a conceder o voto feminino.....	67
Figura 15 - A primeira eleitora de Pintanguy - MG.....	68
Figura 16 - A primeira eleitora de Cabo Verde - MG.....	68
Figura 17 - Voto feminino em Uberabinha - MG.....	69
Figura 18 - O feminismo em Minas.....	70
Figura 19 - O voto feminino em Minas.....	71
Figura 20 - Pela educação da mulher brasileira.....	74
Figura 21 - A propósito do sufrágio feminino.....	77
Figura 22 - Cecy Gontijo.....	82
Figura 23 - A sociedade brasileira e a mulher - Equívoco lamentável.....	86
Figura 24 - Elvira Komel - 1928.....	89
Figura 25 - Batalhão Feminino João Pessoa.....	91
Figura 26 - Ecos do Batalhão Feminino João Pessoa no Rio de Janeiro.....	93
Figura 27 - I Congresso Feminino Mineiro.....	95
Figura 28 - Como a mulher mineira encara o actual movimento feminista.....	99
Figura 29 - Berenice Martins Prates.....	101
Figura 30 - Maria Rita Burnier.....	102
Figura 31 - Maria Emilia preparando para voar no avião “Borboleta Azul”.....	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fases da imprensa em Minas Gerais.....	33
Quadro 2 - Lista de gerentes do jornal <i>Estado de Minas</i>	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Capítulo 1.....	20
A imprensa mineira nas primeiras décadas do século xx: o caso do Estado de Minas ...	20
1.1 Teoria e metodologia: o uso da imprensa periódica na História.....	21
1.2 A Imprensa brasileira na Primeira República: da política aos conglomerados jornalísticos.....	29
1.2.1 História da Imprensa Mineira: dos primórdios a grande imprensa.....	32
1.3 “Estado de Minas”: o grande jornal dos mineiros	37
Capítulo 2.....	52
Entre o público e o privado: o debate acerca do sufrágio feminino	52
2.1 As Minas nas urnas: a trajetória do sufrágio feminino mineiro no jornal Estado de Minas - 1928 a 1930.....	57
2.1.1 A propósito do sufrágio feminino: uma perspectiva mineira.....	76
Capítulo 3.....	88
Lutas e repercussões sobre o voto feminino em Minas Gerais	88
3.1 Elvira Komel e a contribuição do Batalhão João Pessoa: Histórias de Resiliência e Ativismo.....	88
3.2 Entre tradição e transformação: as impressões da “mulher mineira” sobre o movimento sufragista em 1932	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
FONTES.....	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111
APÊNDICE.....	117

INTRODUÇÃO

A conquista do direito ao voto feminino marca um momento crucial na História das Mulheres¹, não apenas no Brasil, mas também em todo o mundo. Contudo, a história do movimento sufragista feminino no país ainda é consideravelmente menos explorada em comparação às realizações políticas dos homens. Isso se deve, em parte, ao fato de que a abordagem histórica predominante permaneceu centrada nas esferas do poder político e da vida pública, espaços que historicamente foram dominados por homens e fortemente influenciados por normas de gênero masculinas.² Isso, no entanto, não implica que as mulheres não estivessem ativas ou não tivessem influência nesses cenários. A narrativa histórica tradicional tendia a retratar as mulheres como personagens secundárias, relegando-as a papéis de figurantes. Como afirma Perrot, "no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues"³.

Após o surgimento da Escola dos Annales, em 1929, houve um aumento significativo na quantidade de pesquisas dedicadas à História das Mulheres, esse crescimento se deu principalmente pela inclusão das mulheres nos domínios acadêmicos e profissionais. Estes estudos não se limitaram apenas a integrar o elemento feminino às narrativas históricas, mas também ampliaram consideravelmente o leque de temas de pesquisa, resultando assim em uma reconfiguração profunda tanto da historiografia quanto da prática da história em si⁴. Mônica Karawejczyk ressalta que a própria história do movimento sufragista feminino brasileiro só despertou interesse em alguns pesquisadores a partir do final da década de 1960, devido ao movimento feminista e às novas possibilidades de métodos de análises a partir da Nova História Cultural⁵.

¹A expressão "história das mulheres" utilizada neste material abrange e reflete diversas correntes e concepções que existem neste campo historiográfico, desde seu significado original até as abordagens teóricas dos estudos feministas e da história de gênero. Não atribuímos uma conotação específica a nenhuma das correntes mencionadas. É justamente devido à sua multiplicidade de correntes e abordagens que a História das Mulheres se estabelece de forma sólida no cenário epistemológico contemporâneo. Para um debate sobre o conceito: SOIHET, Rachel. A História das Mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Revista Gênero**. Niterói, vol. 2, n. 1, 2001, p 7-30.

²PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005, p. 34.

³PERROT, Michele. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**. Vol.9 N. 18. Pág. 01. Ago/Set 1989.

⁴Ibidem, Vol.9 N. 18. Pág. 09. Ago/Set 1989.

⁵KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)**. 2013. Porto Alegre. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2013, p.13.

Todavia, ao realizar um levantamento bibliográfico no portal de teses e dissertações da CAPES e no Google Acadêmico, constata-se que a produção acadêmica sobre o sufrágio feminino no Brasil é limitada, ainda que esteja em franca expansão. Isso nos leva a concluir que as pesquisas científicas relacionadas ao sufrágio feminino no país ainda estão em estágio intermediário de desenvolvimento, especialmente quando levamos em consideração as diversas realidades regionais e os contextos micro-históricos que caracterizam cada Estado.

A historiografia brasileira sobre o sufrágio feminino tem avançado significativamente nas últimas décadas, expandindo-se para além do tradicional eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Pesquisas aprofundadas de autores como Marcelo Melo da Silva, Larissa Almeida Custódio e Jória Motta Scolforo, têm lançado luz sobre as diversas nuances e particularidades das lutas femininas em várias regiões do país. Essas obras destacam a multiplicidade de vozes e experiências que compuseram o movimento sufragista brasileiro, refletindo a riqueza e a complexidade desse processo histórico⁶.

No entanto, ao examinar a contribuição específica de Minas Gerais para o movimento sufragista, percebe-se uma lacuna significativa na literatura. Apesar do reconhecimento da importância das lutas femininas em outras regiões, a participação das mineiras na construção da cidadania feminina e na luta pelos direitos políticos ainda carece de estudos mais aprofundados.

Foram identificados um número muito reduzido de trabalhos que discutem o voto feminino em Minas Gerais. Dentre eles estão: a dissertação de Kelly Cristina do Nascimento, *Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira (1873-1932)*⁷, e a obra de Miriam Moreira Leite *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*⁸, que não trata exclusivamente da questão do movimento sufragista em Minas Gerais, mas aborda uma figura mineira que teve participação nesse processo.

A história das mulheres em Minas Gerais, especialmente no contexto do sufrágio feminino, permanece sub-representada na historiografia nacional. Isso se dá apesar de Minas Gerais ter sido palco de importantes movimentos sociais e políticos ao longo do século XX.

⁶ SILVA, Marcelo Melo da. **Votar é preciso : os movimentos feministas em Recife e a construção do eleitorado feminino (1931-1934)**. 2016. 123 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.; SILVA, Larissa Almeida Custódio da. **Feminismos de primeira onda no Ceará: paradoxos e possibilidades a partir das disputas pelo voto feminino na imprensa (1900-1933)**. 2019. 153f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2019. Motta Scolforo, J. (2021). O voto feminino e a conquista de direitos na imprensa capixaba. *Revista Do Arquivo Público Do Estado Do Espírito Santo*.

⁷NASCIMENTO, Kelly Cristina: "**"Entre A Mulher Ideal E A Mulher Moderna: Representações Femininas Na Imprensa Mineira - 1873-1932**". Belo Horizonte - MG, 2006.

⁸ LEITE, Miriam Moreira. **Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. São Paulo.

A escassez de referências ao contexto mineiro limita a compreensão completa da trajetória do sufrágio feminino no Brasil, uma vez que exclui contribuições cruciais de um estado com rica história de ativismo e participação política feminina. Logo, venho por meio deste estudo propor uma maior visibilidade à participação das mineiras na luta pelo sufrágio feminino, buscando sanar essas lacunas ainda existentes dentro da historiografia nacional sobre a emancipação feminina e suas conquistas políticas. Portanto, procuro me distanciar de qualquer apontamento reducionista diante de um assunto tão discutido e ainda pouco percebido, a partir da sua pluralidade e complexidade de vastas vivências femininas, fazendo com que o campo de estudo das mulheres, seja um campo fértil para a interdisciplinaridade e abordagens históricas.

No campo teórico-metodológico decidimos dialogar com a Nova História Cultural, que nos permite analisar as fontes a partir de dois eixos, sendo eles, o conceito de gênero defendido por Joan Scott⁹ e o conceito de práticas e representações consagradas nos estudos de Roger Chartier¹⁰ e Pierre Bourdieu¹¹.

Em uma pesquisa que se propõe a analisar as representações das mulheres através da imprensa, num contexto em que o debate a respeito da emancipação feminina está à frente das discussões, é imprescindível refletirmos sobre o conceito de gênero.

Compreender o conceito de gênero é essencial para a análise das relações sociais, uma vez que possibilita o entendimento de como é feita a atribuição dos papéis e características do masculino e feminino em processos de socialização e como esses encargos produzem hierarquias de poder e exclusões. Portanto, as questões relacionadas ao tema estão presentes em todo o processo de subjetivação dos indivíduos, e as características de gênero, discursivamente constitutivas dos mesmos, são os elementos que proporcionam as orientações para definir quais funções e papéis carecem e podem assumir nas relações sociais.

Nesse sentido, em relação a conceitualização dessa pesquisa dentro dos parâmetros de gênero, como já destacado, utilizaremos o conceito de Joan Scott. Quanto ao conceito utilizado pela autora, podemos dividir em duas partes. A primeira podemos entender gênero como uma forma de constituição de relações sociais de poder e de dominação, que é baseada a partir das diferenças percebidas entre os sexos. A segunda, defende que gênero é uma forma

⁹ SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife, SOS corpo, 1990.

¹⁰ CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa, Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 9^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

de significar as relações de poder¹².

Segundo Scott, o gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”¹³. Essas diferenças se dão a partir de símbolos culturalmente existentes que constroem representações simbólicas e mitos. Ademais, “os conceitos normativos que põe em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas”¹⁴ tornam-se explícitos em doutrinas educativas, religiosas, políticas e jurídicas.

A segunda premissa, entende que a partir do gênero pode-se compreender a organização simbólica e concreta da vida social e as ligações de poder nas relações entre os sexos. O seu estudo é uma maneira “de decodificar e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana”¹⁵.

De acordo com Scott, o gênero deve ser observado em um reconhecimento do homem e da mulher como “categorias vazias e transbordantes”. Vazia no sentido de que essas categorias não detêm significado definitivo e transbordante na interpretação de que mesmo pareçam fixas, em seu estado mais profundo, podem surgir “definições alternativas negadas ou reprimidas”. Dessa forma, o indivíduo não pode ser compreendido, como um produto essencialmente social e nem como essencialmente biológico¹⁶.

A autora, sob a influência de Michel Foucault¹⁷, busca compreender o poder como uma teia de relações sempre conflituosas e constantemente em atividade. O poder não apenas recusa, mas constrói, estimula e questiona. A categoria gênero institui-se, por conseguinte, nas e pelas relações de poder.

Pelas palavras de Scott, chegamos à seguinte conclusão:

[...] examinar gênero concretamente, contextualmente e considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo...A história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres, e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidades foram construídos.¹⁸

¹² SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife, SOS corpo, 1990, p.21.

¹³ SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. 1990, Op.cit, p.14.

¹⁴ Ibidem, 1990, p. 28.

¹⁵ Ibidem, 1990, p. 28.

¹⁶ Ibidem, 1990, p. 28.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade saber**. 16.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

¹⁸ SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife, SOS corpo, 1990, p.19.

Desta maneira, a compreensão de gênero rejeita o caráter fixo das oposições binárias, ou seja, essa constatação é de importante relevância na medida em que desvincula não só com o determinismo biológico, como também com a próprio padrão cultural modelador do ser “mulher” e/ou ser “homem” nas sociedades.

É a partir desse ponto de desnaturalização das identidades sexuais, que se encontra um dos significativos méritos dos estudos de gênero, a certificação de que as categorias de identidade foram culturalmente e socialmente formadas. Nesse sentido, pode-se afirmar que, para além da incorporação de um novo objeto de estudo histórico, as análises de gênero auxiliam no aperfeiçoamento teórico-metodológico da História enquanto disciplina.

Scott evidencia que o mero uso da categoria Gênero não assegura a compreensão de seu significado epistemológico e em razão disso, procuraremos, neste estudo, desenvolver um trabalho que ao pensar sobre o conceito, não estimula o mimetismo, ao contrário, ao elucidar as questões socioculturais possibilitando a visibilidade dos discursos jornalísticos, difundidas no imaginário, que os assegura, problematizaremos os padrões e indagaremos sobre atitudes concebidas como positivas ou negativas em decorrência da suposta condição feminina das personagens retratadas.

Como trabalhamos com o jornal e a sua representação sobre as ideias do movimento sufragista, isto é, como eram representadas estas ideias dentro do período analisado, o conceito de Roger Chartier se faz pertinente para embasar nosso trabalho, uma vez que através da imprensa buscamos uma visão da representação do cotidiano.

De acordo com Chartier, a história cultural deve ser entendida como uma análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que compõem as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um local. Segundo ele, o conceito de representação é fundamental, pois consegue articular três modalidades de relação com o mundo social. Assim, três aspectos pautam a representação: a dimensão coletiva, a particularidade e o empenho. Primeiramente, a representação é singular porque se refere a um segmento específico. Ela não é universal, é específica e relativa. Os grupos constroem suas representações para atender suas demandas concretas e vitais. Em segundo, as práticas têm em vista reconhecer uma identidade social, uma forma de exibir uma maneira singular de estar no mundo, dar significado a uma posição, um estatuto. E por fim, as formas institucionalizadas, as quais como representantes de um determinado grupo reproduzem de

forma clara e perpetuada a existência do grupo, da comunidade ou da classe¹⁹

Na obra “*O Poder Simbólico*”²⁰, Bourdieu indica o “poder das representações” na construção da realidade social, na medida em que podem contribuir na produção daquilo por elas descrito e designado. Na compreensão do autor, há um “jogo” em que se fabricam as representações e as ideias que as sustentam. No campo social, transpassado por interesses conflitantes e tensões, surgem as “lutas de representações”. Para compreender essa luta, Chartier enfatiza que é preciso apontar e discernir a posição de “quem fala”. Desta maneira, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio”²¹

Assim, no que se refere aos estudos de gênero, podemos concluir que o conceito de representação tem grande importância, visto que, as relações de gênero estão inseridas em um imaginário social elaborado para fazer com que as diferenças sexuais entre mulheres e homens, sejam uma diferença social.

Em relação às fontes, utilizarei o jornal — apontado como “mananciais férteis para o conhecimento do passado”, “fontes de informações cotidianas, e “materiais privilegiados para a recuperação dos acontecimentos históricos”²² —, onde o propósito condiz com a relevância que a imprensa diária possui por conceber o aspecto relevante do embate do social, possibilitando o conhecimento dos fatos cotidianos por meios das notícias por elas difundidas. Mas claro, tomando todos os devidos cuidados em seu uso, como nos recorda Tania Regina de Luca, que alerta sobre a utilização desse tipo de fonte por seu conteúdo nem sempre se atrelar a exatidão e independência²³.

A fonte documental desta pesquisa, pertence à Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, situada em Belo Horizonte. A escolha do periódico foi uma dificuldade que enfrentamos, visto que, a maioria dos títulos selecionados circulou por um limitado período, reduzindo significativamente o número de edições a serem trabalhadas. Em vista disso, escolhemos o maior jornal de circulação diária do estado de Minas Gerais, o *Estado de*

¹⁹ CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa, Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 123.

²⁰ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.7.

²¹ Ibidem, 1990, p. 17.

²² CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, nº 35, São Paulo: EDUC, dez, 2007, p. 256.

²³ LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 116.

Minas, para que esta pesquisa pudesse ser viável.

Na primeira etapa deste estudo, foram realizadas análises detalhadas da estrutura do jornal *Estado de Minas*, abrangendo aspectos como o número de páginas, a organização física, o uso de fotografias e as seções mais pertinentes à pesquisa. Na segunda etapa, procedeu-se ao levantamento das matérias relacionadas ao direito ao voto feminino no referido jornal. Para assegurar a abrangência e relevância dos dados, foram selecionadas entrevistas, reportagens e artigos que explorassem esse tema, totalizando aproximadamente 423 edições analisadas, sendo encontradas 55 reportagens acerca do assunto, contabilizando em média uma reportagem a cada mês. Na terceira e última etapa, foram selecionadas 38 matérias para a análise final.

Os jornais foram digitalizados pela Biblioteca Pública devido à má conservação das edições físicas, não permitindo a consulta direta. No entanto, os arquivos digitalizados consistiam em fotografias das páginas impressas, o que impossibilitou a utilização de palavras-chave para buscas específicas. Como resultado, foi necessário realizar uma análise manual das edições para localizar e compilar as informações relevantes. Lamentavelmente, devido à deterioração do jornal e à qualidade variável das digitalizações, algumas informações cruciais não puderam ser captadas, afetando a abrangência e profundidade da pesquisa.

Ao pensar na imprensa, principalmente nos veículos de palavra impressa, como o jornal, a revista e até mesmo o cartaz, buscaremos evidenciar em nossas análises, as questões voltadas ao cotidiano da população brasileira, como também os discursos que permeavam naquele momento. A análise da fonte compreenderá o contexto de algumas classes sociais mais abastadas, todavia não queremos que essa escolha evidencie apenas as mulheres de classe social elevada nas lutas e conquistas femininas. Ao expor a discussão fundamentada na imprensa, não temos possibilidades de fazer uma análise mais profunda sobre o processo de emancipação feminina entre as classes menos favorecidas, dado que, grande parte da imprensa neste momento voltava-se para o público que não compreendia a sociedade como um todo, e sim apenas aqueles grupos pertencentes às classes sociais mais elevadas²⁴.

O recorte temporal se justifica por significar dois momentos cruciais para este estudo. A data de 1928 é o ano de fundação de um dos primeiros jornais de grande circulação em

²⁴Considerando esse enfoque específico nas mulheres em contextos sociais e políticos, é fundamental destacar que a transição dessas mulheres do âmbito privado para o público se viabilizou à medida que suas responsabilidades domésticas foram transferidas para outras mulheres que desempenhavam a função de empregadas domésticas. Para uma análise mais aprofundada do crescimento do trabalho doméstico e de sua influência no espaço público, ver June Hahner 2003, p. 226-227 apud Pastelletto, 2019, p.62.

Minas Gerais, o periódico *Estado de Minas*, que desempenhou um papel significativo na imprensa mineira. A outra data, 1932, se explica por ser o ano em que foi promulgado o novo Código Eleitoral pelo Decreto n.º 21.076, que finalmente concede o direito de voto às mulheres brasileiras²⁵.

No primeiro capítulo, abordaremos a imprensa como fonte histórica, realizando também uma contextualização abrangente da imprensa no universo brasileiro e, mais especificamente, em Minas Gerais. Analisaremos o jornal *Estado de Minas*, discutindo sua importância e seu papel na disseminação de ideias e informações.

No segundo capítulo, a pesquisa se voltará para a divisão social e de gênero no Brasil da época, explorando os espaços público e privado e o comportamento das mulheres nesse contexto, sob a ótica do jornal escolhido. A análise desses espaços permitirá compreender as barreiras que as mulheres enfrentaram e como elas negociaram seus espaços de atuação. Tornaremos visíveis as mudanças nas atitudes e comportamentos das mulheres e seus reflexos no meio social, além de examinar os argumentos que permearam os debates sobre os direitos políticos das mulheres e como esses foram apresentados no jornal. Finalmente, no terceiro capítulo, serão abordadas as impressões das mulheres mineiras segundo o *Estado de Minas* e a visão que este busca criar sobre a atuação feminina no voto e as estratégias de luta e atuação de Elvira Komel em torno do sufrágio feminino.

Ao explorar essas questões, esta dissertação pretende contribuir para a ampliação do debate sobre o sufrágio feminino no Brasil, trazendo à tona a significativa, embora muitas vezes silenciada, participação das mulheres mineiras, como vista pela imprensa e pelas elites burguesas urbanas. Dessa forma, espera-se enriquecer a compreensão histórica sobre a construção da cidadania feminina no país, destacando a importância de uma perspectiva regional que complemente a narrativa nacional.

²⁵ VARGAS, Getúlio. DECRETO N° 21.076, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1932. Disponível em: <<https://www2.câmara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09/08/2022.

Capítulo 1

A imprensa mineira nas primeiras décadas do século XX: o caso do *Estado de Minas*

“Os jornais são a primeira história de um povo;
todos os outros livros são apenas a sua
continuação”.

Arthur Schopenhauer

Ao empreendermos uma análise reflexiva sobre a história da imprensa periódica no Brasil, iniciamos com um dos temas mais proeminentes nas últimas décadas no campo da historiografia contemporânea: a utilização dos jornais como fonte e objeto de investigação histórica. Nas atuais discussões travadas entre os historiadores da imprensa, existe uma busca por identificar e examinar cuidadosamente a relevância dessa temática no contexto do conhecimento histórico. Estes questionamentos destacam de maneira notável a crescente importância que a imprensa tem adquirido na pesquisa histórica contemporânea.

Conforme Luiz Maciel Mourão Vieira, a imprensa, em suas diversas formas, desempenha um papel essencial não apenas como objeto de estudo, mas também como fonte de pesquisa, enriquecendo a historiografia com uma ampla gama de informações e perspectivas. Ao longo dos séculos, desde o surgimento dos primeiros jornais até a era digital contemporânea, os periódicos têm sido veículos importantes para registrar e interpretar eventos históricos, transformações sociais, políticas e culturais. Para o autor, a riqueza dos materiais impressos disponíveis é vasta e diversificada, abrangendo desde jornais locais e regionais até publicações nacionais e especializadas. Além disso, há uma variedade de periódicos, militantes, alternativos e humorísticos, cada um oferecendo uma visão única dos acontecimentos e debates de seu tempo. Segundo Vieira, esses periódicos são fontes de informações que podem ser exploradas através de uma variedade de elementos, como editoriais, seções econômicas, políticas, informativas, artigos de opinião, cartas dos leitores,

crônicas e notícias²⁶.

Essa multiplicidade de abordagens possibilita aos historiadores a elaboração de análises sob diferentes perspectivas, sejam elas de natureza social, política, econômica ou cultural. Portanto, a pesquisa e o estudo dos materiais impressos, como veículos da imprensa periódica, contribuem substancialmente para a compreensão e interpretação dos eventos e contextos históricos, enriquecendo o conhecimento da história em suas múltiplas dimensões.

Diante desse cenário, o presente capítulo tem por propósito explorar a relevância da imprensa na historiografia contemporânea, visando oferecer uma análise reflexiva sobre o papel dos jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. Através de uma abordagem teórico-metodológica, nossa intenção é investigar e questionar os limites, as oportunidades e as contribuições que os periódicos oferecem para o campo da história.

1.1 Teoria e metodologia: o uso da imprensa periódica na História

Ao analisar a história da imprensa no Brasil, fica evidente que seu desenvolvimento está intrinsecamente ligado às mudanças sociais e políticas que ocorreram ao longo do tempo. Essa relação é especialmente destacada nas obras de Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins, que não apenas enxergam os jornais como fontes documentais para reconstruir o passado, mas também como agentes ativos na formação da história do Brasil²⁷.

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir a transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira.²⁸

Entretanto, se hoje em dia podemos afirmar que os periódicos têm suma importância no desenvolvimento das pesquisas, entre vários campos do conhecimento histórico, tais como, social, político, econômico, cultural, dentre outros - isso nem sempre foi possível. Segundo De Luca, por um longo tempo resistiu-se em proporcionar uma história escrita por meio da imprensa, embora houvesse uma preocupação em escrever a história da imprensa.

²⁶ MOURÃO, L. M. V. **O Uso do Jornal O Povo como fonte de pesquisa em sala de aula.** Educare (Fortaleza) v. 1, p. 57-66, 2013.

²⁷ LUCA, Tania Regina. **A grande imprensa na primeira metade do século XX.** In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008, p.5.

²⁸ LUCA, Tania Regina. **A grande imprensa na primeira metade do século XX.** In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008, p.8.

Essa resistência se deu principalmente por parte da concepção da História Positivista quanto aos periódicos. Acreditava-se que o ofício do historiador deveria alcançar a verdade por meio de documentos que fossem objetivos, neutros, fidedignos e distanciados no tempo. Ou seja, o historiador deveria conceber os fatos “como eles realmente aconteceram”, e utilizar documentos que deveriam ser oficiais, diplomáticos e assim por diante²⁹.

Nesse sentido, os periódicos eram encarados com desconfiança. Os pesquisadores resistiam em utilizá-los na história, pois suas características estruturais e de conteúdo eram consideradas inadequadas por conter registros do presente, realizados sob a influência de interesses, os quais ofereciam e produziam fatos distorcidos, parciais e subjetivos³⁰.

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual, precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “encyclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. A crítica a essa concepção, realizada já na década de 1930 pela chamada Escola dos Annales, não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo³¹

Na década de 70 iniciou-se um processo de renovação. Tania de Luca aponta que houve uma expansão dos campos de atuação dos historiadores, com o surgimento de novos objetos de estudo e possibilidades, incluindo a História Social, Cultural e uma revitalização da História Política. Como resultado desse movimento, uma série de novas temáticas emergiram, como o corpo, a condição das mulheres, o mundo do trabalho, o cotidiano, a maternidade, à infância, à juventude, entre outros. Essa transformação alterou fundamentalmente a percepção sobre o que constitui um documento histórico, abrindo portas para a inclusão dos jornais como parte do corpus documental disponível para os historiadores.³²

²⁹ LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p.112-114.

³⁰ Ibidem, 2005, p.112-114.

³¹ LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p.112.

³² LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p.111.

Como indica Le Goff, desde a Escola dos Annales havia uma necessidade de ampliação da noção de documento histórico. Ao refletir sobre a questão, o historiador francês cita Lucien Febvre que afirmava:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. [...] Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.³³

Le Goff argumenta, em sua coletânea intitulada *La Nouvelle Histoire*, que com o advento da Nova História, os historiadores, assim como adotaram uma nova concepção de fonte documental, deveriam também, adotar uma nova postura de análise crítica desses documentos.

O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, ele próprio parcialmente determinado por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado [...] É preciso desestruturar o documento para descobrir suas condições de produção. Quem detinha, numa sociedade do passado, a produção dos testemunhos que, voluntária ou involuntariamente, tornaram-se os documentos da história?³⁴

Portanto, como enfatizado por De Luca, a crítica documental é imprescindível no ofício do historiador. Isso implica no reconhecimento das limitações e desafios inerentes à utilização de documentos, na compreensão do jornal como um produto moldado por complexas relações de interesses, sujeito a influências externas e sujeito a regulamentações legais e normas de conduta. Essa abordagem implica também na consideração da situação específica em que o jornal foi produzido, seu público-alvo, bem como o contexto geográfico e temporal, fatores estes que contribuem para a singularidade das características de cada órgão de imprensa.³⁵

É preciso salientar ainda que existem diversos tipos de fontes : literatura, depoimentos orais, processos criminais, jornais, revistas, correspondências, inventários, e uma infinidade de fontes documentais que devem ser submetidas a análises específicas.

A historiadora Maria Helena Capelato nos recorda que a imprensa é produto de determinadas práticas sociais de uma época e se constitui como instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. O jornal, nesse contexto, se apresenta como uma

³³FEBVRE apud LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. 466.

³⁴LE GOFF, Jacques (org). **A História Nova**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.76.

³⁵LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 140-141.

fonte rica e abrangente para a investigação do cotidiano, uma vez que as páginas dessas publicações registram os costumes, práticas sociais e diversos aspectos do dia a dia³⁶.

Há muitas maneiras de se estudar a história das idéias políticas e sociais através da imprensa. Alguns autores utilizam a linguística na análise da ideologia; outros, se preocupam com a identificação das matrizes de idéias, procurando compreender os pressupostos dos projetos políticos veiculados nos jornais; alguns escolhem a imprensa como fonte primordial para esse tipo de investigação, e há também os que dela se servem como fonte complementar para o estudo de um determinado tema. Os pesquisadores que se dedicam às análises político-ideológicas privilegiam editoriais e artigos que constituem, por excelência, a parte opinativa do jornal. [...] Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia-a-dia estão registrados em suas páginas. Neste tipo de abordagem o pesquisador pode recorrer às colunas sociais, aos “faits divers”, às ilustrações, às caricaturas e às diferentes seções de entretenimento. O noticiário tem grande importância para as investigações históricas. É utilizado nas análises econômicas, nos estudos sobre as condições de vida, relações e lutas sociais, etc³⁷.

Entretanto, a imprensa não deve ser vista como uma representação transparente da realidade e sim como espaço de representação de momentos particulares da mesma que faz parte das disputas que constituem a vivência social num dado momento histórico. Capelato nos adverte que o jornal não condiz com toda a realidade do meio no qual está inserido e não aborda toda a verdade, pois ele escolhe, apura, omite, inverte, se posiciona, manipula, oculta fatos de acordo com determinados interesses. Todavia, todos esses fatos não anulam a importância dos periódicos como fontes de reconstrução do passado, mas apresentam limites e problemáticas que devem ser tratadas com rigor teórico-metodológico.³⁸

Cláudio Pereira Elmir, em consonância com Capelato, destaca a importância de uma leitura meticolosa e cuidadosa dos jornais como fontes históricas, enfatizando que estas não devem ser vistas como simples registros da realidade, mas sim como textos que requerem uma análise aprofundada. Segundo o autor, os jornais e revistas não foram escritos com o objetivo de serem analisados por historiadores em suas pesquisas. Eles foram criados para atender a um público específico, o que significa que muitas vezes refletem o que os leitores querem ouvir. Os pesquisadores, que estão distantes temporalmente de suas fontes, devem abordá-los com cautela e desconfiança, sendo críticos em relação ao discurso apresentado. Portanto, ler um periódico não pode ser feito com a mesma casualidade de se ler um jornal diário. É necessário um exame meticoloso, criterioso e qualitativo do material disponível³⁹.

³⁶ CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo:Contexto/EDUSP, 1988, p.21.

³⁷ CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo:Contexto/EDUSP, 1988, p, 34.

³⁸ Ibidem, 1998, p.21.

³⁹ ELMIR, Cláudio Pereira. **As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica**. Cadernos de Estudos do PPG em História da UFRGS, Porto Alegre, n. 13, 1995, p.21.

Derocina Campos Sosa e Márcia Espig, ressaltam a importância de uma abordagem cuidadosa e contextualizada dos jornais. Ambas as autoras apontam para a importância do contraponto entre os jornais e outras fontes de documentação e bibliografia adequada. Para uma compreensão mais completa e nítida do jornal, é fundamental contextualizá-lo e contrastar suas informações com outros tipos de material histórico. Nesse sentido, as autoras afirmam que a imprensa não deve ser considerada como a única fonte para a reconstrução histórica, mas sim como parte de um conjunto de documentos que, juntos, proporcionam uma visão mais abrangente e crítica do período em estudo⁴⁰.

O ato de extrair seletivamente informações das páginas de um jornal, sem submetê-las a uma análise crítica, é apontado por elas como um grave equívoco metodológico. As autoras advogam pela necessidade de reflexões metodológicas direcionadas para uma leitura mais aprofundada do jornal, que permita discernir minuciosamente as informações relevantes dentro de um determinado momento.

Rafael Lapuente, alinhado com as perspectivas de Derocina e Espig, destaca a importância de ampliar o escopo da pesquisa além das páginas do periódico. Ele ressalta que essa abordagem não visa desacreditar o conteúdo dos jornais, mas sim enriquecer a investigação histórica. Ao confrontar diferentes fontes, o historiador tem a oportunidade de identificar discrepâncias, inconsistências e contradições, as quais devem ser analisadas e problematizadas de forma crítica⁴¹.

O historiador chama atenção para uma questão crucial: a relação entre a imprensa e o sistema de mercado. Segundo ele, os interesses comerciais frequentemente dominam as prioridades e o conteúdo da mídia, em detrimento de sua autonomia e integridade jornalística. Essa relação direta com o sistema de mercado pode comprometer a capacidade da imprensa de cumprir seu papel fundamental na sociedade, atuando como um contrapeso ao poder estabelecido e representando os interesses públicos. Em vez disso, as demandas financeiras muitas vezes influenciam as decisões editoriais, levando a uma busca por conteúdos que maximizem a receita, mesmo que isso implique em sacrificar a qualidade, a imparcialidade ou a relevância das reportagens. Essa dinâmica coloca em questão a independência e a

⁴⁰ SOSA, Derocina Alves Campos. **A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007, p 11-15.; ESPIG, Márcia Janete. **O Uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico:** o caso do Contestado, p.274.

⁴¹ LAPUENTE, Rafael. A imprensa como fonte: Apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Revista de História Bilros**. História(s), Sociedade(s) e Cultura(s). Fortaleza, v. 4, n.6, p.21, jan. – jun. 2016. Seção Artigos.

credibilidade da imprensa, minando sua capacidade de servir como uma voz crítica e informada no espaço público.⁴².

De acordo com Lapuente, essa situação cria um dilema para os profissionais da imprensa, que muitas vezes se encontram divididos entre sua responsabilidade ética de informar o público de maneira imparcial e sua necessidade pragmática de garantir a viabilidade econômica de seus veículos de comunicação. Como resultado, a imprensa pode se tornar mais propensa a ceder à pressão dos anunciantes, a evitar reportagens controversas ou a adotar uma abordagem sensacionalista para atrair audiência e publicidade⁴³.

Portanto, a análise de Lapuente destaca a importância de compreender não apenas o papel da imprensa na sociedade, mas também as forças externas que moldam sua produção e sua agenda. Ao reconhecer os desafios impostos pela relação entre a imprensa e o sistema de mercado, é possível desenvolver estratégias para preservar a independência e a integridade do jornalismo, garantindo que ele continue a desempenhar um papel vital na promoção da informação e do debate público.

As considerações feitas por Mônica Karawejczyk são muito pertinentes nesse contexto. Ao utilizar o jornal Correio do Povo para estudar o movimento sufragista, ela ressaltou a importância de uma abordagem crítica, indo além do texto explícito e buscando o discurso subjacente nas entrelinhas. Destacou a necessidade de problematizar e revelar a linha político-ideológica do periódico, conduzindo uma análise minuciosa das publicações, juntamente com suas conexões culturais e sociais. Ela nos alerta também, sobre a distinção entre o papel do jornalista, responsável por redigir a matéria, e o do historiador, que analisa a matéria anos depois após sua redação. A autora destaca que o jornalista, ao redigir uma matéria, está imerso na realidade contemporânea, buscando influenciar seus contemporâneos e muitas vezes apresentando uma "versão" dos acontecimentos. Por outro lado, o historiador deve analisar os eventos com distanciamento temporal, buscando reconstruir os fatos através de fontes variadas⁴⁴.

Renée Zicman ressalta as vantagens de utilizar jornais como fontes documentais, destacando sua função como "arquivos do cotidiano" que registram a memória diária e possibilitam a cronologia dos eventos históricos. Além disso, ela destaca a disposição

⁴² Ibidem, v. 4, n.6, p.25, jan. – jun. 2016. Seção Artigos.

⁴³ Ibidem, Fortaleza, v. 4, n.6, p.25, jan. – jun. 2016. Seção Artigos.

⁴⁴KARWEJCZYK, Mônica. **O voto da costela : o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934).** 2008. 292 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p.63-70.

espacial da informação e a presença ou não da censura como aspectos importantes a serem considerados ao incorporar jornais aos estudos históricos⁴⁵.

Bethânia Mariani contribui destacando como o discurso jornalístico não apenas produz sentido, mas também memória, e alerta para a necessidade de compreender como diferentes jornais constroem visões de mundo específicas, influenciando assim a leitura dos acontecimentos pelo pesquisador interessado em analisá-los⁴⁶.

A autora Nincia Ribas Borges Teixeira enfatiza que a expressão verbal a respeito dessas experiências, moldada pelos valores sociais e culturais, desempenha um papel fundamental na definição de como as pessoas devem ser ou agir. Essa representação é um processo complexo de construção de significados que se origina nas características das formações discursivas nas quais estão inseridas as relações de poder, os elementos de dominação e de resistência. Essa abordagem de interpretação se torna ainda mais evidente quando se trata da imprensa e de seu poder tanto de refletir quanto influenciar os valores, crenças e memória social.⁴⁷

Nas páginas dos jornais, é possível perceber, por exemplo, representações do feminino, os modos e comportamentos considerados válidos e legítimos sob o ponto de vista de uma parcela alfabetizada, masculina e de classe média daquele momento. Ao representar a figura feminina, a imprensa constrói, projeta e define categorias e identidades sociais para essas mulheres, sendo assim as representações se solidificam e constroem narrativas que sustentam as ideias que permeiam a sociedade⁴⁸.

O discurso das notícias, de modo geral, registra a opinião dessa elite letrada sobre esses outros segmentos, entretanto, ao descrever e expressar suas opiniões sobre a vida e os comportamentos de distintos grupos sociais, essas fontes permitem aos historiadores alcançarem indiretamente as classes marginalizadas⁴⁹.

⁴⁵ZICMAN, Renée Barata. **História através da imprensa – algumas considerações metodológicas**. Projeto História, São Paulo, n. 4, 1985, p.90.

⁴⁶MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa**. Rio de Janeiro: Revan, 1998, p.60-63.

⁴⁷TEIXEIRA, Nincia Ribas Borges. Entre o público e o privado: Imprensa e representação. Feminina. **Revista Encuentros**, Universidad. Autónoma del Caribe, 12 (2), pp. 79-92.

⁴⁸A seguir, apresenta-se uma breve lista bibliográfica de autoras que se dedicaram ao estudo das mulheres na imprensa. Estas autoras têm contribuído significativamente para a compreensão das questões de gênero e representação na mídia: MUZART, Z. L. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, p. 225–233, jan. 2003. DINIZ, Sávia Barros. **Mulheres na imprensa: representações femininas no Correio Oficial, Cidade de Goiás (1930-1936)**. 2013. SOUTO, B. F. As mulheres e suas tramas impressas: Um repensar historiográfico das produções sobre a sociedade carioca e portenha dos anos iniciais da segunda metade do século XIX. HORA, K. O. da. Mulheres nas Páginas dos Jornais em Itabuna – BA (1986-1992). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 15, n. 29, p. 150–163, 2021. DOI: 10.30612/rehr.v15i29.8933.

⁴⁹TEIXEIRA, Nincia Ribas Borges. Entre o público e o privado: Imprensa e representação. Feminina. **Revista Encuentros**, Universidad. Autónoma del Caribe, 12 (2), pp. 79-92.

Ao considerarmos os discursos e narrativas que se encontram registrados nos periódicos, é possível analisar as representações que serviram para construir a identidade e memória acerca do “feminino” que fundaram e constituíram a tradição da imprensa escrita no Brasil. Sendo assim, os registros da imprensa fazem parte dos discursos que irão participar da construção dos sujeitos e definir os contornos das relações sociais.

Segundo De Luca, o jornal tem se mostrado uma importante fonte de pesquisa para os estudos de diversos segmentos sociais, principalmente para aqueles grupos por muito tempo marginalizados pela historiografia. Nesse caso, estamos tratando da história de gênero, do proletariado, das mulheres, não mais apenas a história econômica e política como centro de estudo para construção da história⁵⁰.

Por meio, dos periódicos podemos desvendar determinadas facetas socioculturais, abrindo uma possibilidade para novas abordagens historiográficas, fugindo assim da historiografia tradicional. Dessa forma, seria um equívoco não considerar a imprensa como fonte documental para a historiografia, uma vez que, conforme argumentado por alguns autores, como Carla Rizzotto, a imprensa seria como o "quarto poder" do Estado, pois em nosso país ela não foi apenas uma mera transmissora de informações e fatos, ela foi além, permitindo a discussão dos fatos e o posicionamento de opiniões⁵¹.

Portanto, é fundamental que os historiadores estejam abertos a diferentes abordagens e perspectivas ao lidar com a imprensa. Esta é uma fonte rica em informações e conteúdo diversificado, representando apenas uma das muitas possibilidades de investigação historiográfica. Seu escopo é amplo, abrangendo diversas formas de expressão histórica. Para compreender plenamente o papel da imprensa na história, é necessário repensar constantemente as metodologias de pesquisa, considerando as múltiplas maneiras pelas quais o material impresso pode ser interpretado e relacionado a contextos mais amplos. Isso permite que os historiadores reconstruam as narrativas históricas que conectam a História da Imprensa a outras esferas do conhecimento historiográfico.

⁵⁰ LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.126.

⁵¹ RIZZOTTO Carla Candida. Constituição histórica do poder na mídia no Brasil: o surgimento do quarto poder. **Rev. Estudo. Comum.** Curitiba, v. 13, n. 31, maio/ago. 2012, p. 111-120.

1.2 A Imprensa brasileira na Primeira República: da política aos conglomerados jornalísticos

Nos últimos anos, a imprensa se consolidou como uma ferramenta de suma importância para os historiadores. Tanto como uma fonte primária de pesquisa quanto como um objeto de análise. A imprensa se tornou uma das principais maneiras de "revelar o passado" nos tempos modernos, contudo, é imperativo reconhecer que a imprensa não se apresenta como uma entidade pura e imaculada, apesar das representações frequentemente idealizadas presentes em manuais e na abordagem das empresas jornalísticas. Pelo contrário, a imprensa é um campo intrincado, repleto de nuances e desafios, ao qual os pesquisadores devem estar prontos para enfrentar a fim de obter uma compreensão precisa de sua fonte ou objeto de estudo. Com base nesse entendimento, nosso propósito não se limita apenas a apresentar a relação entre história e imprensa, como abordado anteriormente, mas também oferecer um contexto histórico que aborde a evolução da imprensa no Brasil. Por este motivo, a presente seção deste capítulo tem como propósito fornecer o contexto histórico referente à imprensa durante o período da Primeira República Brasileira (1889-1930), o qual se estabelece como o marco temporal central desta pesquisa.

Com a proclamação da República, à medida que os ânimos políticos foram se acalmando, nasceram novos padrões de imprensa no Brasil, com a imprensa empresarial e a imprensa operária. Antônio Hohlfeldt afirma que o período entre as últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX foi marcado por fortes modificações, caracterizando-se pelo aparecimento da imprensa organizada nos moldes empresariais e voltada às notícias enquanto produto “até mesmo os jornais claramente partidários, como a *Federação*, constituem-se enquanto empresas e necessitam de capital a ser integrado pelos seus apoiadores...”⁵²

De acordo com Nelson Sodré

Os pequenos jornais de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se for assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começara antes do fim do século, naturalmente, quando se esboçara, mas fica bem marcada quando se abre a nova centúria [...]. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades. Será relegado ao interior, onde sobreviverá, como tal, até os nossos dias. Uma das consequências imediatas dessa transição é a redução

⁵² HOHLFELDT, Antonio. **A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930**. Dezembro de 2006, p.7.

do número de periódicos. Por outro lado, as empresas jornalísticas começam a firmar sua estrutura, de sorte que é reduzido o aparecimento de novas empresas.⁵³

Com o desenvolvimento dos jornais de cunho empresarial, ocorre uma diminuição dos jornais político-partidários, que tinham a princípio o objetivo de “formar e também dirigir a opinião pública”⁵⁴. De acordo com Francisco Rüdiger, essa nova tendência empresarial, visava a apresentação dos jornais como órgãos imparciais, cuja intenção seria apenas informar a população. Começava-se então, uma preocupação maior com o público leitor e menos empenho em divulgar explicitamente interesses individuais ou de um determinado grupo⁵⁵. Esses periódicos tinham como objetivo a multiplicação de tendências e do público-alvo, o crescimento de tiragens e estabilidade das publicações, a informação dos leitores e a não intervenção das autoridades sobre as publicações através da censura, da perseguição policial ou da violência.

Segundo Gisela Taschner, a partir do ano de 1920, uma nova tendência surge no meio jornalístico: os “conglomerados” jornalísticos. Os grandes jornais, como *Jornal do Commercio*, *O Paiz*, *a Gazeta de Notícias*, *A Tribuna*, *A Cidade do Rio*, *A Notícia*, o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, passam a ser vistos como instituições de grande prestígio social e importância pública. Nas palavras da autora, “nos anos 20 teríamos indícios de uma imprensa mais moderna, tanto no ponto de vista técnico [...] como no de organização, forma de apresentação da mensagem e relações com a publicidade”⁵⁶.

Nesse contexto, como ressalta Taschner, destacavam-se os Diários Associados, fundados por Assis Chateaubriand, e o jornal *O Globo*, de Irineu Marinho, que representaram momentos decisivos de transformação na imprensa brasileira. Essas iniciativas marcaram o surgimento de uma nova era na comunicação de massa no Brasil e desempenharam um papel fundamental na reconfiguração do cenário midiático do país⁵⁷.

Conforme a autora, os Diários Associados, se tornaram a maior cadeia de jornais que o Brasil já tivera. De maneira semelhante, *O Globo* cresceu e se transformou no maior complexo de meios de comunicação de massa do país, desempenhando um papel importante na cobertura de eventos políticos e sociais. A ascensão de *O Globo* e dos Diários Associados

⁵³ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 275-276.

⁵⁴ RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1998, p.50.

⁵⁵ Ibidem, 1998, p.50-51.

⁵⁶ TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 32.

⁵⁷ Ibidem, 1992, p.32.

contribuiu para a consolidação da grande imprensa como um elemento dominante no cenário da comunicação no Brasil.⁵⁸

Já a imprensa operária, se distinguia da imprensa de modelo político-partidário e também do modelo pasquinário, apesar de ter alguns eixos de convergência⁵⁹. Como aponta Maria Ferreira:

Até numa visão superficial é perceptível a diferença dos jornais operários frente aos outros. Por exemplo, mesmo se tratando de uma publicação periódica, o tratamento da notícia tem um caráter processual, recuperando e analisando os fatos [...]. Nas primeiras páginas podem ser encontrados manifestos e convocações para assembleias operárias. O formato do jornal variava de acordo com as condições de papel e máquinas disponíveis, predominando, entretanto, o tablóide. [...] A periodicidade era determinada pelos acontecimentos: jornais aparentemente semanais poderiam passar a circular diariamente. [...] Outro aspecto interessante é a ausência de publicidade. Nos raros casos em que se encontram produtos anunciados, a publicidade aparece acompanhada de recomendações do próprio jornal com relação à utilidade do produto, o que lhe confere um caráter de escolha política. Do mesmo modo, em certos momentos, aparecem recomendações de boicote, de não-consumo de determinada mercadoria (geralmente quando a empresa responsável por tal produto estava em litígio com seus operários).⁶⁰

A imprensa operária teve um crescimento bastante acelerado. Conforme Rodrigo Oliveira, durante o período compreendido entre o final do século XIX e o último quartel do século XX, o território brasileiro abrigava aproximadamente trezentos e quarenta periódicos distribuídos por todo o país. Seu objetivo era informar, politizar e sobretudo organizar os trabalhadores brasileiros⁶¹.

Como salienta Ferreira, por volta do final da década de 20, a imprensa operária começou a definhhar, diminuindo de forma considerável na década seguinte. Isso se deu por vários motivos: repressão por parte do Estado, controle estatal dos sindicatos, falta de verba, dentre outros. Nos anos de 1930, a imprensa brasileira já se enquadrava nos moldes da grande imprensa ocidental, onde se encontrava completamente solidificada⁶².

Desse modo, pode-se dizer, que os anos iniciais da República foram marcados pela parcial superação da vinculação partidária dos jornais, que, todavia, ainda mantinham com o poder relações de interesses econômicos ou políticos. De fato, é nesse momento, como afirma

⁵⁸ Ibidem, 1992, p.33.

⁵⁹O termo “pasquins” refere-se, em geral, a folhetos, panfletos ou pequenos escritos satíricos, críticos ou humorísticos que circulavam de maneira anônima ou pseudônima, muitas vezes de maneira clandestina. Esses pasquins eram frequentemente usados para expressar críticas políticas, sociais ou culturais de forma irreverente, ou até mesmo difamatória. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8.ed. Curitiba: Positivo, 2010, p. 567.

⁶⁰ FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil (1880-1920)**. Petrópolis: Vozes, 1978, p.20-21.

⁶¹ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930)**. Historiae.Rio Grande, 2011, p. 141.

⁶² FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil (1880-1920)**. Petrópolis: Vozes, 1978, p.23

Ferreira, que o jornalismo se encaminha para a profissionalização, por meio de empresas que visavam o lucro econômico ou político⁶³.

1.2.1 História da Imprensa Mineira: dos primórdios a grande imprensa

Em 1823, no dia 13 de outubro, na histórica cidade de Ouro Preto, viu-se o surgimento do jornal "*Compilador Mineiro*", o qual marcou o lançamento do primeiro periódico produzido no estado de Minas Gerais. Vale ressaltar que, até o término de 1822, já se contabilizavam aproximadamente 50 jornais em funcionamento por todo o país, indicando uma lacuna temporal de aproximadamente um ano entre a proliferação da imprensa em outras regiões do Brasil e o advento da primeira publicação jornalística em solo mineiro⁶⁴.

De acordo com Nelson Sodré, o segundo periódico a fazer sua aparição em Minas Gerais foi "*A Abelha do Itacolomi*", que se iniciou dia 12 de janeiro de 1824, mantendo-se em circulação por um período de um ano e meio. O ano de 1825 testemunhou o surgimento de uma série de outras publicações na província mineira, contribuindo para o crescimento do cenário jornalístico local. Entre esses novos títulos, destacaram-se "*O Universal*", "*Astro de Minas*", "*Diário do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais*", "*O Precursor das Eleições*", "*Sentinela do Serro*" - sendo este último, o maior representante mineiro do ideário liberal, - dentre outros⁶⁵.

Sodré categoriza a evolução da imprensa brasileira do século XIX em quatro distintas fases: a imprensa colonial (1808-1822), que tinha como característica os jornais que prestavam apoio ao governo; a imprensa publicista (1822-1840), em que se destacavam os pasquins; a imprensa informativa (1840-1889), que tinha como destaque as publicações informativas e a produção literária; e, por fim, a grande imprensa (a partir de 1889), momento este de consolidação dos jornais como empresa⁶⁶. Entretanto, ao observar a trajetória da imprensa em Minas Gerais, sugerida por Jairo Mendes, fica evidente que a chegada a cada

⁶³ Ibidem, 1978, p.23.

⁶⁴ CAMPOS, Sandoval; LOBO, Amyntas. **Imprensa Mineira: Memória histórica – Edição comemorativa do centenário da independência (1822-1922)**. Belo Horizonte: Typ. Oliveira, Costa & Comp., 1922, p.169.

⁶⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.100.

⁶⁶ Sodré (1999) não se dedicou a nomear as diferentes fases, limitando-se a dividi-las. Para fins de clareza didática, optou-se por adotar a terminologia proposta por Mendes. MENDES, Jairo Faria. **O silêncio das Gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2007, p.32.

uma dessas fases ocorreu em momentos distintos em relação à classificação de Nelson Sodré⁶⁷.

Fases da Imprensa de acordo com Sodré	Período de acordo com Sodré	Período em Minas Gerais
Imprensa colonial	1808-1822	Minas não vivenciou
Imprensa publicista	1822-1840	1823-1885
Imprensa informativa	1840-1889	1885-1927
Grande Imprensa	1889	1927

Quadro 1
FONTE: SODRÉ (1999) e MENDES (2007)⁶⁸

Na tabela acima, na primeira etapa, que corresponde à imprensa colonial, Minas Gerais não registrou o surgimento de jornais. Na Imprensa Publicista, a província entrou com um atraso de um ano em relação a outras regiões do país, levando um tempo considerável para superar completamente esta fase. Na terceira fase, atrasou-se exponencialmente em relação à maioria das regiões do Brasil. Somente no século XX, com um atraso de mais de três décadas, Minas Gerais alcançou a categoria de "grande imprensa"⁶⁹.

Para Jairo Mendes, o pioneiro da imprensa informativa em Minas Gerais teria sido o *"Diário de Minas"*, estabelecido em 1866, na cidade de Ouro Preto.⁷⁰ Este desempenhava de maneira rudimentar a sua função de fornecer informações aos leitores. No entanto, mesmo com essas limitações, ele ocupou uma posição de grande destaque na história dos periódicos da região, por ser o pioneiro nesse campo. Além disso, ele foi o precursor como jornal empresarial em Minas Gerais e também o primeiro a adotar o formato standard, conforme destacado por Abílio Machado⁷¹.

De acordo com Machado, o proprietário do *"Diário de Minas"* contou com o apoio do governo provincial para estabelecer e consolidar o empreendimento, por essa razão, o periódico, que contava com a receita proveniente das publicações governamentais, sempre

⁶⁷SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad,1999.

⁶⁸ Esta tabela foi construída a partir da junção e adaptação da classificação de Sodré e Mendes. MENDES, Jairo Faria. **O silêncio das Gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo,2007,p.32.

⁶⁹Ibidem,2007,p.88.

⁷⁰Ibidem, 2007, p.90.

⁷¹MACHADO, Abílio. **História da imprensa mineira**. O Jornal (edição especial), Rio de Janeiro, 22 dez. 1929, p.40.

seguia a orientação política daqueles que estavam no poder⁷². Assim sendo, com a mudança no governo provincial em 1868, quando o Partido Conservador assumiu o controle, o jornal alterou sua orientação política para manter o apoio financeiro através das publicações governamentais. No entanto, com a ascensão dos Liberais ao poder em 1878, o jornal enfrentou dificuldades. O governo provincial rescindiu o contrato para as publicações oficiais e, como o jornal dependia economicamente dessas receitas, acabou sendo forçado a encerrar suas atividades.

Segundo Almir de Oliveira, no período compreendido entre 1823 e 1885, a imprensa estava predominantemente concentrada na região aurífera, bem como em localidades que prestavam suporte a essa atividade econômica. Cidades como Ouro Preto, Diamantina, Mariana, São João Del Rey, Tiradentes foram os principais pólos de atividade jornalística durante este período. Vale destacar que, nesse contexto, Ouro Preto desempenhava o papel central como a capital da Província, sendo o epicentro da imprensa na região.⁷³

No entanto, em 1885, a cidade de Juiz de Fora estava consolidando sua posição como o principal centro da imprensa em Minas Gerais. Conforme destacado por Oliveira, durante um extenso período da história de Minas Gerais, Juiz de Fora foi o ponto de convergência dos interesses econômicos tanto da província quanto do estado, e exerceu uma influência política e cultural clara sobre as demais cidades de Minas Gerais, incluindo Ouro Preto e, até mesmo Belo Horizonte⁷⁴.

De acordo com Raiane Rose Duque, a relevância de Juiz de Fora neste momento se destacava pela sua localização estratégica próxima à capital do Império, o Rio de Janeiro. Essa proximidade não apenas facilitava o fornecimento de café - o principal produto econômico da época - para a capital e, por conseguinte, para o mercado internacional, mas também fomentava uma intensa interação econômica e política entre Juiz de Fora e as esferas de poder do país. A existência de duas ferrovias na cidade desempenhavam um papel crucial ao possibilitar não apenas o transporte eficiente do café, mas também de outros produtos. Isso fortalecia ainda mais a posição de Juiz de Fora como um dos principais centros urbanos de Minas Gerais naquele período, reforçando seu papel como um ponto de convergência não só para a produção, mas também para a distribuição de bens na região.⁷⁵

⁷²MENDES, Jairo Faria. **O silêncio das Gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros.** Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2007, p.90.

⁷³OLIVEIRA, Almir de. **A imprensa em Juiz de Fora.** Juiz de Fora: s.e., 1981, p.17.

⁷⁴Ibidem, 1981. p.18.

⁷⁵DUQUE, Raiane Rosi. **Urbanização e ferrovia: questões da forma urbana em Juiz de Fora de 1870 a 1929.** 2019. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019, p.54-60.

Como assinalado por Goodwin Júnior, o jornal *Pharol*, criado em 1866, por Thomaz Cameron, foi pioneiro na adoção das modernas técnicas de reprodução fotomecânica. Até 1874, o periódico era publicado semanalmente. Entre 1875 e 1882, com a mudança de proprietário, sendo neste momento George Charles Dupin, sua frequência passou a ser bissemanal. De 1882 a 1884, passou a ser trisseminal. E a partir de 1885 se tornou um jornal diário, consolidando a fase da imprensa informativa no estado de Minas Gerais⁷⁶.

Conforme Christina Ferraz Musse, a partir de 1870, foram catalogados mais de 700 títulos impressos na cidade, sendo que, em 1922, era possível identificar a presença de seis jornais de circulação diária na cidade de Juiz de Fora.⁷⁷ Devido à abundância de jornais e revistas em circulação, Edmundo Lyz intitula Juiz de Fora como a "capital intelectual do Estado de Minas"⁷⁸. Posteriormente, Paulino de Oliveira complementa essa afirmação ao destacar que, na década de 20, "enquanto na capital do estado havia apenas três jornais diários, aqui se editavam sete, e nenhum deles era inferior aos da capital"⁷⁹.

Com a fundação em 1897 da nova capital do estado, Belo Horizonte, a imprensa começou a migrar gradualmente para esse novo centro. Na verdade, conforme Joaquim Nabuco de Linhares relata, antes mesmo da inauguração de Belo Horizonte, cinco publicações já haviam sido criadas na região: "*Bello Horizonte*" (7 de setembro de 1895), "*A Capital*" (28 de janeiro de 1896), "*Aurora*" (15 de novembro de 1896), "*Tiradentes*" (21 de abril de 1897) e "*Bohemio*" (4 de julho de 1897). De acordo com o autor, em 1902, apenas quatro anos após a fundação da capital, Belo Horizonte já contava com o surgimento de 41 jornais e 8 revistas. Em 1900, a circulação era de 14 jornais e três revistas. Inúmeros jornais foram estabelecidos, além daqueles que já existiam e foram transferidos da antiga capital para a nova. Todavia, como Linhares destaca, essas publicações tinham uma existência efêmera, o que retardou a consolidação de Belo Horizonte como o centro da imprensa em Minas Gerais até o final da década de 1920⁸⁰.

Segundo Jairo Mendes, o primeiro jornal, o "*Bello Horizonte*", foi iniciado sob orientação do padre Francisco Martins Dias. Contudo, a partir de 30 de setembro de 1898,

⁷⁶ GOODWIN JUNIOR, James William. **A luz do progresso em Juiz de Fora: o jornal Pharol nas décadas de 1870-1880.** Varia Historia, Belo Horizonte, n. 17, mar. 1997, p. 195-218.

⁷⁷ MUSSE, Christina Ferraz. **A trajetória do Diário Mercantil: alter ego da cidade de Juiz de Fora.** In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008, Natal, RN. Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal, RN, 2 a 6 de setembro de 2008. Página 3.

⁷⁸ LYS, Edmundo. **A imprensa em Juiz de Fora.** In: CAMPOS, Sandoval; LOBO, Amyntas. Imprensa mineira: memória histórica. Belo Horizonte: Typ.Oliveira, Costa & Comp,1922.p.64.

⁷⁹ OLIVEIRA, Paulino. A imprensa em Juiz de Fora antes de 1930. **Revista do IHG de JF**, Juiz de Fora, ano 2, n.2,1966,p.24.

⁸⁰ LINHARES, Joaquim Nabuco de. Imprensa em Belo Horizonte. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano VIII, 1903, p. 585-614.

houve uma alteração tanto no redator quanto na orientação editorial da publicação, resultando em um afastamento de suas raízes católicas. O jornal continuou sua circulação de forma semanal por 3 anos e meio e, posteriormente, passou a ser publicado diariamente por 6 meses. Inicialmente, sua tiragem estava na faixa de 600 a 700 exemplares, sendo posteriormente ampliada para 1.000.⁸¹ O segundo periódico a ser estabelecido em Belo Horizonte foi intitulado "*A Capital*", com um período de circulação compreendido entre 28 de janeiro de 1896 e 4 de agosto de 1898. Este jornal tinha uma frequência de publicação de duas vezes por semana e apresentava uma tiragem de mil exemplares. Posteriormente, surgiu o periódico denominado "*Aurora*", que esteve em circulação de 15 de novembro de 1896 a 1º de agosto de 1897. O "*Aurora*" era um jornal de natureza literária, com periodicidade quinzenal, e sua tiragem alcançava 300 exemplares. Um quarto periódico, intitulado "*Tiradentes*," recebeu seu nome em alusão à data de sua fundação, ocorrida em 21 de abril de 1897, embora tenham sido publicadas somente três edições deste jornal. A quinta publicação na capital foi o "*Bohemio*," que esteve em circulação de 4 de julho de 1897 a 22 de agosto de 1897, caracterizando-se como um jornal de caráter humorístico⁸².

Para Jairo Mendes, *O Diário da Manhã*, fundado por Augusto de Lima Jr. em 14 de julho de 1927, marcou o início da imprensa mineira sob os moldes da "grande imprensa". De acordo com o autor, com uma abordagem editorial diferenciada e utilização de maquinário moderno para a época, o jornal representou um marco significativo na mídia regional. No entanto, devido à sua postura de oposição, o *Diário da Manhã* enfrentou desafios financeiros que ameaçaram sua existência. Como resultado, Augusto de Lima Jr. optou por vender a empresa para um grupo de jovens empreendedores. Em 7 de março de 1928, esse grupo deu origem ao jornal "*O Estado de Minas*". Jornal este que representou a consolidação de Belo Horizonte como o centro da imprensa mineira⁸³.

É notável observar como a imprensa em Minas Gerais acompanhou o deslocamento da população mineira, que se deslocava das áreas de mineração para outras regiões. Mendes afirma que os periódicos, que durante a primeira metade do século XIX, estavam centralizados em cidades como Ouro Preto, São João Del Rei, Sabará, Mariana, Diamantina, redirecionaram sua atenção, ao final do século XIX, para áreas como o Triângulo Mineiro, a Zona da Mata e a recém-estabelecida capital, Belo Horizonte. Isso não apenas evidencia a

⁸¹ MENDES, Jairo Faria. **Memória dos Jornais Mineiros do Século XIX: Revisão crítica das fontes historiográficas.** III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Novo Hamburgo, RS, 2005, p.112.

⁸² Ibidem, 2005. p. 23.

⁸³ MENDES, Jairo Faria. **O nascimento e a consolidação da imprensa informativa em Minas Gerais.** Dito Efeito, v. 7, n. 11, 2016, p.9.

mobilidade da população, mas também reflete as transformações socioeconômicas que ocorreram em Minas Gerais ao longo desse período⁸⁴.

Pode-se concluir que a história da imprensa do Brasil, especialmente da imprensa mineira, é verdadeiramente intrigante. O Brasil, devido à sua história singular de colonização, apresenta características únicas, e Minas Gerais reflete essa singularidade. A introdução da imprensa no país ocorreu de forma consideravelmente tardia, e em Minas Gerais, esse processo foi ainda mais demorado. No entanto, uma hipótese interessante é que, dada a relevância política e econômica do Rio de Janeiro durante grande parte da história brasileira, Minas Gerais poderia ter consumido a imprensa carioca em busca de informações e notícias, especialmente antes do desenvolvimento de sua própria imprensa local. Durante o período colonial e imperial, o Rio de Janeiro era a capital do país e, como tal, concentrava muitos dos acontecimentos políticos, sociais e econômicos mais relevantes. Assim, é plausível que os habitantes de Minas Gerais, em busca de informações atualizadas e eventos importantes, recorressem aos jornais do Rio de Janeiro para se manterem informados sobre os acontecimentos no país e no mundo. Essa possibilidade destaca a complexidade das relações entre as regiões do Brasil e a influência mútua que exerceram sobre o desenvolvimento da imprensa e da comunicação no país.

Desse modo, a próxima etapa marca a oportunidade de introduzir o leitor a respeito do periódico "*Estado de Minas*" dentro do contexto desta dissertação. A intenção é enfatizar, a partir deste momento, a trajetória histórica e política do jornal. Isso se faz necessário para que o leitor possa adquirir uma compreensão apropriada dos próximos capítulos, que se dedicarão exclusivamente à análise das matérias selecionadas entre 1928 e 1932.

1.3 “*Estado de Minas*”: o grande jornal dos mineiros

Como anteriormente mencionado, os jornais se estabeleceram como fontes de pesquisa fundamentais para a compreensão das sociedades do passado, sendo reconhecidos como agentes ativos nos processos em que estiveram envolvidos.

Ciente das implicações, limitações e desafios delineados pelos debates teóricos relacionados à utilização dos jornais como fonte e objeto de pesquisa, me vejo compelida a conduzir uma análise pormenorizada desse periódico. No início, meu objetivo foi reunir e

⁸⁴ Ibidem, p.91.

extrair a maior quantidade possível de informações para obter uma compreensão abrangente da história do jornal em questão. Nesse contexto, me deparo com várias questões cruciais que procuro responder: quem eram os proprietários do jornal? Quando foi publicado? Para qual público ele se destinava? Quais eram os objetivos e intenções subjacentes?

Como apontado pelas historiadoras Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, é possível estabelecer um guia que direcione os passos a serem seguidos na análise do material em duas etapas:

Neste primeiro momento (e em todo o transcorrer da pesquisa), cada pesquisador, ao se confrontar com uma determinada publicação, deve desenvolver sua sensibilidade de leitura frente à materialidade histórica por ele assumida. Antes é preciso organizar minimamente o trabalho e identificar o periódico, o que implica em anotar seu título, subtítulo, datas limites de publicação, periodicidade e classificação de acesso na instituição ou acervo em que se desenvolve a pesquisa. Já este processo inicial de identificação pode nos fornecer inúmeras pistas sobre a proposta geral da publicação. Títulos e subtítulos funcionam como “manchetes”, primeiros enunciados por meio dos quais uma publicação procura anunciar a natureza de sua intervenção e suas pretensões editoriais. No que se refere as publicações de maior circulação e estrutura que denominamos grande imprensa, os títulos para além de indicarem uma pretensão quanto a sua autoridade e representatividade –em nome de quem ou de quais setores fala –geralmente indicam também uma pretensão de abrangência. [...] Desta maneira, seja na pesquisa em um único periódico, seja em um conjunto de publicações de uma época, o pesquisador consegue inúmeras pistas para sua reflexão sobre aquelas fontes já no relacionamento de títulos e subtítulos e na indagação sobre os significados que anunciam.⁸⁵

Segundo as autoras, num estágio subsequente, munido das informações básicas do periódico, o pesquisador pode iniciar sua análise explorando inicialmente o projeto gráfico e editorial, examinando as modalidades de organização, a disposição dos artigos, seções, colunas e notícias. A análise pode então prosseguir com a identificação dos proprietários, redatores, detalhes técnicos de produção, números de tiragem, preços, público-alvo e canais de distribuição e circulação. Além disso, é igualmente importante observar os posicionamentos políticos e movimentos na sociedade na qual o periódico estava inserido. Isso engloba a identificação dos principais temas abordados, as campanhas promovidas, os posicionamentos políticos explicitados e a perspectiva histórica adotada pelo periódico.⁸⁶

Diante das considerações mencionadas e das questões a serem respondidas, procederei agora a uma análise do corpus documental e objeto de estudo desta pesquisa, o jornal *"Estado*

⁸⁵CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. NA OFICINA DO HISTORIADOR: CONVERSAS SOBRE HISTÓRIA E IMPRENSA. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 35, n. 2, 2007, p.261.

⁸⁶CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. NA OFICINA DO HISTORIADOR: CONVERSAS SOBRE HISTÓRIA E IMPRENSA. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 35, n. 2, 2007, p.262.

de Minas".

"Numa palavra, esforçar-nos-emos para fazer um jornal de sentimento mineiro, e assim teremos de certo o apoio necessário do bom senso inveterado do nosso povo"⁸⁷. Esta é a frase presente no editorial inaugural do jornal diário e matutino, *Estado de Minas*. A citação sugere que o periódico buscava desempenhar um papel ativo na construção e na promoção da identidade mineira, posicionando-se como um agente influente nesse processo de criação e fortalecimento do sentimento de pertencimento à cultura e história da região. O trecho também menciona o desejo de obter o apoio do "bom senso inveterado" do povo de Minas Gerais, demonstrando que o jornal tinha a intenção de se conectar profundamente com sua base de leitores locais, refletindo seus interesses e preocupações, como destacado por Vera Regina França⁸⁸.

Com relação à política editorial do cotidiano, já na sua fundação houve a preocupação de marcar a identidade de um jornal mineiro, comprometido com os interesses do Estado.⁸⁹

O jornal em questão foi fundado em 7 de março de 1928, na Avenida João Pinheiro, 267, em Belo Horizonte, por Juscelino Barbosa, Álvaro Mendes Pimentel e Pedro Aleixo⁹⁰. Segundo Marieta Ferreira, os três fundadores uniram-se em uma sociedade com a denominação "*Sociedade Limitada Estado de Minas*". Conforme a autora, Pedro Aleixo assumiu a liderança do periódico e montou uma equipe composta por jovens promissores que, posteriormente, desempenhariam papéis de destaque tanto em Minas Gerais quanto no cenário nacional. Entre esses membros notáveis incluíam-se Leal Costa, José Maria Alkmin, Carlos Drummond de Andrade, Mílton Campos, Francisco Negrão de Lima, Manuel Teixeira

⁸⁷ Jornal *Estado de Minas*, 07 de março de 1928, p. 2.

⁸⁸ FRANÇA, Vera Regina Veiga. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p.108.

⁸⁹ Ibidem, 1998, p.108.

⁹⁰ Juscelino Barbosa, nascido em Santa Cruz da Chapada, Minas Novas (MG), em 1875, e falecido em Belo Horizonte em 1947, foi um notável jurista e político brasileiro. Graduado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1894, e em Ciências Sociais pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1896, iniciou sua carreira política aos 21 anos ao ser eleito Deputado Federal em 1895. Durante os anos de 1898 a 1903, atuou como Promotor de Justiça em Teófilo Otoni (MG) e fundou o semanário Mercure. Entre 1902 e 1903, ocupou os cargos de Chefe de Polícia e Comandante-Geral da Brigada Policial de Minas Gerais. Foi Advogado-Geral do Estado de 1903 a 1905 e, em 1905, tornou-se o primeiro prefeito nomeado de Poços de Caldas (MG). Dirigiu a Fiscalização de Rendas do Estado em 1908, seguido pela liderança da Secretaria da Fazenda até 1910. Fundador do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais em 1911, também presidiu a Sociedade Mineira de Agricultura. Além de sua carreira acadêmica e política, Juscelino Barbosa destacou-se como jornalista, sendo o primeiro diretor do jornal *Estado de Minas*, lançado em 1928 em colaboração com Pedro Aleixo e Álvaro Mendes Pimentel. CRUZ, Emília Barroso. **Coleção - Família Juscelino Barbosa**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura, Arquivo Público Mineiro, 2007.

de Sales e Jair Silva.⁹¹



Figura 1
Av. João Pinheiro, 1920.
Fonte: bhnostalgia.blogspot.com.br⁹²

Na página inicial do periódico, foi introduzido um cabeçalho que ostentava o título do jornal de maneira proeminente em letras de destaque, os nomes dos diretores no canto esquerdo, o nome do gerente no centro e, no canto direito, informações relativas à extensão do jornal, incluindo o número de páginas da edição diária e os respectivos preços, conforme evidenciado pela Figura 2.



Figura 2
Cabeçalho do jornal
Fonte: Estado de Minas, 11/03/1928, p.1.

⁹¹CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Ferreira, Marieta de Morais. In: ESTADO DE MINAS. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-taaaaaaaaematico/estado-de-minas-o>> Acesso em: 22 ago. 2023, p. 1

⁹² Disponível em:<<https://bhnostalgia.blogspot.com/search?q=Jo%C3%A3o+Pinheiro>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

No que tange à quantidade de páginas do jornal, esta flutuava bastante, com variações entre 8 e 12 páginas. Não se observava um número fixo ou um padrão predefinido para a quantidade de páginas, e essa variação não estava vinculada a um dia específico de publicação. Na segunda-feira, não havia edição do jornal, pois como informa Mônica Karawejczyk, a partir de agosto de 1920, os jornalistas passaram a contar com o direito legal a um dia de descanso semanal, resultando na interrupção da circulação de jornais às segundas-feiras em todo o país⁹³.

Em relação aos preços, uma edição avulsa do jornal tinha o valor de 200 réis, enquanto uma edição considerada "atrasada", conforme explicitado nas páginas do periódico, custava 300 réis. Esse valor se manteve até o último ano abordado nesta pesquisa. Segundo Karawejczyk, em 1925, o custo médio de um jornal diário na capital federal era em torno de 200 réis⁹⁴. A partir disso, podemos concluir que o preço do jornal estava em conformidade com a média de preços nacional daquela época.

Além disso, com base nos anúncios publicados no próprio jornal, podemos notar que com 300 mil réis era possível alugar uma casa, que três aulas semanais de piano custavam 30 mil réis por mês e que o almoço em pensões custava aproximadamente mil réis⁹⁵. Portanto, podemos inferir que o valor cobrado pelo jornal era bastante acessível em comparação com outros serviços e despesas da época, o que denota uma preocupação com o alcance de um público amplo. Essa preocupação também pode ser constatada pelo maquinário empregado na publicação, este compatível com a imprensa de massa, conforme imagem a seguir.

⁹³ KARAWEJCZYK, Mônica. **O voto da costela. O sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934)**. 2008. 290 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. apud BAHIA, 1990, p. 94.

⁹⁴ KARAWEJCZYK, Mônica. **O voto da costela. O sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934)**. 2008. 290 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. apud BAHIA, 1990, p.173.

⁹⁵ Jornal *Estado de Minas*, 18/07/1928, p.6.



Figura 3
Equipamentos gráficos do jornal Estado de Minas
Fonte: Arquivo *Estado de Minas*, 1928.

Na segunda página do periódico, foi identificada a seção intitulada "Expediente", cuja finalidade era informar aos leitores os dados gerais da publicação. Nessa seção, constavam informações como os endereços de contato e os preços das assinaturas mensais e semestrais, conforme exemplificado na figura 4.

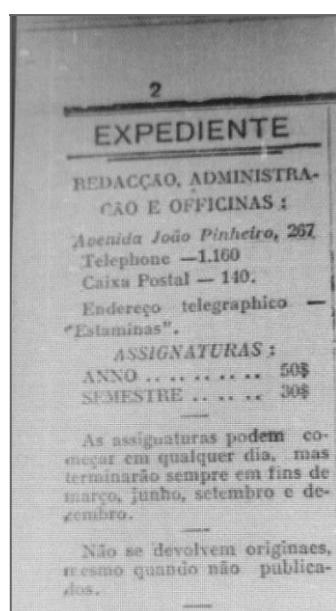


Figura 4
"Expediente" do jornal *Estado de Minas*
Fonte: *Estado de Minas*, 24/03/1928, p.2.

No que concerne a diagramação do jornal, este seguia um formato com sete colunas uniformes ao longo da página, como evidenciado na figura 5. Sua disposição visual estava alinhada com o formato tabloide, que consistia em medidas de 28 cm de largura por 32 cm de altura. Inicialmente, o jornal contava uma tiragem de cinco mil exemplares.⁹⁶



Figura 5
Diagramação do jornal
Fonte: *Estado de Minas*, 11/03/1928, p.5.

De acordo com Carlos Rabaça e Gustavo Barbosa, o jornal diário em formato tabloide tornou-se amplamente popular durante o século XX, devido à sua conveniência no manuseio e na leitura, especialmente para os passageiros de meios de transporte, como trens, bondes e ônibus. Esse fenômeno levou a uma extensa adoção desse formato por numerosos jornais de venda avulsa, tornando-se uma característica distintiva dos jornais sensacionalistas ingleses, por exemplo. Com a crescente aceitação desse formato pelo público, os tabloides também foram utilizados para experimentações inovadoras na diagramação, sendo posteriormente adotados por importantes jornais em todo o mundo⁹⁷.

⁹⁶ As informações aqui reproduzidas foram obtidas junto à Gerência de Documentação e Informação do arquivo do *Estado de Minas*.

⁹⁷ RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001, p.92.

O jornal se dividia em várias seções: "Informações telegráficas do exterior e interior", "Notas Religiosas", "Notícias dos municípios", "Pela Universidade", "No mundo dos sports", "Vida social", "Cinemas e theatros", e o "Movimento Comercial". Na seção "Informações telegráficas do exterior e interior", eram geralmente apresentadas notícias curtas e de caráter informativo que abrangiam eventos e acontecimentos relevantes tanto em âmbito nacional (interior) quanto internacional (exterior). Essas notícias incluíam atualizações sobre política, economia, eventos sociais, esportes, entre outros tópicos de interesse público. Essa seção fornecia uma visão geral das principais notícias do dia, frequentemente em formato conciso e direto.

Em "Notas Religiosas", encontrávamos notícias e informações sobre eventos religiosos, cerimônias, celebrações, atividades de instituições religiosas e mensagens de líderes religiosos. Em "Notícias dos municípios", eram veiculadas notícias e informações de destaque de alguns municípios de Minas Gerais, tais como: Viçosa, Juiz de Fora, Barbacena, Uberlândia, Uberaba, dentre outros. Na seção "Pela Universidade", eram publicadas informações relacionadas a eventos, atividades e datas importantes ligadas à instituição universitária.

Na seção "No Mundo dos Sports", costumavam ser publicadas notícias, análises e informações relacionadas a eventos esportivos locais e nacionais, como: notícias sobre times locais, de variados tipos de esporte, cobertura de eventos esportivos, perfil de atletas, calendário esportivo e análises esportivas. Nas seções "Vida Social" e "Cinemas e Teatros", eram veiculadas informações sobre eventos sociais, festividades e cerimônias, bem como divulgações das peças teatrais e exibições cinematográficas que estavam programadas para ocorrer na capital. Já em "Movimento Comercial", eram noticiadas informações atualizadas e análises relacionadas ao mundo dos negócios, com foco em aspectos econômicos e comerciais.

Aos domingos, o jornal apresentava uma seção distinta denominada "Domingueiras edípicas", na qual eram disponibilizadas anedotas, charadas e crônicas para os leitores desfrutarem, como observado na figura 6.



Figura 6
Domingueiras edípicas
Fonte: Estado de Minas, 27/01/1929, p.3.

A partir do dia 2 de junho de 1929, foram introduzidas aos domingos três novas seções: “Crônica de modas”, “A vida na fazenda” e “Crônica literária” (ver figura 7). A seção “Crônica de modas”, direcionada claramente ao público feminino, em sua essência, focalizava predominantemente em temas relacionados à moda e conselhos de beleza, já a seção agrícola tinha como enfoque central a oferta de orientações relacionadas ao manejo de animais, produção no campo, informações sobre maquinário e atualizações relevantes do mundo agrário. Na seção literária, eram disponibilizados contos e crônicas para os leitores.

É interessante notar que o lançamento da coluna de moda indicava que a mulher era um público alvo buscado pelo periódico, e este espaço possivelmente servia como um lugar de síntese dos assuntos identificados pelo jornal como sendo de interesse das mulheres. Como destacado por Kelly Nascimento, os conselhos de moda eram uma maneira de reafirmar valores. Os jornais reservavam para as mulheres artigos com dicas de moda e beleza, cobertura de eventos sociais, e através deles consolidavam a imagem feminina sob a perspectiva dos olhares conservadores. De acordo com a autora, a moda desempenhava uma função crucial, “ela colaborava na definição do papel social das mulheres e fornecia elementos para a construção da imagem feminina ideal que seria promovida pela imprensa mineira durante este período”⁹⁸.

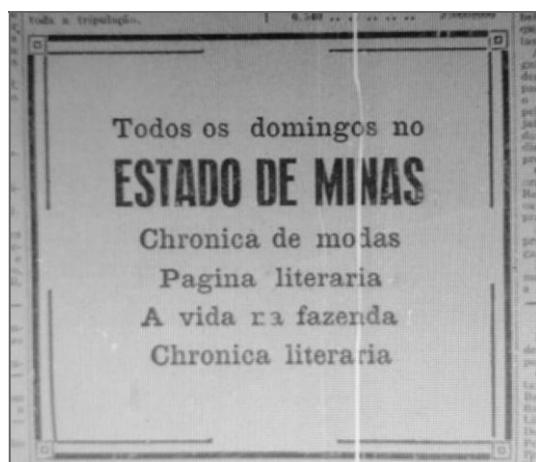


Figura 7
Novas seções aos domingos
Fonte: *Estado de Minas*, 22/06/1929, p.4.

⁹⁸ Nascimento, Kelly Cristina. **Entre a Mulher Ideal E a Mulher Moderna: Representações Femininas Na Imprensa Mineira - 1873-1932.** 2006, p.171.

A presença de anúncios era notável no jornal, indicando claramente a conversão dos impressos em produtos comerciais, sobretudo através do financiamento por meio dos anúncios, o que demonstrava o surgimento do jornalismo empresarial. Das 10 páginas que o jornal publicou em 23/12/1928, por exemplo, a sexta é toda dedicada à divulgação de produtos e serviços (como vendas, contratações etc), além de informações de utilidade pública (doenças, higiene e afins) associadas ao comércio de produtos diversos, incluindo produtos voltados para o público feminino, o que demonstra a consolidação das mulheres como leitoras e consumidoras.



Figura 8
Página com anúncios
Fonte: *Estado de Minas*, 23/12/1928, p.6.

Essa comercialização do jornalismo se manifestou não apenas na inserção massiva de anúncios, mas também na expansão física das operações jornalísticas. Em janeiro de 1930, houve a inauguração da nova sede do jornal na Avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte. Essa expansão levou o jornal a operar em três edifícios diferentes, sendo que a rotativa permaneceu na Avenida João Pinheiro, no número 267⁹⁹. O terceiro edifício abrigava o posto de Pequenos Anúncios, também situado na Avenida Afonso Pena (ver fig 9), próximo à empresa Força e Luz, que antecedeu a Cemig.

A transferência para a Avenida Afonso Pena oferecia uma localização central e de

⁹⁹ De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, prensa rotativa é: “Aparelho manual ou mecânico usado para reproduzir, com tinta, em papel ou outro material, imagens e textos moldados, gravados ou fotografados em placa ou cilindro, em relevo, a entalhe ou em plano; impressora, máquina impressora, prelo.” Disponível em: <<http://j3brasil.blogspot.com/2011/01/o-que-e-uma-rotativa.html>>.

fácil acesso não apenas para os funcionários do jornal, mas também para os leitores e anunciantes. Essa acessibilidade era fundamental para garantir a eficiência das operações jornalísticas e o alcance do público-alvo. Além disso, como aponta Tatiana Pimentel Barbosa, a Avenida Afonso Pena era conhecida por ser uma área de grande atividade econômica, cultural e social na cidade. Ao estabelecer sua sede nessa região, o jornal garantia uma presença visual marcante em um local frequentado por uma grande variedade de pessoas, incluindo empresários, políticos, artistas e membros da sociedade em geral. Essa visibilidade contribuía para reforçar a imagem e a influência do jornal como um dos principais veículos de informação na região¹⁰⁰.

Outro aspecto a ser considerado é que a presença do posto de Pequenos Anúncios na mesma área proporcionava uma integração conveniente entre os serviços oferecidos pelo jornal e as necessidades dos leitores e anunciantes locais. Isso facilitava o acesso aos serviços de classificados e fortalecia a posição do jornal como um centro de comunicação e negócios na cidade.



Figura 9
Avenida Afonso Pena em 1930
Fonte: Acervo Iconográfico do Arquivo Público Mineiro
Autor da fotografia: Fernando Lutz e Cia. Ltda
Legenda: Vista aérea da Av. Afonso Pena onde estava localizada uma das sedes do jornal *Estado de Minas*.

¹⁰⁰ Barbosa, Tatiana Pimentel. **Identidade Sociedade-espacó: Transformação E Permanênciá na Avenida Afonso Pena.** 2022, p.87.

No que se refere à orientação política, inicialmente, o jornal não adotou uma posição ideológica definida, restringindo-se a noticiar os debates iniciais relacionados à sucessão presidencial de Washington Luís. Em sua edição inaugural, o jornal deixou clara sua intenção de se posicionar como um veículo de comunicação apartidário, desprovido de afiliações políticas explícitas, em consonância com a tendência do jornalismo contemporâneo. Embora, como veremos mais adiante, essa intenção não tenha sido cumprida.

[...] Para defender com altivez os interesses geraes, o jornal não pode ser partidário, nem mesmo político no sentido usual dessa palavra entre nós, pois política é synonimo de personalismo, e não de ideal. Não teremos ligações nem dependências com os governos, mas encararemos sem prevenções injustas os homens incumbidos da administração¹⁰¹.

No início do ano de 1929, Juscelino Barbosa se desfez de sua participação no jornal, deixando a empresa sob a responsabilidade de Pedro Aleixo e Álvaro Mendes Pimentel¹⁰². A partir desse marco, o jornal passou a delinear de maneira mais nítida sua posição política. No decorrer do primeiro semestre, o *Estado de Minas* forneceu uma cobertura extensa à campanha liderada pelo presidente estadual Antônio Carlos Ribeiro de Andrada em prol do voto secreto. De acordo com Marieta Ferreira, a oportunidade surgiu com a abertura de uma vaga no Conselho Deliberativo de Belo Horizonte, uma posição não remunerada e de pouca importância política.¹⁰³ Este momento assinalou a introdução pioneira do voto secreto no país, provocando uma ampla repercussão em todo o território nacional. O jornal *Estado de Minas* expressou seu respaldo à candidatura do professor José de Magalhães Drummond, que

¹⁰¹ Jornal *Estado de Minas*, 07 de março de 1928, p.1.

¹⁰² Pedro Aleixo, advogado e professor titular de Direito Penal na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e um dos três jornalistas fundadores do “*Estado de Minas*”. Foi um dos articuladores, em Minas Gerais, da Revolução Liberal de 1930. Era presidente da Câmara dos Deputados em 10 de novembro de 1937, quando Getúlio Vargas deu o golpe de estado e dissolveu o Congresso Nacional. Foi um dos que assinaram o “Manifesto dos Mineiros” (24 de outubro de 1943) em favor da redemocratização do País e um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN). Entre 1946 e 1958 dedicou-se à política mineira. Foi eleito deputado federal em 1958 e liderou a Maioria na Câmara durante o governo de Jânio Quadros. Reelegido em 1962, tomou parte ativa nas articulações que precederam o golpe militar de 31 de março de 1964. Foi Líder da Maioria na Câmara dos Deputados durante o governo de Castelo Branco e Ministro da Educação e Cultura durante o primeiro semestre de 1966. Foi eleito, indiretamente, vice-presidente da República na chapa do presidente Costa e Silva e ficou no governo no período de 1967 a 1969. Em 1969, com a doença do presidente Costa e Silva, foi impedido pela Junta Militar de assumir a presidência da República. Faleceu em 1975. NETO, Casimiro. **A Construção da Democracia. Coordenação de Publicações.** Brasília. 2003.

¹⁰³ FERREIRA, Marieta de Moraes. In: ESTADO DE MINAS. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-taaaaaaaematico/estado-de-minas-o>> Acesso em: 22 ago. 2023, p.2.

concorreu contra o jovem advogado Jair Negrão de Lima, apoiado pelo então prefeito da capital, Cristiano Machado.

A partir de maio de 1929, com a mudança de controle acionário e a entrada de Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, proprietário dos Diários Associados, o jornal passou a adotar uma postura definida, como explicitado posteriormente¹⁰⁴. Chateaubriand delegou a direção do periódico a Dario de Almeida Magalhães.¹⁰⁵ Na primeira reunião sob essa nova administração, foram nomeados os seguintes cargos-chave: Milton Campos como redator-chefe, Tancredo Neves como secretário de redação, Pedro Aleixo como presidente da empresa e José Maria Alkmim como gerente.

Gerente	Data de atuação
João Silva Junior	07/03/1928 - 28/04/1928
Vito Leão	29/04/1928 - 01/05/1928
J. Aroeira filho e Vito Leão	02/05/1928 - 28/05/1928
Aroeira filho	29/05/1928 - 14/06/1929
José Maria Alkmim	15/05/1929 - até 1932.

Quadro 2
Listagem dos gerentes do jornal *Estado de Minas* de 1928 a 1932
Fonte: Arquivo *Estado de Minas*

Na figura 10, abaixo apresentada, é possível identificar uma mensagem que comunica aos leitores a alteração na posse do jornal, informando que Pedro Aleixo e Álvaro Mendes

¹⁰⁴ Francisco Assis Chateaubriand (1892-1968) foi jornalista, empresário e político brasileiro. Dono dos "Diários Associados", a maior rede de comunicação do país, entre as décadas de 30 e 60. Em 1950 inaugurou a TV Tupi de São Paulo, a primeira emissora de televisão da América Latina. Em 1954 foi eleito para a cadeira nº 37 da Academia Brasileira de Letras. CPDOC/FGV. **ASSIS CHATEAUBRIAND**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-assis-chateaubriand-bandeira-de-melo>> Acesso: 15/01/2024.

¹⁰⁵ Dario de Almeida Magalhães, advogado e jornalista mineiro, desempenhou papéis destacados ao longo de sua carreira. Exerceu a função de diretor no jornal *Estado de Minas* e nos Diários Associados, sendo também deputado constituinte pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) em 1934. Destacou-se como fundador do Partido Republicano (PR), no qual se candidatou sem sucesso a deputado federal nas eleições de 1946.

Posteriormente, ocupou o cargo de secretário-geral do PR, sendo posteriormente indicado para o Ministério da Educação durante a gestão do presidente Eurico Gaspar Dutra. Além disso, Dario foi membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, auxiliar do advogado-geral de Minas Gerais e ocupou as posições de presidente do Banco do Estado da Guanabara e do Banerj. O GLOBO. **Dario de Almeida Magalhães (1908-2007): Um incansável defensor das causas cívicas**. Ano 11, Nº 425, p. 15.

Pimentel não detêm mais a propriedade do periódico. “A propriedade deste jornal, deixaram, desde hontem, de fazer parte da nossa direcção os drs. Pedro Aleixo e Alvaro Mendes Pimentel”¹⁰⁶.



Figura 10

Mudança de proprietário do jornal

Fonte: Jornal *Estado de Minas*, 15 de maio de 1929, p.2.

Francisco de Assis, por meio de seus numerosos periódicos distribuídos pelo Brasil, liderou uma campanha vigorosa em apoio à Aliança Liberal, uma coalizão política brasileira, encabeçada por Getúlio Vargas e João Pessoa. O principal objetivo da Aliança Liberal era concorrer nas eleições presidenciais contra o candidato oficial do governo, Júlio Prestes. É evidente que o respaldo dos Diários Associados à Aliança Liberal proporcionaria benefícios consideráveis a Chateaubriand, que conseguiu obter financiamento por meio de membros da Aliança Liberal para a aquisição do jornal *Estado de Minas*¹⁰⁷.

Essa nova fase foi marcada por um engajamento absoluto na campanha da Aliança Liberal. Essa postura política vigorosa marcou o jornal durante muitos anos. Após a derrota de Getúlio Vargas nas eleições de março, o jornal se alinhou com a abordagem revolucionária e prestou pleno apoio ao movimento armado que ocorreu em outubro de 1930¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Jornal *Estado de Minas*, 15 de maio de 1929.

¹⁰⁷ MATOS, Júlia Silveira. **Caminhos entrecruzados: liberdade e democracia em Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand**. Historiae, Rio Grande, v. 1, n. 3, p. 75, 2010.

¹⁰⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Ferreira, Marieta de Moraes. In: ESTADO DE MINAS. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-taaaaaaaaematico/estado-de-minas-o>> Acesso em: 22 ago. 2023, p.2

Com a instauração do governo provisório liderado por Vargas, o jornal *Estado de Minas* expressou inicialmente solidariedade aos revolucionários e confirmou seu apoio ao presidente estadual Olegário Maciel, adotando uma postura neutra diante das divisões internas do Partido Republicano Mineiro. Entretanto, à medida que o governo provisório se estendia, o periódico, seguindo a diretriz de Chateaubriand, lançou uma campanha contra Vargas, passando a apoiar de forma mais evidente os grupos do PRM alinhados com Artur Bernardes e demonstrando simpatia pela Revolução Constitucionalista de 1932.

Desse modo, o estudo do jornal durante o período analisado revela não apenas a evolução da imprensa em Minas Gerais, mas também os desafios enfrentados por esse veículo de comunicação em um contexto político e social complexo. Desde sua fundação em 1928 até os primeiros anos da década de 1930, o jornal passou por diversas transformações, refletindo não apenas as mudanças no cenário político do país, mas também as demandas e expectativas de seus leitores.

Uma das principais conclusões que podemos extrair é a influência dos interesses políticos e comerciais na linha editorial do jornal. Embora tenha sido fundado com a intenção de ser apartidário, o *Estado de Minas* acabou por se alinhar com determinadas correntes políticas, especialmente após a mudança de controle acionário e a entrada de Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. Esse alinhamento político, por sua vez, impactou diretamente na cobertura jornalística e na forma como os eventos políticos eram retratados.

Além disso, a análise do jornal nos permite compreender a importância da imprensa como um ator político e social. Ao longo do período estudado, o jornal desempenhou um papel ativo na formação da opinião pública e na promoção de determinadas agendas políticas. Sua capacidade de influenciar o debate público e moldar a percepção dos leitores evidencia o poder e a responsabilidade dos meios de comunicação em uma sociedade democrática.

O *Estado de Minas* representa não apenas um exemplo da evolução da imprensa brasileira, mas também um reflexo das complexidades e contradições da vida política e social do período. Sua história oferece insights valiosos sobre o papel dos meios de comunicação na construção da democracia e na formação da opinião pública.

Capítulo 2

Entre o público e o privado: o debate acerca do sufrágio feminino

“Uma mulher em público está sempre fora do lugar”

Pitágoras

Jaime Pinsky comprehende cidadania “na sua acepção mais ampla [...] como a expressão concreta do exercício da democracia”.¹⁰⁹ Considerando que a democracia liberal contemporânea se baseia em um sistema de eleições, no qual os representantes são designados por meio do voto individual de cada cidadão, a importância do acesso a esse mecanismo torna-se essencial para consolidar o voto como um dos seus princípios fundamentais. Diante disso, para uma compreensão mais aprofundada do processo que conduziu as mulheres a conquistarem um papel ativo na esfera política do Brasil, é imperativo examinar a trajetória que essas mulheres percorreram ao fazer a transição do espaço doméstico para o espaço público¹¹⁰.

Como nos recorda Eric Hobsbawm, as últimas décadas do século XIX, caracterizadas pela Revolução Econômica, desempenharam um papel crucial nas dinâmicas sociais, uma vez que a industrialização em rápido crescimento na Europa resultou na saída das mulheres do âmbito privado¹¹¹. A Primeira Guerra Mundial desempenhou um papel fundamental na ampliação da presença de mulheres na força de trabalho, particularmente no setor industrial. Isso ocorreu devido ao deslocamento da força de trabalho masculina para o front de batalha. Além disso, houve a necessidade de intensificar a produção nas fábricas, que estavam envolvidas na fabricação de materiais para a guerra. Como resultado, muitas das justificativas

¹⁰⁹ PINSKY, Jaime; Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 8.

¹¹⁰ Nesta dissertação, adotou-se o conceito de espaço público de Hannah Arendt. Segundo Arendt, o espaço público é um domínio de aparição onde indivíduos se revelam através da ação e do discurso, permitindo a liberdade política e a interação plural. É essencialmente um espaço de visibilidade, diversidade e memória coletiva, distinto do espaço privado e crucial para a vida política significativa. ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. – 10. Ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p.62.

¹¹¹ HOBSBAWM, Eric J. **Era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2005. p.279.

que tradicionalmente limitavam as mulheres ao ambiente doméstico, como a crença de que sua principal vocação era a maternidade, perderam sua validade.¹¹²

Motivadas pela influência da revolução econômica e pelas mudanças que ocorreram após a Primeira Guerra Mundial, as organizações femininas nos EUA e na Inglaterra intensificaram seus esforços na busca por igualdade de direitos, particularmente nas camadas médias da sociedade. Na Inglaterra, em especial, ocorreram manifestações vigorosas, incluindo a quebra de vidraças, greves de fome e atos de protesto extremos, como suicídios políticos. Graças à atuação conjunta dessas forças, o direito ao voto foi estendido às mulheres, especialmente em países europeus, após o término da Primeira Guerra Mundial, embora em algumas regiões com restrições, como a exigência de ser casada, limitações de idade e outras condições¹¹³.

Um ponto crucial a ser destacado quando discutimos a ascensão da presença feminina na força de trabalho durante a Primeira Guerra Mundial, é reconhecer que, no Brasil, as mulheres que mais se beneficiaram dessas mudanças foram, em grande parte, aquelas pertencentes às classes burguesas. Conforme apontado por Mary Del Priore, é evidente ao olharmos para o passado que as mulheres pobres sempre estiveram envolvidas em atividades remuneradas fora de casa. No entanto, isso não elimina o fato de que a participação das mulheres burguesas no mercado de trabalho formal durante a guerra desafiou as normas de gênero existentes, promovendo maior autonomia e independência econômica para elas. É necessário, porém, reconhecer que essa entrada no mercado formal geralmente ocorria em circunstâncias mais vantajosas em comparação com as mulheres de classes mais baixas, que permaneciam sujeitas à discriminação e exploração no mercado informal.¹¹⁴

Nesse contexto global de busca por direitos, as mulheres brasileiras também estavam envolvidas em suas próprias lutas. No Brasil, as primeiras organizações de mulheres pelo direito à educação e ao voto surgiram na segunda metade do século XIX. No Congresso Nacional, a pauta do voto feminino surgiu pela primeira vez em 1891. O artigo 70 da Constituição de 1891 estabeleceu que os eleitores seriam os "cidadãos" com mais de 21 anos, excluindo explicitamente os analfabetos, soldados, mendigos e religiosos. Curiosamente, a exclusão das mulheres não foi mencionada, e o uso do termo "cidadãos" no masculino também não se aplicava a elas. Celi Pinto afirma que "a mulher não foi citada porque

¹¹² PINSKY, Carla Bassanezy; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In.:PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 295.

¹¹³ PINSKY, Carla Bassanezy; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In.:PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 296.

¹¹⁴ DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. In: **O inevitável trabalho feminino**. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997, p.517.

simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos.”¹¹⁵

São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei.
§ 1º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais, ou para os estados:
1º os mendigos;
2º os analfabetos;
3º as praças de pret, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;
4º os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra, ou estatuto, que importa a renúncia da liberdade individual.
§ 2º A eleição para cargos federais reger-se-á por lei do Congresso.
§ 3º são inelegíveis os cidadãos não alistáveis¹¹⁶.

De acordo com Mônica Karawejczyk, alguns deputados começaram a advogar pelo direito de voto das mulheres que tinham educação superior e não estavam sob tutela paterna. Dentre as figuras públicas que defendiam o voto feminino, se encontravam Epitácio Pessoa, Hermes da Fonseca, Costa Machado e Lopes Trovão. No entanto, essa iniciativa não teve sucesso. Aqueles que se opunham a essa ideia mencionavam, por exemplo, a suposta inferioridade das mulheres, considerada por alguns como um traço natural.¹¹⁷

Segundo Marcelo Melo da Silva, no contexto das discussões entre os constituintes, o deputado Barbosa Lima sustentou que “a participação da mulher na vida pública abalaria os alicerces da família”¹¹⁸. O deputado Moniz Freire, um opositor ferrenho do sufrágio feminino, argumentava que conceder às mulheres o direito de voto representaria inevitavelmente uma “dissolução da família brasileira”.¹¹⁹ Ele sustentava que a participação das mulheres no espaço público alteraria irremediablemente os “laços sagrados da família, que se consolidam em torno das atividades puramente domésticas das mulheres.”¹²⁰ Segundo Moniz, a concessão do direito de voto às mulheres seria considerada uma contraposição à própria ordem natural:

¹¹⁵ PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p.16.

¹¹⁶ ANNAES, vol. I, 1924, p. 239-240

¹¹⁷ Costa Machado, conforme delineado por Mônica Karawejczyk, desempenhava o papel de deputado representante do estado de Minas Gerais e destacou-se como ardente defensor do sufrágio feminino. KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil**. 2013. 398 f. Tese (Doutorado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2013, p.112).

¹¹⁸ SILVA, Marcelo Melo da. **Votar é preciso : os movimentos feministas em Recife e a construção do eleitorado feminino (1931-1934)**. 2016. 123 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016, p.27.

¹¹⁹ Anais do Congresso Constituinte, 1891, p. 456 apud SILVA, Marcelo Melo da. **Votar é preciso : os movimentos feministas em Recife e a construção do eleitorado feminino (1931-1934)**. 2016, p.26.

¹²⁰ Ibidem, 2016, p.26.

Ora, querer desviar o espírito feminil desse dever, dessa função, que é a base de toda a organização social, cujo primeiro grão é a família, para levá-lo ao atrito das emulações práticas, no exercício de funções públicas, é decretar a concorrência dos sexos nas relações da vida ativa, modificar esses laços sagrados da família, que se formam em torno da vida puramente doméstica da mulher, e corromper a fonte preciosa de moralidade e de sociabilidade, que ela mais diretamente representa, demandando como condição de pureza a sua abstenção completa da vida prática.¹²¹

Conforme Karawejczyk, o mencionado Costa Machado contestava esse tipo de argumentação justamente por acreditar que caso o sistema adotado pelo novo regime efetivamente correspondesse ao modelo republicano e se fundamentasse no conceito de democracia, este deveria ser implementado em sua totalidade. Segundo o entendimento do deputado, um governo que se propõe a ser do povo e para o povo não poderia excluir uma parte significativa de sua população¹²².

Essas declarações, como a de Moniz Freire, refletiam a perspectiva de que as mulheres burguesas (brancas e livres) deveriam se restringir ao espaço privado e que sua presença no espaço público seria considerada uma ameaça. No entanto, apesar da negação inicial, a primeira iniciativa que ocorreu em 1891 acabou motivando muitas mulheres a se unirem em defesa de seus direitos políticos.

De acordo com Celi Pinto, Leolinda Daltro e Gilka Machado fundaram o Partido Republicano Feminino em 1910. Contudo, é interessante notar, como observa a autora, que o partido nascia de uma contradição, pois um partido político tem como finalidade apresentar propostas e eleger seus membros para implementá-las. No entanto, nenhuma mulher era elegível, nem mesmo como eleitora.¹²³

Rachel Soihet afirma que em novembro de 1917, Leolinda e Gilka lideraram uma passeata com 84 mulheres, surpreendendo a população do Rio de Janeiro, possivelmente contribuindo para que, no mesmo ano, o deputado Maurício de Lacerda apresentasse na Câmara um projeto de lei que propunha o sufrágio feminino. No entanto, esse projeto nem chegou a ser discutido. Em 1919 um novo projeto é apresentado pelo senador Justo Chermont dispondo sobre a capacidade eleitoral da mulher, maior de 21 anos, admitindo, assim, que uma lei ordinária poderia consagrar o direito político da mulher. O projeto Chermont, no

¹²¹ Anais do Congresso Constituinte, 1891, p. 456 apud SILVA, Marcelo Melo da. **Votar é preciso : os movimentos feministas em Recife e a construção do eleitorado feminino (1931-1934)**. 2016, p.27.

¹²² KARWEJZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil**. 2013. 398 f. Tese (Doutorado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2013, p.112.

¹²³ PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p.18.

entanto, não logrou ser convertido em lei¹²⁴.

Em 1921, foi apresentado um novo projeto de lei que “quase nada se diferenciava do projeto Chermont, ou mesmo do projeto Lacerda (...) e versava sobre o alistamento eleitoral de mulheres maiores de 21 anos.”¹²⁵ Projeto este que recebeu parecer favorável do deputado Juvenal Lamartine, como nos recorda Karawejczyk.

Segundo Soihet, no ano de 1919, Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura fundaram a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, uma organização dedicada a buscar o reconhecimento dos direitos das mulheres e sua plena participação na vida pública. Em 1922, a Liga que foi criada pouco antes foi substituída pela Federação Brasileira para o Progresso Feminino - FBPF, permitindo uma maior visibilidade e a possibilidade de diálogo com os órgãos políticos. A FBPF se destacou como a entidade mais significativa no âmbito do movimento feminista durante a primeira metade do século XX. Inspiradas pela FBPF, várias federações estaduais surgiram, incluindo a de Minas Gerais, sendo o segundo estado a criar a sua.¹²⁶

Conforme Ana Maria Prestes Rabelo, no período compreendido entre 1923 e 1928, surgiram tentativas de reavivar a discussão sobre o projeto do senador Chermont, juntamente com outras propostas para o alistamento feminino que foram consideradas por parlamentares. Por exemplo, o deputado Basílio de Magalhães apresentou o projeto de lei nº 247 em dezembro de 1924, que abordava essa questão, mas também não avançou. Somente em 1927, o projeto nº 102 do Senado foi revisitado, sob a liderança de Adolpho Gordo, que na época presidia a Comissão de Justiça da Casa. Todavia, o posterior relator, Thomaz Rodrigues, impediu uma segunda votação.¹²⁷

Como apontado por Karawejczyk, em 1927, no Rio Grande do Norte registrou-se o marco histórico da primeira eleitora, Celina Guimarães Viana, que solicitou seu alistamento com base nos preceitos constitucionais do Estado, os quais asseguravam o direito ao voto sem distinção de sexo. Contudo, segundo a autora, na primeira eleição em que as riograndenses exerceram o direito ao voto, em 1928, seus sufrágios foram invalidados por decisão da Comissão de Poderes do Senado Federal. A justificativa apresentada foi a necessidade de

¹²⁴ SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*. N.15. ANPEd. Campinas, 2000, p. 99.

¹²⁵ KARAWEJCYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil*. 2013. 398 f. Tese (Doutorado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2013, p.221).

¹²⁶ SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*. N.15. ANPEd. Campinas, 2000, p. 101.

¹²⁷ RABELO, Ana Maria Prestes. *1922-2022: cem anos do sufragismo feminino no Brasil*. In: Princípios, nº 163, jan./abr. 2022, p. 111.

legislação específica para regular tal participação feminina nas eleições. Posteriormente, em 1929, o referido Estado testemunhou a eleição da primeira prefeita da América do Sul, Alzira Soriano, na cidade de Lajes¹²⁸.

De acordo Karawejczyk, no ano de 1930, começou a tramitar no Senado o projeto que garantiria o direito de voto às mulheres, mas com a Revolução ocorrida naquele ano, as atividades parlamentares foram suspensas. Na sequência da Revolução, ao assumir o comando do Governo Provisório, Getúlio Vargas estabeleceu, por meio do decreto nº 19.459, datado de 6 de dezembro de 1930, a formação de uma comissão legislativa encarregada de examinar e sugerir modificações na legislação e no processo eleitoral. Para isto, foi nomeado um grupo de juristas encarregados de elaborar o novo código eleitoral, sendo eles Assis Brasil, João da Rocha Cabral e Mário Pinto Serva. Uma das proposições de reforma consistia em ampliar o direito de voto para as mulheres. No dia 24 de fevereiro de 1932, o voto feminino foi conquistado com a promulgação do novo Código Eleitoral¹²⁹.

Após uma breve contextualização acerca da trajetória que culminou na aprovação do sufrágio feminino, o estudo se direciona para o próximo tópico central desta dissertação, que consiste na análise das notícias veiculadas sobre o voto feminino no período compreendido entre 1928 a 1930.

2.1 As Minas nas urnas: a trajetória do sufrágio feminino mineiro no jornal *Estado de Minas* - 1928 a 1930

Dois dias após sua inauguração, no dia 09/03/1928, o periódico *Estado de Minas* apresenta, em sua segunda página, a primeira notícia referente ao voto feminino. A matéria consiste em uma entrevista com a Condessa Pacci, explicitada abaixo, na qual o EM busca a opinião da Condessa sobre a capital mineira e seu meio intelectual. Durante essa entrevista, são abordadas questões relacionadas ao sufrágio universal e ao movimento feminista no Brasil.

¹²⁸ KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil.** 2013. 398 f. Tese (Doutorado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2013, p.292.

¹²⁹ Ibidem, 2013, p.301.

- EM: Qual a opinião da condessa sobre o feminismo no Brasil?
- Penso que aqui, como nas demais repúblicas do Sul America, se deviam pleitear os direitos feministas mais moderadamente. Sou contra o sufragio universal, porque a mulher não está ainda preparada para o gozo dessa conquista máxima na América do Sul, onde até mesmo grande parte dos homens não estão habilitados para o amplo exercício dos direitos políticos.
- [...] Quando a mim, só admito o feminismo dentro das normas do catolicismo, que tem sido minha profissão de fé.
- EM: E quanto ao feminismo em geral? As suas conquistas?
- Na Inglaterra e nos Estados Unidos, a mulher não tem mais conquista a realizar. Na França mesmo, o seu trabalho está encerrado. A saxônia, entretanto, é mais ousada que a latina, se bem que não mais inteligente. Daí a maior rapidez com que caminha.¹³⁰

A entrevista inaugurou um período em que o jornal *Estado de Minas* exploraria o debate em torno do voto feminino e do feminismo. No período compreendido entre 9 de março de 1928 à 31 de dezembro de 1932, excluindo as segundas-feiras, que não contemplavam publicações. Nesse contexto, adentraremos na análise da entrevista concedida pela Condessa Pacci.



Figura 11
Propagandista do feminismo
Fonte: *Estado de Minas*, 09/03/1928, p.2.

A entrevista com a Condessa Pacci revela uma perspectiva conservadora e restritiva em relação ao sufrágio feminino. Ao afirmar que os direitos feministas deveriam ser pleiteados mais moderadamente, a Condessa expressava uma visão de cautela em relação às demandas das mulheres por igualdade de direitos. Sua oposição ao sufrágio universal, justificada pela crença de que as mulheres não estavam preparadas para tal conquista, refletia uma mentalidade patriarcal que questionava a capacidade das mulheres de participar plenamente da esfera política. Revelava também uma perspectiva excludente sobre a

¹³⁰ Jornal *Estado de Minas*, 9 de março de 1928, p.2.

população brasileira, coerente com ecos de um “liberalismo oligárquico”¹³¹. Além disso, ao determinar o feminismo dentro das normas do catolicismo, a Condessa revelou uma abordagem restritiva que limitava a defesa dos direitos das mulheres a uma perspectiva religiosa.

Como afirma Rachel Soihet, a busca por direitos civis de forma "bem comportada", sem questionar as amarras patriarcais e familiares, estava diretamente conectada a uma estratégia delineada por feministas conscientes de suas limitações e influenciadas pelo tradicionalismo¹³². Isso fica evidente no relato acima apresentado. Suely Costa em consonância com Soihet, afirma que as iniciativas desse conjunto não devem ser encaradas como ações domesticadas, mesmo quando executadas de maneira polida.¹³³

Outro ponto que merece destaque é o título atribuído à matéria pelo periódico, chamando-a de "Propagandista do feminismo". Sob esse título, a Condessa Pacci é apresentada como figura central na discussão sobre o voto feminino naquele contexto. Esse título sugere uma ênfase no papel da Condessa como defensora ativa do movimento feminista, destacando seu engajamento na promoção dos direitos das mulheres. Tal escolha editorial pode indicar uma intenção por parte do jornal de oferecer diferentes perspectivas sobre o tema e de dar visibilidade às vozes femininas nesse debate. Entretanto, é importante notar que o título também pode ser interpretado de outras maneiras. Por exemplo, o termo "propagandista" pode carregar conotações de promoção intensiva ou de viés ideológico, sugerindo uma tentativa de deslegitimar as opiniões da Condessa ou do movimento feminista como um todo.

A segunda matéria registrada referente ao assunto, se deu quase um mês após a primeira reportagem, por meio de um texto redigido por Maria Lacerda de Moura. Neste escrito, a autora criticou a busca por direitos políticos, expressando a convicção de que o movimento sufragista era superficial e discriminatório¹³⁴.

¹³¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p.83.

¹³² SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p.103.

¹³³ COSTA, Suely Gomes. **Um estimulante encontro com Michel de Certeau: o feminismo tático de Bertha Lutz**. Cadernos Pagu, N° 27, Campinas: 2006, p. 02.

¹³⁴ Maria Lacerda de Moura foi uma pensadora anarquista brasileira, feminista e pacifista. Ela nasceu em 1887, na cidade de Manhuaçu, em Minas Gerais, e morreu em 1945, no Rio de Janeiro. Em 1919, ela participou da fundação da Federação Internacional Feminina. Neste período, chegou a participar do movimento sufragista, que abandonou muito rapidamente, considerando que a pauta pelo direito ao voto seria uma pauta burguesa e menos importante diante de outras questões muito mais urgentes que as mulheres enfrentavam na sociedade naquele momento. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/teorias-feministas/feminismo-educacao-libertaria-e-antifascismo-no-pensamento-de-maria-lacerda-de-moura/>>. Acesso em: 17/01/2024.

A palavra ‘feminismo’ de significação e lastima, deturpada, corrompida, mal interpretada, já não diz das reivindicações femininas [...]. Em qualquer gazeta, a cada passo, vemos a expressão “vitória do feminismo” referente às vezes a uma simples questão de modas. Ocupar uma posição de destaque em qualquer repartição pública, cortar os cabelos ‘à la garçonne’, viajar só, estudar em academias, publicar um livro de versos tudo isso constitui as vitórias do feminismo, vitórias que nada significavam perante o problema da emancipação integral da mulher. A verdadeira emancipação é posta de lado. [...]. É uma tática bem manejada. Enquanto as mulheres se contentam com essas ‘vitórias’, a sua verdadeira emancipação é posta de lado ou nem chega a ser descoberta pelos tais reivindicadores de direitos adquiridos. E essas reivindicações não podem se limitar a ação caridosa ou ao simples direito de voto que não vem de modo algum solucionar a questão da felicidade humana e se restringirá a um número limitadíssimo de mulheres¹³⁵.

De acordo com Jussara Miranda, as críticas de Maria Lacerda de Moura ao movimento sufragista eram profundas, baseadas na crença de que tanto as mulheres ricas quanto as pobres permaneceriam subjugadas enquanto a estrutura opressiva persistisse. Ela argumentava que o verdadeiro caminho para a liberdade não residia no direito ao voto ou na ocupação de cargos políticos pelas mulheres, mas sim no autoconhecimento, no domínio do próprio corpo e no afastamento dos dogmas religiosos. Para ela, a libertação feminina não poderia ser alcançada através das instituições políticas existentes, mas sim por meio de uma transformação radical das estruturas sociais e culturais¹³⁶.

Além disso, como ressalta Miranda, Maria Lacerda confrontou as feministas sufragistas, argumentando que, ao invés de buscar uma transformação radical do sistema, elas buscavam apenas se integrar a ele. Ela criticou a tendência dessas mulheres, muitas das quais pertencentes à classe média, em se concentrar em ações de caridade em vez de combaterem a exploração sistêmica. Segundo sua perspectiva, enquanto as feministas sufragistas almejavam a inclusão na estrutura existente, as empregadas domésticas continuavam a ser exploradas, os trabalhadores nas fábricas sustentavam o luxo da elite e os menos favorecidos continuavam excluídos do acesso à educação¹³⁷.

Posteriormente, no dia 22/04/1928, em uma seção avulsa, deparamo-nos com o texto elaborado por Mietta Santiago - associada da filial mineira da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) -, intitulado em letras garrafais “*O voto feminino e os direitos da mulher*”. Acredita-se que esse texto seja uma resposta direta à crítica feita por Maria Lacerda

¹³⁵ Jornal *Estado de Minas*, 22/03/1928, p.4.

¹³⁶ MIRANDA, Jussara Valéria de. **Recuso-me ! Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura**. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006, p.15-16.

¹³⁷ Ibidem, 2006, p.15-16.

de Moura. Enquanto Moura expressava descontentamento com o movimento sufragista, argumentando que as conquistas femininas estavam sendo desviadas para questões superficiais, Mietta Santiago destacava a importância do voto feminino e dos direitos políticos das mulheres.

No texto, a autora destaca a responsabilidade de todos os cidadãos, incluindo aqueles com restrições legais, em contribuir para a esfera política. Ela enfatiza o direito cívico de participação, incluindo o voto, ocupação de cargos políticos e expressão de opiniões. A autora também aborda o significado do voto como uma adesão livre da vontade individual para canalizar os interesses do povo no governo. Além disso, ela contextualiza o momento pós-Guerra, reconhecendo o surgimento do movimento sufragista feminino e destacando o papel das mulheres na guerra e na força de trabalho. A autora conclui que, ao entrar na política, a mulher não perde sua feminilidade¹³⁸.

Todos os cidadãos - quer dizer - os 36 milhões de brasileiros com restrições legais têm o dever de ajudar a mover a máquina administrativa política! - o jus civitalis - ou o direito cívico que autorizam o brasileiro participar na formação ou no exercício da autoridade nacional - a exercer o direito de votante ou eleitor - e ocupar cargos políticos - e a manifestar suas opiniões sobre o governo - pertencem pelas regras rigorosas da hermenêutica tanto aos cidadãos como às cidadãs brasileiras! Voto: é a adesão inabalável da vontade do indivíduo - em toda a sua plenitude - a causa do outro indivíduo. Votar é pois aderir com toda a liberdade da escolha - do critério individual, para canalizar o interesse do povo dentro dos órgãos político-administrativos do governo. [...] Hoje: depois da grande guerra - que fez vacilar a intimidade de todas as tradições políticas - seculares dos continentes - fazendo subir a tona as aspirações obscuras das classes trabalhistas - onde germinava abafado e violento o ideal do sufragio feminino. Hoje: que a humanidade assistiu as mulheres do mundo inteiro serenas e heróicas - diante dos uivos das metralhadoras - nos hospitais de sangue - no fundo das trincheiras como os batalhões femininos de Kerenski - internamente sacrificado... Hoje: a humanidade - assistiu a mulher substituir o homem nos trabalhos mais brutais - que exigiam maior capacidade psíquica ao lado de uma grande resistência moral. [...] Nunca: a mulher deixará de ser feminina só porque levou ao cenário político do seu país: o prestígio da sua quota de responsabilidade nacional da econômica administrativa!¹³⁹

No dia 10 de maio de 1928, foi documentada a primeira notícia sobre o sufrágio feminino propriamente dito. As demais matérias, em sua essência, caracterizavam-se

¹³⁸ Mietta Santiago foi escritora, advogada criminalista, poeta, sufragista e feminista. Em nível nacional, o fato que mais repercutiu em relação a todas as mulheres, foi ter a escritora e advogada mineira Mietta Santiago, em 1928, notado que a proibição ao voto feminino contrariava o artigo 70 da Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891), então em vigor. Com base nisso, Mietta impetrhou, como advogada, Mandado de Segurança e obteve sentença (fato inédito no país) que lhe permitiu votasse em si mesma para um mandato de deputada federal. Embora ela não tenha conseguido se eleger, o que seria uma ousadia para a época. Em Minas Gerais fundou a Liga de Eleitoras Mineiras. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados.

¹³⁹ Jornal *Estado de Minas*, 22/04/1928, p.5.

predominantemente por artigos de opinião, nos quais se discorria acerca do sufrágio feminino, seguindo o estilo apresentado anteriormente por autoras como Mietta Santiago e Maria Lacerda de Moura. A notícia em pauta versava sobre Julia Barbosa, notabilizada como a primeira mulher a se candidatar à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, como veremos a seguir no trecho abaixo.

O Brasil no presente momento, atravessa uma phase de auspíciosas aspirações feministas. [...] O Estado do Rio Grande do Norte foi o primeiro a abrir suas urnas eleitorais às mulheres. É provável que dentro de pouco tempo, todo o Brasil terá aumentada a sua columna eleitoral, com as novas eleitoras, que conjuntamente com os homens, decidirão dos altos interesses da Nação e dos Estados. [...] O governador Lamartine num gesto largo e liberal, ofereceu uma poltrona no seio da Assembleia do Estado à senhorinha Julia Barbosa.¹⁴⁰



Figura 12
Feminismo
Fonte: *Estado de Minas*, 10/05/1928, p.3.

Além desta publicação, no mesmo dia, encontramos um artigo sobre o voto feminino nos Estados Unidos. O jornal relatava a palestra proferida por André Moura, escritor francês, durante uma conferência nos EUA. O autor expressava críticas em relação ao voto feminino, argumentando que sua conquista não resultou em benefícios significativos. "As mulheres queriam votar, dizem elas. Pois votam. Mas quantas, dentre elas foram eleitas até hoje. Pouquíssimas. Ou seja, de nada adiantou."¹⁴¹ Esta notícia é sugestiva, pois, neste momento, o movimento sufragista brasileiro, como nos recorda Mônica Karawejczyk, se valia do argumento de que nas nações civilizadas o voto feminino já era instituído¹⁴². No entanto, a

¹⁴⁰ Jornal *Estado de Minas*, 10/05/1928, p.3.

¹⁴¹ Jornal *Estado de Minas*, 10/05/1928, p.6.

¹⁴² KARWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil.** 2013. 398 f. Tese (Doutorado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2013, p.113).

reportagem destaca justamente o argumento contrário a essa adoção, especialmente no mesmo dia em que se noticiava o fato da primeira mulher candidata a um cargo de representação política no Brasil.

Na edição de 16 de setembro de 1928, o jornal comentava o alistamento da primeira eleitora do Estado de Minas Gerais, Mietta Santiago, e apontava a expansão acerca do debate do voto feminino na sociedade. O texto destaca o debate sobre o sufrágio no judiciário, reproduzindo os argumentos do juiz Dr. Moura Rangel, que fundamentou sua decisão no argumento de que o sufrágio feminino era, de fato, constitucional, conforme explicitado no trecho a seguir.

Considerando que a Constituição Federal longe de proibir, permite o direito de voto às mulheres; Considerando que tal direito é hoje reconhecido pela doutrina e expressamente consagrado pelas leis de perto de quarenta Estados dos mais civilizados da Terra; Considerando que a requerente provou ter todos os requisitos da lei para que lhe seja reconhecido por sentença o direito de votar e ser votada nas eleições políticas, defiro o seu requerimento e determino que seja seu nome incluído na lista dos eleitores desta Capital¹⁴³.

A matéria explorava a ideia de que as mulheres já desempenhavam funções em cargos públicos, como o magistério, questionando a razão pela qual as mulheres ainda não possuíam o direito ao voto, mesmo exercendo essas responsabilidades. Além do mais, ressaltava que “nas nações mais civilizadas do mundo, o voto já era reconhecido e exercido pelas mulheres”¹⁴⁴. Mietta Santiago tinha 25 anos quando solicitou o alistamento eleitoral por meio de um mandado de segurança, conforme mencionado pela matéria.



Figura 13
Dra. Mietta Santiago
Fonte: *Estado de Minas*, 16/09/1928, p.2.

¹⁴³Ibidem, 16/09/1928, p.2.

¹⁴⁴Jornal *Estado de Minas*, 16/09/1928, p.2.

Sete dias após a divulgação da notícia acerca do alistamento eleitoral da primeira mulher em Minas Gerais, o jornal publicou um texto intitulado “*Façamos a revolução antes que as mulheres a façam*”. O texto começa ressaltando que, a cada dia, surgiam mais notícias

sobre a disseminação do movimento feminista no Brasil. Inicialmente, no Rio Grande do Norte, onde as mulheres reivindicaram e conquistaram o direito de voto. Posteriormente, o movimento se propagou para Minas Gerais, com o alistamento de duas mineiras, Mietta Santiago e Elvira Komel, e agora se observava esse fenômeno no Estado do Rio de Janeiro¹⁴⁵.

A matéria afirmava que a política brasileira enfrentaria complicações, uma vez que todos os métodos precisariam ser reformulados para se adequar às novas condições e demandas. A sensibilidade feminina, segundo a narrativa, impunha exigências mais complexas de serem atendidas, requerendo maior delicadeza e habilidade. O autor observou que muitas pessoas se alarmavam com o voto feminino, enquanto outros apenas o consideravam peculiar, mas previu que tudo se acomodaria e o hábito banalizaria o fato.

O redator indicou que os homens falharam em concretizar a revolução prometida e expressou a esperança de que as mulheres trouxessem uma maior dose de civismo e amor à causa pública. Concluiu mencionando que talvez houvesse apenas um inconveniente na substituição do homem pela mulher: "tornar ainda mais derramado o patrimônio republicano"¹⁴⁶.

Através da fala do jornalista, torna-se evidente a desigualdade de gênero enfrentada pelas mulheres neste contexto, resultante da imposição de um paradigma que associava o cuidado como uma missão exclusiva da mulher. Segundo Thaís Almeida, este cenário histórico se entrelaça com a narrativa republicana, muitas vezes vinculada aos ideais higienistas de modernidade, os quais pregavam a necessidade de limpeza, ordem e moralidade para alcançar o avanço social e político. Nessa perspectiva, como ressalta Almeida, as mulheres republicanas eram frequentemente idealizadas como agentes de

¹⁴⁵ Primeira advogada mulher no Fórum de Belo Horizonte, sufragista e segunda eleitora mineira, alistada em 1928, Elvira Komel apoiou a Revolução de 1930, publicando nos jornais manifestos dirigido às mulheres, convocando-as a integrar o Batalhão Feminino João Pessoa, que fundou para servir de base de apoio ao movimento na capital mineira. Defendeu também a luta pela educação formal feminina liderando congressos e encontros. Sua breve trajetória foi marcada pelo engajamento nas bandeiras feministas e movida pelo sentimento de construção de um novo Brasil. Ela se posicionou na contramão de juristas que valorizavam a proteção oferecida às mulheres pelo casamento, que fornecia aparência e fazia perpetuar subserviência e obediência. Ficou conhecida como a líder do movimento feminista em Minas Gerais. Disponível em: <<https://brasiliayanafotografica.bn.gov.br/?p=1994>>. Acesso em: 24/01/2024.

¹⁴⁶ Jornal *Estado de Minas*, 23/09/1928, p.3. O "patrimônio republicano" refere-se ao conjunto de recursos, bens e valores que pertencem ao Estado, ou seja, à coletividade dos cidadãos de uma nação. Este patrimônio engloba não apenas os recursos financeiros, mas também os bens materiais, imateriais e naturais que são administrados e utilizados em prol do interesse público.

moralização e civilização, atribuindo-lhes o papel de cuidadoras e promotoras da saúde e do bem-estar público. Essa associação se baseava em estereótipos de gênero que consideravam as mulheres naturalmente predispostas ao cuidado e à virtude, contrastando com a suposta corrupção e ineficácia dos homens no espaço público¹⁴⁷.

No artigo jornalístico mencionado, é possível perceber uma constatação, não era mais possível impedir a extensão do sufrágio às mulheres; a noção de que a adoção do voto feminino era inevitável, era clara. Entretanto, esse novo fato estava ainda em gestação, e as opiniões contrárias não deixavam de existir. O que se pode depreender como uma diferença em relação ao período anterior, no início da República, é que as preocupações agora se davam sobre o espaço público com a entrada da participação feminina, enquanto antes, elas se voltavam para o privado com a saída da mulher.

O cenário construído pelo texto indicava que as mulheres não pertenciam ao ambiente político, mas, dado que sua inserção se tornara inevitável, era necessário modificar toda a estrutura eleitoral para incluí-las. Os estereótipos relacionados à ideia do que era ser mulher tornavam o sexo feminino incompatível com o espaço público, e para inseri-las, seria preciso reformar o sistema eleitoral, visto que, a priori ele não foi constituído para incluí-la.

É relevante observar que, embora Minas Gerais seja muitas vezes negligenciado pela historiografia do sufrágio feminino, foi o segundo Estado a ter eleitoras alistadas, conforme relatado no artigo anteriormente mencionado. Além disso, destaca-se o papel de Mietta Santiago, uma mineira pioneira e a primeira mulher a buscar e obter, por meio do sistema judiciário, o direito de votar e ser votada¹⁴⁸.

Mietta Santiago identificou que a Constituição vigente não excluía explicitamente as mulheres do direito ao voto. O artigo 70 da Constituição dispunha, sem discriminação de gênero: “São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.”¹⁴⁹ Com base nessa interpretação, Mietta ingressou com um mandado de segurança e, de maneira inédita, obteve judicialmente o direito de votar em si mesma e de candidatar-se ao cargo de deputada federal. Embora não tenha sido eleita, sua conquista teve ampla repercussão em todo o Brasil, representando um marco significativo para a época. Desse modo, ela se tornou a primeira a exercer plenamente seus direitos políticos, tanto o direito político ativo (votar), respaldado por uma sentença fundamentada em direito líquido e certo conforme previsto na

¹⁴⁷ Almeida, Thaís Marcello de. "A 'Natureza Feminina': Considerações sobre a Idealização da Mulher como Cuidadora e Protetora do Lar." Anais do Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, 2018, p. 7.

¹⁴⁸ Disponível em:

<https://biblio.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2020/03/Mietta-Santiago_Biografial.pdf>. Acesso em: 23/01/2024.

¹⁴⁹ ANNAES, vol. I, 1924, p. 239.

Constituição Federal, quanto o direito político passivo (ser votada)¹⁵⁰.

Naquela época, o Partido Republicano do Rio Grande do Norte explorou a oportunidade proporcionada por Mietta Santiago para lançar a candidatura de Luiza Alzira Soriano Teixeira, uma potiguar que viria a ser a primeira mulher eleita para um cargo político no Brasil, desempenhando o cargo de prefeita no município de Lages¹⁵¹.

Esses avanços em Minas Gerais no que diz respeito ao sufrágio feminino são especialmente significativos quando consideramos o contexto nacional. Na matéria abaixo (figura 14), destaca-se o estado de Minas Gerais como o pioneiro na concessão do direito de voto às mulheres. O discurso proferido pelo deputado Francisco Badoró, conforme relatado no texto, buscava “elucidar a verdade histórica sobre a evolução do movimento feminista no Brasil”¹⁵². Ele mencionou um episódio ocorrido na cidade de Minas Novas durante a vigência da lei Rosa e Silva, no qual o juiz de direito Dr. Francisco Coelho Duarte permitiu que três mulheres - Alzira Elvina Nogueira, Clothilde Ferreira de Oliveira e Maria Santos - participassem de pleitos eleitorais.¹⁵³ No entanto, um recurso foi interposto na capital, resultando na exclusão dos nomes dessas mulheres do livro de alistamento da comarca. O deputado expressou desconhecimento quanto aos motivos que levaram a Junta a tomar tal decisão, sugerindo que provavelmente não foram muito diferentes daqueles que resultaram na exclusão dos votos femininos no Senador José Augusto.

Ao noticiar essa declaração, o jornal destaca o papel histórico do estado de Minas Gerais na conquista dos direitos políticos das mulheres, ressaltando sua relevância no contexto nacional. Isso pode ser interpretado como uma tentativa de valorizar e reconhecer as contribuições de Minas Gerais para o avanço da democracia republicana no Brasil. Além disso, ao associar Minas Gerais ao pioneirismo no sufrágio feminino, o jornal está construindo uma imagem do estado como uma vanguarda progressista e moderna, seguindo o modelo europeu e americano. Essa narrativa reforça a ideia de que Minas é uma região culturalmente avançada e politicamente engajada, capaz de liderar o país em questões sociais importantes, como os direitos das mulheres.

Conforme delineado por Cristiana Facchinetti e Carolina Carvalho, este período representou o auge do modernismo, que se configurou como um dos principais projetos de

¹⁵⁰ Disponível em:

<https://biblio.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2020/03/Mietta-Santiago_Biografia1.pdf>. Acesso em: 23/01/2024.

¹⁵¹Ibidem, 23/01/2024.

¹⁵² Jornal *Estado de Minas*, 23/08/1928, p.1.

¹⁵³ A Lei Rosa e Silva foi uma lei brasileira, que regulamentava o processo eleitoral no Brasil e estabelecia critérios para o alistamento eleitoral e a participação nas eleições. LIMA, Pedro Henrique Mendes Souza. **O processo eleitoral na República Velha e a Lei Rosa e Silva**. In: v. 12, n. 12 (2016), p. 10.

desenvolvimento para o Brasil. Inspirado nos padrões urbanos e sociais europeus, o modernismo brasileiro buscava promover valores e comportamentos que desafiavam as tradições estabelecidas, visando a adoção de novos costumes e estilos de vida. Segundo as autoras, dentro desse contexto de modernização, os direitos das mulheres começaram a ganhar destaque como parte integrante das mudanças sociais em curso. Um Estado moderno, nesse contexto, é aquele que busca não apenas a modernização econômica e infraestrutural, mas também reconhece a importância de adaptar as instituições e as leis às demandas de uma sociedade em transformação. Assim, a discussão sobre o papel das mulheres no espaço público e sua participação nos processos políticos começaram a surgir como parte das discussões sobre o progresso e a modernidade da nação¹⁵⁴.

Desse modo, essa conexão entre o voto feminino, a civilização e a modernidade está implícita na reportagem, sugerindo que a concessão do direito de voto às mulheres é um marco de progresso e desenvolvimento social. Ao destacar Minas Gerais como o estado pioneiro nesse aspecto, o jornal está sugerindo que o estado desempenha um papel central na condução do país em direção à modernidade e à civilização.



Figura 14
Minas foi o primeiro Estado a conceder o voto feminino¹⁵⁵
Fonte: *Estado de Minas*, 23/08/1928, p.1.

Foi possível notar, por meio das várias publicações do periódico, que o movimento

¹⁵⁴ FACCHINETTI, C.; CARVALHO, C. **Loucas ou modernas? Mulheres em revista (1920-1940)**. Cadernos Pagu, n. 57, p.7, 2019.

¹⁵⁵ Em 1904, três mulheres, Alzira Nogueira, Clothilde Ferreira Oliveira e Maria Santos, foram formalmente alistadas em Minas Novas, seguindo as disposições da lei Rosa e Silva. Entretanto, a junta de recursos deliberou pela exclusão do alistamento das três jovens professoras, que haviam sido previamente registradas pela Comissão da cidade. Essa decisão resultou na não efetivação da tentativa de alistamento, impedindo, assim, que Minas Gerais se tornasse o primeiro Estado a conceder o voto feminino na época.

eleitoral feminino também estava presente nas cidades do interior de Minas Gerais, não se limitando apenas à capital, como demonstrado nas matérias abaixo. O jornal frequentemente abordava o sufrágio feminino em diferentes estados e países. A comparação das conquistas obtidas por mulheres estrangeiras constituía um tema recorrente nos discursos daqueles que advogavam pela emancipação feminina. Este paralelo servia como um estímulo para as mulheres brasileiras, em semelhança com as sufragistas mineiras, que não se acuavam diante das críticas e demandavam o exercício do que consideravam ser seu direito inalienável: o voto, como podemos verificar pelo trecho e destaque a seguir.

No estado do Rio acaba de registrar-se grandiosa e vibrante victoria para o feminismo - a Junta Fluminense de Recursos Eleitoraes manteve de pé, com a maioria soberba, substanciosa sentença do preclaro Juiz de São João da Barra, que deferiu o pedido de alistamento da senhorinha Francisca de Gaya¹⁵⁶.



Figura 15
A primeira eleitora de Pitangui - MG
Fonte: Estado de Minas, 09/11/1928, p 4.



Figura 16
A primeira eleitora de Cabo Verde - MG
Fonte: Estado de Minas, 14/11/1928, p 2.

¹⁵⁶ Jornal Estado de Minas, 06/02/1929, p.4.



Figura 17
Voto feminino em Uberabinha - MG
Fonte: *Estado de Minas*, 28/10/1928, p 3.

A frequente utilização do termo "feminismo", como pode ser visualizado ao longo das publicações do jornal, para destacar a luta das mulheres por conquistas políticas, se alinhava com os ideais do movimento eleitoral feminino e reforçava a importância da participação das mulheres na esfera política. Segundo Mônica Karawejczyk, essa prática era recorrente devido ao fato de que, durante o século XIX e início do século XX, os movimentos feministas nos Estados Unidos e na Europa visavam reconfigurar a posição da mulher na sociedade, especialmente através da busca pela participação na esfera eleitoral.¹⁵⁷ A respeito disso, Lerice Garzoni expressa uma visão similar à de Karawejczyk.

O significado do termo feminismo, que passou a ser usado como bandeira de luta e de articulação de grupos brasileiros, a partir do final da década de 1910, poderia ser visto como uma manifestação de mais uma etapa rumo a ideais igualitários, o que havia sido iniciado pelas editoras de jornais emancipacionistas da segunda metade do século XIX e concluído, ao menos em uma “primeira onda” do feminismo brasileiro, com a aprovação do direito ao voto feminino em 1932.¹⁵⁸

Garzoni argumenta que o termo "feminismo", que ganhou destaque como uma bandeira de luta e articulação de grupos brasileiros a partir do final da década de 1910, pode ser interpretado como uma manifestação de uma etapa adicional em direção a ideais igualitários. Essa evolução tem suas raízes no movimento das editoras de jornais emancipacionistas da segunda metade do século XIX e culmina, ao menos, em uma primeira onda do feminismo brasileiro, com a aprovação do direito ao voto feminino em 1932. Consequentemente, as realizações políticas, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e

¹⁵⁷ KARAWEJCZYK, M.. **Urnas e saias: uma mistura possível. A participação feminina no pleito eleitoral de 1933, na ótica do jornal Correio do Povo.** Topoi (Rio de Janeiro), v. 11, n. 21, p. 204–221, jul. 2010.

¹⁵⁸ GARZONI, Lerice de Castro. **Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX).** 2012, p.24. 291f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.

a autonomia civil eram todas englobadas sob o termo "feminismo".

Ademais, é pertinente ressaltar que essas publicações, que noticiavam uma nova tentativa de voto feminino ou a inclusão de uma nova votante, eram dispersas de forma aleatória no jornal, sem uma seção definida. Limitavam-se a relatar o acontecimento, descrevendo o ato realizado pelo juiz de direito. Umas das hipóteses levantadas é que o jornal adotava essa abordagem para demonstrar uma postura neutra e imparcial em relação à questão do sufrágio feminino. Ao simplesmente noticiar os fatos sem adicionar opiniões ou análises editoriais, o jornal poderia evitar ser percebido como tendencioso em favor ou contra o movimento pelo voto feminino. Além disso, ao publicar essas notícias de forma aleatória e sem uma seção dedicada, o jornal poderia estar tentando garantir que o assunto não se destacasse demais em relação a outros fatos políticos.



Figura 18
O feminismo em Minas
Fonte: *Estado de Minas*, 05/10/1928, p 1.

Na edição de 29/11/1928, noticiou-se que uma mulher tentara obter o direito ao voto na cidade de Araguary, mas teve sua petição negada pelo juiz de direito.

O movimento eleitoral feminino em nosso Estado vai crescendo. Pode-se dizer mesmo que é onde se nota maior agitação do bello sexo, em favor dos seus direitos ao voto. Agora em mais uma comarca do Estado, vem de se verificar uma tentativa de uma mulher obter os *jus suffragii*. Tentativa tão somente, e tentativa malograda, pois o juiz de direito de Araguary negou provimento ao pedido¹⁵⁹.

¹⁵⁹ Jornal *Estado de Minas*, 29/11/1928, p1.



Figura 19

O voto feminino em Minas

Fonte: Estado de Minas, 29/11/1928, p1.

A lei eleitoral em vigor não reconhece a mulher o direito de voto; aliás, no texto constitucional (artigo 70) só é cidadão, isto é, o homem brasileiro, dotado de certos requisitos, pode alistar-se eleitor. A prova, porém, mais cabal, de que a mulher não tem esse direito, está nas tentativas feitas por várias vezes de se converter em lei projectos apresentados no Congresso Federal, nesse sentido. Esses projectos tem sido frequentemente rejeitados, não porque esse direito já preexistisse mas justamente porque a nossa Constituição não o reconhece á mulher. Recentemente, no caso da eleição do Rio grande do Norte, o senado federal deixou de apurar votos femininos dados ao candidato eleito, manifestando assim, claramente, a sua opinião contraria a esse direito.

[...] Sob o ponto de vista social, ao mesmo resultado chegaremos. A mulher foi feita para o lar. Sua função é função novre e santa, é ser mãe de família, é ser protetora dos pequenos, dos pobres, dos desvalidos, dos infelizes. [...] Tirar a mulher dessas funcções, envolvendo-a nas luctas violentas e apaixonadas da política, obrigá-la aos combates das competições e ambições dos homens, será um crime social imperdoável.¹⁶⁰

Araguari, 23 de setembro de 1928, - Joaquim Moreira Athayde.

Mais adiante, no dia primeiro de janeiro de 1929, verificou-se mais um indeferimento de solicitação de voto, desta vez referente a Maria Soares, moradora da cidade de Guanhães, interior de Minas Gerais.

O Dr Adauto Feitosa, juiz de direito da comarca de Guanhães, deu o despacho abaixo no requerimento em que a senhorita Maria Soares pediu o seu alistamento eleitoral na referida cidade:

A senhorita Maria Soares requer o alistamento eleitoral e exibiu para isso a prova de todos os requisitos exigidos em lei. Indefiro o requerimento por não o permitir a constituição brasileira de 1891. A questão não é pacífica. Prende-se ella á questão de saber si tendo o artigo 70 da constituição federal no seu paragrapho 1 excluído os ali expressamente consignados, da participação do direito de votar, concedido a todos os cidadãos, e não tendo incluído a mulher entre aquelles quatro casos, Ella

¹⁶⁰ Jornal Estado de Minas, 29/11/1928, p1.

ficara privada desse direito¹⁶¹.

As manchetes em destaque à época evidenciaram a disseminação da luta pelo sufrágio feminino por todo o território de Minas Gerais, revelando a ampla força e apoio do movimento no Estado. Conforme evidenciado nos exemplos mencionados, a lacuna na Constituição de 1891 possibilitou o alistamento de muitas mulheres para votar. Entretanto, a postura adotada por essas mulheres, além de suscitar a inclusão do sufrágio feminino como uma temática recorrente na imprensa de Minas Gerais, provocou um debate entre os apoiadores e oponentes dessa causa.

No artigo veiculado pelo EM com o título “*As mulheres do Brasil podem votar: Um parecer de Clovis Bevilacqua*”, destaca-se um evidente apoiador do sufrágio feminino¹⁶².

A propósito da apuração dos votos das mulheres que figuram nas últimas eleições do rio grande do Norte, p juriscosulto Clóvis dirigiu ao dr.juvenal Lamartine, presidente daquelle Estado, a seguinte carta:

"Meu caro Lamartine - quer você saber a minha opinião sobre a capacidade política da mulher brasileira, eran face da CR. E assumpto que está na ordem do dia, e, portanto, e natural que tenho eu, como todos, envolvido o pensamento para Elle. Não vejo onde se possa abrigar uma objecçao ao direito legal de ser a mulher brasileira eleitora, e elegível para os cargos, que se existem por suffragio popular... Não me delerei na apreciação do elemento histórico da lei fundamental do Brasil, e olho somente para o seu dispositivo claro. A mulher é cidadã. Quer isto dizer, que no systema constitucional que nós rege a cidadania é qualidade que a lei assegura á mulher do modo mais completo. Consequentemente, os deveres e direitos do brasileiro lhe competem como ao homem. Assim quando a C. Declara no artigo 70. Que são eletores os cidadãos maiores de 21 annos, que se alistar-se na forma da lei, abrange homem e a mulher, porque ambos são cidadãos, e porque, como é sabido, onde a lei não distingue não deve o interprete distinguir. Além disso, se a CF quizesse excluir a mulher dos direitos conferidos pelo art. 70, principotel-a-ia incluído nas exclusões constantes do paragrapho 1. Não o fez: logo, está Ella comprehendida no princípio da cláusula¹⁶³.

Já no artigo intitulado “*O voto das mulheres em Minas*”, constatou-se que o argumento utilizado pelos defensores do voto feminino coincidia com o empregado pelos opositores ao sufrágio feminino. Ambos baseavam suas posições na Constituição Federal. "Esses juristas salientavam que, diante do silêncio constitucional e dos debates travados na

¹⁶¹ Jornal *Estado de Minas*, 01/01/1929, p2.

¹⁶² Clóvis Beviláqua (1859-1944) foi um renomado jurista, filósofo e historiador brasileiro. Ele é mais conhecido por ter sido o principal redator do Código Civil Brasileiro de 1916, que foi um marco na legislação nacional e permaneceu em vigor até 2002. Bevílaqua também foi professor de Direito e membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Sua obra e influência são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento jurídico e social do Brasil. SILVA, Wilton C. L. **A Construção Biográfica de Clóvis Beviláqua: memórias de admiração e de estigmas**. São Paulo: Alameda, 2016, p. 143.

¹⁶³ Jornal *Estado de Minas*, 19/05/1928, p.6.

Constituinte, o direito de voto das mulheres foi implicitamente negado.¹⁶⁴ Além disso, eles acreditavam que o voto feminino acarretaria severas consequências de ordem política que poderiam envolver a participação das mulheres nas eleições.

Argumentaram, por exemplo, que em eleições presidenciais, Minas Gerais teria eleitoras aptas a votar, enquanto o estado de São Paulo não as teria, o que resultaria na anulação das eleições caso o candidato fosse derrotado em todas as circunscrições eleitorais de Minas Gerais onde houvesse a participação feminina. Esse cenário assemelhava-se ao ocorrido no Rio Grande do Norte, onde os votos femininos foram anulados. Por fim, o artigo concluiu reiterando o quanto graves seriam as consequências do voto feminino para o país.

Conforme sustentado por Kelly Cristina Nascimento, as qualidades consideradas essencialmente femininas, os atributos naturais que conferiam à mulher uma distinção peculiar, estavam intrinsecamente ligados à ideia de submissão e abnegação. De acordo com suas análises, afastar-se desse paradigma era percebido como prejudicial tanto para a mulher quanto para a sociedade em geral, visto que poderia ocasionar desequilíbrios indesejáveis. A autora aborda a perspectiva dos opositores do voto feminino, os quais retratavam as sufragistas como indivíduos frustrados e ambiciosos, cujo propósito era desestruturar as bases familiares e sociais estabelecidas.¹⁶⁵

No mesmo contexto do debate sobre o voto feminino em Minas, destacou-se também a abordagem das sufragistas mineiras em relação à educação da mulher. Enquanto os defensores e opositores do sufrágio feminino baseavam suas posições na Constituição Federal, as sufragistas mineiras, representadas por figuras proeminentes como Elvira Komel, Celina Coelho e Mietta Santiago, enfatizavam a importância crucial da educação para a emancipação política da mulher.

Um exemplo elucidativo desse compromisso com a educação feminina é evidenciado no comunicado de Elvira Komel sobre a fundação da União Universitária Feminina. Essa iniciativa representava uma extensão da liga homônima previamente estabelecida na capital federal, na época o Rio de Janeiro¹⁶⁶.

¹⁶⁴ Jornal *Estado de Minas*, 28/10/1928, p.3.

¹⁶⁵ NASCIMENTO, Kelly Cristina. **Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932.** 2006, p.131. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte.

¹⁶⁶ Ernestina Carneiro Santiago, mais conhecida como Elvira Komel, nasceu em Barão de Cocais em 24 de junho de 1906. Em um curto período, destacou-se como líder entre as mulheres mineiras. Após obter habilitação em direito no Rio de Janeiro, ela ousadamente inaugurou uma banca de advocacia, tornando-se a primeira mulher a exercer a profissão no Fórum de Belo Horizonte, um ato de notável audácia para a época. Inspirada pelo êxito das sufragistas no Rio Grande do Norte, em 1928, a jovem mineira solicitou ao juiz de Direito de Belo Horizonte, Gentil de Moura Rangel, sua inclusão na lista de eleitores do estado. O juiz deferiu favoravelmente ao seu pedido, tornando-a a segunda eleitora de Minas Gerais. Em 1932, aos 26 anos, no auge



Figura 20
Pela educação da mulher brasileira
Fonte: *Estado de Minas*, 18/04/1929, p 1.

Dentro em breve fundar-se-á nesta capital a “União Universitária Feminina”, um dos prolongamentos da associação do mesmo nome existente no Rio de Janeiro. E esta é uma das mais graudiosas iniciativas femininas que se tem registrado nestes últimos tempos, dada a méeta elevada que lhe vae servir de norte¹⁶⁷.

Essa abordagem, enraizada na compreensão da educação como um caminho para a emancipação, ecoava as preocupações levantadas pelas feministas mineiras desde o século XIX, como destacado por Kelly Nascimento, que argumenta “as feministas mineiras do final do século XIX tinham uma grande preocupação com a educação das filhas, uma vez que elas seriam as responsáveis pela continuidade e pela consolidação da emancipação feminina”¹⁶⁸. Essa continuidade de ideais e ação entre as gerações de feministas em Minas Gerais ilustra a persistência e a coerência do movimento em sua busca por igualdade e direitos das mulheres, além de fixar as bases para o movimento sufragista mineiro.

Foi possível identificar também um alinhamento de interesses entre as reivindicações das sufragistas mineiras e as aspirações da classe operária feminina, mesmo que o movimento sufragista fosse predominantemente constituído por mulheres pertencentes à elite. Em um de seus artigos publicados no periódico *Estado de Minas*, Elvira Komel expressou sua preocupação em relação às trabalhadoras brasileiras e seu direito ao voto. A autora abordou as condições laborais exaustivas e sub-remuneradas enfrentadas por essas mulheres, sustentando a visão de que somente a regulamentação do trabalho feminino poderia erradicar a exploração a que eram submetidas. Para ela, a efetivação desse processo estava intrinsecamente ligada à participação das mulheres no sufrágio, argumentando que:

de sua ascensão como líder feminina no cenário político mineiro e enquanto se preparava para concorrer a uma vaga no Senado, Elvira adoeceu e veio a falecer no mesmo ano. SCHUMAHER, Schuma & Brasil, Érico Vital. (org.) **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, pp.196-197.

¹⁶⁷ Jornal *Estado de Minas*, 18/04/1929, p2.

¹⁶⁸ NASCIMENTO, Kelly Cristina. **Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932**. 2006, p.64. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte.

Penso que uma perfeita regulamentação do trabalho feminino é impossível no Brasil enquanto a mulher não contribuir com seu voto para a elaboração de uma lei concernente ao assunto, porque sujeitá-la, em tal caso, às leis que não tiveram o seu voto e a sua intervenção é contraproducente.¹⁶⁹

No âmbito de sua pesquisa acerca do movimento sufragista brasileiro, Branca Moreira Alves empreende uma análise das posturas adotadas por esse movimento em relação à mulher trabalhadora. Conforme a autora, o movimento sufragista era constituído de maneira exclusiva por mulheres pertencentes à classe média e elite. Esta composição, segundo Alves, fundamentava-se na convicção de que o direito ao voto conferiria a essas mulheres uma maior fruição dos benefícios decorrentes de sua posição social, uma vez que acreditavam que o sufrágio lhes proporcionaria acesso aos corredores do poder político. Por outro lado, para a mulher trabalhadora, o ato de votar não possuía a mesma significância, dado o contexto do processo eleitoral da República, no qual até mesmo os homens de sua classe não detinham substancial poder político¹⁷⁰.

Conforme delineado por Alves, o movimento sufragista demonstrou uma consideração atenta em relação à mulher trabalhadora por meio de suas declarações, manifestos e congressos. Para a pesquisadora, as reivindicações articuladas por esse movimento refletiam consonância com as demandas expressas pelas trabalhadoras, abrangendo questões como a redução da jornada de trabalho, a implementação de creches e a busca por igualdade salarial, entre outras pautas relevantes. Paradoxalmente, contudo, não se observava uma interação efetiva entre as organizações trabalhistas e o movimento sufragista¹⁷¹.

Segundo a autora, mesmo durante as décadas de 1920 e 1930, períodos caracterizados por uma intensa mobilização operária, a FBPF empenhava-se em fomentar a organização de mulheres em diversos setores. No entanto, apesar desses esforços, as mulheres trabalhadoras não se engajaram de maneira significativa no movimento sufragista. Tanto a FBPF quanto a Aliança Nacional das Mulheres (ANM) concebiam a participação dessas mulheres de maneira paternalista e assistencialista, estabelecendo uma dinâmica relacional entre patroa e empregada¹⁷².

No entanto, Soihet desafia essa proposição. De acordo com a autora, é incorreto

¹⁶⁹ Jornal *Estado de Minas*, 18/09/1928, p.1.

¹⁷⁰ ALVES, Branca Moreira. Ideologia & Feminismo. **A luta da Mulher pelo Voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980, p.155-164.

¹⁷¹ Ibidem, 1980, p.158.

¹⁷² Ibidem, 1980, p.160.

sustentar que o movimento sufragista, dada sua natureza burguesa, se contentava com conquistas no âmbito jurídico-político, o que o afastaria das mulheres trabalhadoras. Soihet argumenta que o movimento sufragista se engajou em diversas causas, e seria injusto limitar sua atuação unicamente à questão do sufrágio. A priorização da conquista do voto, segundo a autora, derivava da convicção de que o acesso aos direitos políticos constituía uma condição fundamental para a obtenção de garantias respaldadas pela legislação¹⁷³.

Em síntese, a análise revela uma dualidade de abordagens no movimento sufragista mineiro durante o início do século XX. Por um lado, a ênfase na educação da mulher, destacada pelas sufragistas mineiras, evidencia a importância atribuída à capacitação feminina para a conquista de direitos políticos. A criação da União Universitária Feminina é um exemplo representativo dessa dedicação à instrução formal.

Por outro lado, a pesquisa no jornal em questão aponta para uma desconexão entre as aspirações do movimento sufragista, predominantemente composto por mulheres da classe média e elite, e as demandas da mulher trabalhadora. Apesar das declarações de solidariedade e da articulação de pautas convergentes, como a redução da jornada de trabalho e a busca por igualdade salarial, observa-se uma falta de interação efetiva entre o movimento sufragista e as organizações trabalhistas.

2.1.1 A propósito do sufrágio feminino: uma perspectiva mineira

A adesão das mulheres à campanha em defesa de sua emancipação não se materializou de maneira uniforme, algumas expressavam concordância parcial em relação a determinados aspectos da causa, outras nem mesmo concordavam, ao menos na visão apresentada pelo EM. Esta afirmação é melhor esclarecida ao se analisarem as edições do ano de 1929, nas quais uma enquete intitulada "*A propósito do suffragio feminino*" foi conduzida pelo jornal.

É crucial ressaltar que a elaboração dessa enquete ocorreu precisamente durante o período em que o parlamentar Augusto de Lima apresentara um projeto de lei visando conceder direitos políticos às mulheres. No âmbito dessa enquete, foram escolhidas cinco mulheres, todas brancas, burguesas, ocupando cargos de destaque, seja no cenário

¹⁷³ SOIHET, Rachel. VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: Saberes masculinos e representações femininas. In: **Revista Estudos Feministas**. Vol 5 n. 1/97: IFCS/UFRJ, 1997, p.67.

profissional ou acadêmico¹⁷⁴.

A primeira entrevistada foi Edelweiss Barcellos, poetisa e Rainha dos Estudantes mineiros¹⁷⁵. Barcellos iniciou a entrevista com as seguintes palavras:

Quanto à nossa igualdade intelectual, nada há, mais que possa contestá-la. A mulher tem sabido conduzir-se de maneira tão brilhante, colaborando eficientemente ao lado do homem, que seria fastidioso justificar o logar de superior destaque que lhe concedeu a civilização. Mesmo no Brasil, onde a cultura é hesitante, as brasileiras se distinguem, hoje, em postos de grande relevo, isso à custa de muito trabalho intelectual e tenacidade.¹⁷⁶



Figura 21
A propósito do sufragio feminino
Fonte: *Estado de Minas*, 02/10/1929, p.2.

¹⁷⁴ Antônio Augusto de Lima, nascido em 5 de abril de 1859 em Nova Lima (MG), foi advogado, jornalista, poeta e político brasileiro. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1882, dedicou-se ao jornalismo e às causas abolicionistas e republicanas. Desempenhou diversos cargos públicos, incluindo promotor, juiz e deputado federal, e apoiou a Revolução de 1930. Faleceu em 22 de abril de 1934 no Rio de Janeiro, deixando um legado como membro da Academia Brasileira de Letras e autor de várias obras literárias. LEÃO, Múcio. Autores e livros. Suplemento literário de *A manhã*. **Augusto de Lima**. Ano IV. Vol. VII, 01/10/1944.

¹⁷⁵ O título de "Rainha dos Estudantes" era uma honraria concedida a uma jovem estudante eleita por seus colegas universitários para representá-los em eventos e atividades estudantis. A Rainha dos Estudantes desempenhava um papel crucial como uma espécie de guia ou inspiração motivadora, além de ser uma companheira para os estudantes. Além disso, devido à concepção predominante da mulher na época como naturalmente destinada à maternidade, ela também assumiria uma função maternal, cuidando das necessidades dos estudantes, especialmente daqueles que estavam distantes de suas casas e famílias. CHRISTÓFARO, A. DA C. ABREU JUNIOR, L. DE M.. A relação entre estudantes e pobreza na Caixa do Estudante Pobre Edelweiss Barcellos da Universidade de Minas Gerais (1932-1935). **Educação em Revista**, v. 29, n. 4, p. 78, dez. 2013.

¹⁷⁶ Jornal *Estado de Minas*, 02/10/1929, p.2.

A fala de Edelweiss Barcellos reflete uma perspectiva complexa sobre a igualdade intelectual entre homens e mulheres, destacando a contribuição das mulheres em vários campos e ressaltando a capacidade feminina de se destacar mesmo em uma cultura hesitante como a brasileira. No entanto, ela expressou uma visão tradicional quanto ao papel da mulher na esfera política.

Como vê, admiro plenamente nossa igualdade intelectual. Entretanto, parece-me que não devíamos procurar nos affazeres políticos novos campos de acção. A mulher foi talhada para viver no suave recanto do lar, animando fraquezas e suavizando o utilitarismo que nos envolve. Deve viver em perfeita communhao de idéas com os homens. A sua missão é de inspiradora de nobres pensamentos, e não se compreenderia uma desharmonia em espíritos que juntos devem pensar. Imagine um marido participando de aspirações políticas que a esposa não quer aceitar. Essa seria levada, naturalmente, a perder a auréola de brandura que a caracteriza no convívio puríssimo da família.¹⁷⁷

Barcellos admirava plenamente a igualdade intelectual entre os gêneros, reconhecendo a habilidade das mulheres em colaborar eficientemente ao lado dos homens. No entanto, ela sugeriu que as mulheres não deveriam buscar novos campos de atuação nos assuntos políticos. Em vez disso, ela defendia que a mulher era "talhada" para viver no ambiente acolhedor do lar, desempenhando o papel de inspiradora de nobres pensamentos e mantendo uma harmonia de ideias com os homens.

A visão de Barcellos refletia uma perspectiva mais conservadora sobre os papéis de gênero, enfatizando a importância da mulher no ambiente doméstico e preocupando-se com possíveis conflitos nas aspirações políticas que poderiam afetar a "auréola de brandura" que caracterizava a mulher no convívio familiar puro. Essa posição sugeria uma ênfase na preservação de papéis tradicionais de gênero e uma visão mais restrita do papel da mulher na sociedade.

Barcellos concluiu a entrevista sugerindo que a política talvez fosse uma distração, especialmente para aquelas que não tinham o privilégio de vivenciar uma grande felicidade. Ela insinuou que a participação política poderia servir como "um motivo para experimentar as intensas vibrações accentuadas pelas correntes partidárias".¹⁷⁸ Essa observação, embora pudesse ser interpretada como uma perspectiva pessoal, destacava a ideia de que a busca pela

¹⁷⁷ Ibidem, 02/10/1929, p.2.

¹⁷⁸ Ibidem, 02/10/1929, p.2.

felicidade pessoal poderia se desviar ou transcender as complexidades da arena política. Essa ponderação levantava questões sobre a relação entre a esfera política e a realização pessoal, destacando as diferentes perspectivas que as mulheres poderiam ter em relação ao envolvimento político e suas aspirações individuais.

A entrevistada seguinte foi Elvira Komel, estudante de direito e ativista pelos direitos políticos das mulheres. Ao iniciar a conversa, Elvira abordou o projeto de lei apresentado pelo deputado Augusto de Lima, expressando sua opinião de que, apesar das boas intenções do parlamentar, uma legislação específica não seria necessária para abordar essa questão. Ela sustentou que os direitos políticos das mulheres já eram garantidos no artigo 70 da Constituição, questionando a pertinência de uma lei adicional. Em relação ao argumento histórico frequentemente utilizado pelos opositores, Elvira resgatou a discussão, destacando que a sua improcedência teria sido comprovada.

Deste modo, sendo falho, como é, o elemento histórico, a questão, se reduz somente a interpretação restricta do dispositivo da lei que nos parece clara a respeito, não devendo, pois, existir mais dúvidas quanto a institucionalidade do voto feminino.

A palavra cidadão, do art.70, deve ser estudada não isoladamente, mas em confronto com o mesmo vocábulo, que é emprego em diversos artigos da constituição. E assim, vemos no art 69 o vocabulo cidadaos designando dps homens e mulheres, quando diz que são "cidadãos brasileiros nascidos no Brasil" e, em seguida, o artigo 70 estipulando que são eleitores os cidadãos que se alistar-se na forma da lei.

[...] Si a forma masculina não fosse a preferida pela lei para designar ambos os sexos, e os vocabulos "cidadaos" "brasileiros" não compreendessem homens e mulheres, teríamos como consequência:

1. As mulheres, embora nascidas no Brasil, não seriam brasileiras (art 69).
2. As mulheres não poderiam ocupar cargos públicos. Art 73.
3. Não teria também a mulher responsabilidade criminal, porque às leis penas se referem sempre aos delinquentes e criminosos,e não as delinquentes e criminosas.
4. Quando a constituição trata da declaração de direitos não diz todas e sim todos,e ninguém contesta que a mulher tem direito a proteção do "habeas corpus" a inviolabilidade do domicílio, enfim, como diz, Almeida Nogueira, a todos estas garantias que a constituição liberariam a nacionaes e estrangeiros. E tanto a lei usa sempre a forma grammatical masculina para designar ambos os sexos, que, se folhearmos o cód. Civil, encontraremos de princípio -art 2- , " todo homem é capaz de direitos e obrigações na ordem civil": e no art 82 " a personalidade civil do homem começa do nascimento com a vida.¹⁷⁹.

Sobre a constitucionalidade do voto feminino, Komel argumentava que a falha na interpretação histórica da questão do voto feminino se resumia a uma interpretação restrita do dispositivo da lei, que, segundo ela, era clara em relação à institucionalidade do voto feminino. Ela propôs uma análise mais abrangente da palavra "cidadão" no artigo 70 da Constituição, defendendo que deveria ser examinada em conjunto com outros usos desse

¹⁷⁹ Jornal *Estado de Minas*, 03/10/1929, p.3.

termo ao longo do texto constitucional. Afirmou que, ao observar o artigo 69, em que o termo "cidadãos brasileiros" inclui homens e mulheres nascidos no Brasil, e ao comparar com o artigo 70, que estipula que são eleitores os cidadãos que se alistam na forma da lei, não haveria dúvidas de que as mulheres estavam incluídas no direito de voto.

Elvira sugeriu que, se a lei não preferisse a forma masculina para designar ambos os sexos, implicaria em consequências como as mulheres não sendo consideradas brasileiras, incapazes de ocupar cargos públicos, sem responsabilidade criminal, entre outras. Ela destacou que a linguagem jurídica utilizava frequentemente a forma gramatical masculina para representar ambos os sexos, utilizando exemplos do Código Civil para ilustrar esse ponto. Em resumo, ela argumentava que a interpretação correta da Constituição incluía as mulheres como cidadãs e, portanto, elegíveis para o direito de voto.

A mineira concluiu a entrevista enfatizando que aqueles que acreditavam que a participação política da mulher resultaria em negligência familiar estavam equivocados. Nesse ínterim, ela cita as palavras do bispo José Pereira Alves¹⁸⁰, que afirma:

O feminismo, que não desintegra a mulher do lar, terá sempre a bênção da Igreja. A Igreja é imutável na verdade de seus dogmas, mas, não é imóvel. Ela é um organismo vivo. Não é indiferente as transformações políticas e sociais que agitam o mundo. Por isto, a Igreja abençoa tanto a mulher que trabalha para viver honradamente, no escritório comercial, datilógrafa ou contabilista, ou no exercício das profissões liberais, ou desempenhando funções administrativas, como que vai purificar as urnas com a sua fé intencional e participar da vida pública do país.¹⁸¹

A problemática relacionada ao voto feminino exemplificou uma abordagem ambígua adotada pela Igreja Católica. De maneira fervorosa, ela apoiava o exercício do voto pelas mulheres, alinhando-se a uma concepção de Estado moderno¹⁸². Simultaneamente, sustentava uma postura conservadora no âmbito da organização familiar, onde a mulher era relegada a um espaço de permanente submissão. Essa tensão evidenciou-se como parte intrínseca da

¹⁸⁰ Dom José Pereira Alves, natural de Pernambuco, era membro de um clero influenciado pelo ímpeto reformador do movimento ultramontano da Igreja Católica, tendo recebido sua formação no Seminário de Olinda, um importante centro de ensino religioso. Ordenado em 1907, ele foi nomeado bispo diocesano de Natal em 1923 pelo Papa Pio XI. Reconhecido não apenas por sua liderança religiosa, mas também por sua eloquência intelectual e seu envolvimento em diversas associações culturais, Dom José desempenhou um papel ativo na imprensa católica. Ele representava a Igreja militante e o clero engajado, exercendo autoridade sobre os leigos e acompanhando de perto as transformações políticas e sociais, buscando direcioná-las de acordo com os princípios e a doutrina católica. JOSÉ Pereira Alves. Fundação José Augusto, s.d. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000113935.PDF. Acessado em: 21 mar. 2024.

¹⁸¹ Jornal *Estado de Minas*, 03/10/1929, p.3.

¹⁸² Em 1920 o Papa Bento XV passou a apoiar abertamente o sufrágio feminino. MARTINS, Ana Paula Vosne. **"Qual feminismo? Reflexões sobre o feminismo conservador e a escrita militante de Amélia Rodrigues (1861-1926)"**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 95-116, maio/ago. 2020.

modernidade, caracterizada pela presença de dissensões em vez de consensos.

Como salientam as autoras Mônica Karawejczyk e Tatiana Vargas Maia, a Igreja buscava estabelecer-se em um novo contexto, incorporando elementos da modernidade sem comprometer os princípios fundamentais da Igreja Católica. Esse equilíbrio delicado foi viabilizado mediante a compreensão da modernidade como uma potencialidade intrínseca, dotada de sua própria normatividade.¹⁸³

Segundo as autoras, essa abordagem sugeriu uma adaptação estratégica por parte da Igreja, onde ela procurava manter sua identidade tradicional enquanto buscava se inserir de maneira coesa nos moldes da contemporaneidade. Nesse cenário, as mulheres constituíam uma parcela significativa do laicato católico e foram intencionalmente convocadas para participar do espaço público como parte de estratégias destinadas a expandir a influência social do poder católico¹⁸⁴.

Ademais, como afirmado por Karawejczyk e Maia, a pluralidade de perspectivas sobre o feminismo naquele período, especialmente quando sob análises desfavoráveis, indicavam as estratégias que o movimento feminista deveria adotar para avançar e concretizar seus objetivos. Um feminismo que, ao mesmo tempo em que defendia os direitos das mulheres, também promovia a permanência da mulher no lar, assumindo seu papel de mãe e esposa, que participava ativamente da sociedade sem negligenciar as responsabilidades domésticas¹⁸⁵.

Nesse contexto, um feminismo embasado em argumentos que visavam ampliar a participação da mulher na sociedade sem retirá-la do ambiente doméstico seria mais aceito pela sociedade, consequentemente, essa aliança entre igreja e movimento sufragista foi benéfico para a conquista ao voto. Como aponta Simone Costa, isso foi assimilado pelo movimento feminista sufragista do Brasil, que conduziu a luta pelo voto feminino de forma moderada, conservadora e "bem comportada"¹⁸⁶.

A terceira entrevistada, foi Cecy Gontijo, ex-Rainha dos Estudantes. Ela iniciou a entrevista expressando a importância de não subestimar a inteligência, habilidade e

¹⁸³ Karawejczyk, M., & Maia, T. V. (2016). A Igreja Católica e o Voto feminino no Brasil – uma questão de poder e influência. **COISAS DO GÊNERO: REVISTA DE ESTUDOS FEMINISTAS EM TEOLOGIA E RELIGIÃO**, 2(1), 90–104.

¹⁸⁴ Karawejczyk, M., & Maia, T. V. (2016). A Igreja Católica e o Voto feminino no Brasil – uma questão de poder e influência. **COISAS DO GÊNERO: REVISTA DE ESTUDOS FEMINISTAS EM TEOLOGIA E RELIGIÃO**, 2(1), 90–104.

¹⁸⁵ Ibidem, 2016, p.95.

¹⁸⁶ COSTA, Simone da Silva. "Feminismo e Igreja Católica: uma análise sobre a elaboração e práticas discursivas na Paraíba (1910-40)". Recife, 2015, p. 156. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco - PPGH- UFPE.

imaginação das mulheres. Destacou que o amor pelas artes e ciências elevava o ideal feminino, ampliando horizontes e proporcionando momentos de grande felicidade. Gontijo argumentou que as mulheres intelectuais não precisavam da política para demonstrar sua aguda percepção do universo. Quanto ao direito de voto, Cecy opinou:

Haverá vantagens na concessão do voto a mulher? Parece-me, só contrário, haver desvantagem. Opinou Spencer que "o tratamento da mulher melhora quando os dois sexos tem ocupações semelhantes" mas não creio ser assim, porque a mulher, naturalmente boa e virtuosa, procurando amenizar com a sua peculiar affeicao os soffrimentos da humanidade será digna dos maiores attencoes. O que a engrandece mais é a nobreza de seu coração, a paz de seu espírito. Para que igualala ao homem, admitindo-a na esphera política? Já ouvi de um santo e sabio padre, que o intuito de melhorará-la de situação poderá trazer mais tarde a destruição. Poderá perturbar a harmonia do lar. Ella, que tudo deve fazer para argumentar o encanto e a paz de uma família, pleiteando um candidato oposto do marido ou do pae, não poderá quebrantar a calma e a harmonia de sua casa? - Além disso, são muito sensíveris para entrar num campo agitado como a política.
[...] A mulher poderá prestar inúmeros serviços a pátria, sem exercer o direito do voto. Formando a sua família, ou mesmo como educadora, concorrerá para a formação dos homens de carácter, de grandes espíritos, verdadeiros apóstolos do bem e do direito, amando, sofrendo ou sorrindo, saberá lutar e vencer as grandes batalhas da vida.¹⁸⁷.



Figura 22
Cecy Gontijo
Fonte: Estado de Minas, 04/10/1929, p.1.

Cecy Gontijo apresentava uma perspectiva aparentemente contraditória em sua entrevista. Por um lado, enfatizava a importância da inteligência, habilidade e imaginação das mulheres, destacando a nobreza de seus corações e espíritos. No entanto, ao se opor ao direito

¹⁸⁷ Jornal Estado de Minas, 04/10/1929, p.1.

de voto para mulheres, levantava preocupações sobre a possível perturbação da harmonia familiar pela participação política feminina, questionando a necessidade de igualdade com os homens nesse contexto. Além disso, sugeria que buscar melhorias na situação das mulheres poderia resultar em destruição, uma visão que parecia contradizer seu reconhecimento das capacidades e virtudes femininas. Essas aparentes contradições refletiam as complexidades e nuances das opiniões de muitas mulheres dentro desse contexto.

O discurso de Cecy evidenciou sua visão de que as sufragistas eram percebidas como mulheres masculinizadas que desrespeitavam as instituições familiares. Essa imagem era, em parte, uma construção forjada pelas próprias sufragistas europeias, conhecidas como "suffragettes". A representação das sufragistas como mulheres que não respeitavam as instituições familiares derivava de sua postura desafiadora em relação às normas tradicionais de gênero. Muitas sufragistas adotaram estratégias como protestos públicos, greves de fome e até mesmo atos de desobediência civil para chamar a atenção para a causa. Essas táticas, destinadas a destacar a injustiça da privação do direito de voto, foram interpretadas por alguns como uma quebra das normas sociais estabelecidas.

A percepção de masculinização das sufragistas estava relacionada ao fato de que muitas delas desafiavam estereótipos de gênero da época, vestindo-se de maneira mais prática, envolvendo-se em atividades públicas e políticas que eram mais comumente associadas aos homens. Esse desafio às expectativas tradicionais de feminilidade contribuiu para a ideia de que as sufragistas eram mulheres que não obedeciam às instituições familiares. Tanto Cecy Gontijo quanto Barcellos, refletindo a mentalidade da época, absorveram e reproduziram essas percepções em sua oposição ao movimento sufragista, associando a busca pelo direito de voto das mulheres a uma ameaça à ordem social estabelecida e à imagem tradicional da mulher dentro da família.

A penúltima entrevistada foi Lucia Machado, cuja profissão não foi identificada. Ao iniciar a entrevista, admitiu ter pouco conhecimento sobre o assunto do voto feminino e se declarou antifeminista. Ela confessou ter baseado suas opiniões apenas em seu raciocínio pessoal, afirmando que Deus distribuiu equitativamente as responsabilidades entre homens e mulheres. Defendeu a cooperação diferenciada entre os gêneros para alcançar a harmonia no lar e na sociedade.

Primeiramente, faço uma confissão pública de minha incapacidade para falar sobre a questão do voto feminino. Consultei apenas o meu raciocínio, tal como elle encara naturalmente esse momentoso assumpto. Sou, antes de tudo, contra o feminismo. Deus repartiu muito bem as atribuições do homem e da mulher. Em

tudo, na balança da vida, deve haver um equilíbrio na cooperação diferente do homem e da mulher, o que tem como resultado a harmonia completa no lar e na sociedade.¹⁸⁸

Em seguida, Lucia expressou uma visão semelhante à de Cecy Gontijo, argumentando que a inteligência das mulheres estava no mesmo nível que a dos homens, mas destinada a áreas distintas. Ela destacou que as mulheres deveriam aceitar sua suposta "fraqueza" e se contentar com o título de "bello sexo", alinhando-se a perspectivas tradicionais sobre os papéis de gênero.

A intelligencia da mulher está no mesmo nível do que do homem: destina-se porém a ramos diferentes. Sejamos bem mulher. Tanto seria ridículo a um homem fazer bordados como a uma senhoria ter manias políticas... As exceções são raras e a maioria é que deve inflar o modo de encostar as coisas. Não devemos nos revoltar e sim reconhecer que o nosso sexo merece o título de "fraco". Contentem-nos em que elle seja o "bello sexo"¹⁸⁹.

Sua crença na cooperação equilibrada entre homens e mulheres, enfatizando a "fraqueza" feminina e encorajando a aceitação deste papel, refletiu uma perspectiva tradicional em relação às mulheres na sociedade. O alinhamento de suas opiniões com as de Cecy Gontijo, a rejeição do feminismo e a resistência à mudança nos papéis tradicionais de gênero destacaram a influência de valores enraizados na época em que viveu.

De acordo com a autora Aline dos Santos, essa perspectiva de gênero, baseada no binarismo entre mulher/natureza e homem/cultura, foi revigorada no discurso nacionalista, especialmente a partir da década de 1920. Nesse contexto, segundo a autora, a maternidade e o lar foram enaltecidos como a principal função da mulher, em uma concepção que ressaltava a "nobre missão feminina". No entanto, como afirma Santos, houve uma mudança nos discursos, onde a ênfase na inferioridade da mulher deu lugar à ideia de que as diferenças biológicas e sociais entre os gêneros eram vistas como complementares e necessárias, reforçando ainda mais a atribuição da mulher ao papel doméstico¹⁹⁰. Conforme ressaltado por Soihet, apesar dessas mudanças discursivas, os resultados práticos não se distanciavam significativamente das concepções evolucionistas, pois essas teses serviam como um mecanismo para manter as mulheres alheias aos seus próprios interesses, reforçando assim a

¹⁸⁸ Jornal *Estado de Minas*, 05/10/1929, p.1.

¹⁸⁹ Ibidem, 05/10/1929, p.1.

¹⁹⁰ Santos, Aline Tosta dos. **A construção do papel social da mulher na Primeira República.** Em Debate, fascículo nº8, 19 out. 2009, p. 9.

sua missão tradicional como mãe e esposa¹⁹¹.

Nas perspectivas de Edelweiss Barcellos, Cecy Gontijo e Lucia Machado, que se opuseram ao sufrágio feminino, a exaltação da maternidade e do lar como funções primordiais das mulheres, e a perpetuação das mulheres em papéis subalternos, evidenciam a influência de discursos profundamente enraizados, especialmente no contexto nacionalista dos anos 1920.

A quinta e última entrevistada foi Maria Geralda Sales. A entrevistada discorreu sobre uma variedade de tópicos, abrangendo questões relacionadas à beleza, feminilidade e hobbies. Ela expressou a intenção de abordar de forma sucinta o tema do voto feminino, justificando que este era “um assumpto exaustivo para uma tarde ensolarada”¹⁹².

Assim, penso que o sr. Augusto de Lima faz bem em agitar agora o caso do voto das mulheres. Há mesmo nesse projecto um detalhe que deve ser fixado. É preciso não se esquecer que o Sr. Augusto de Lima é poeta. O seu gosto tem pois uma significação especial. Será que nos dando a liberdade de opinião elle nos livrará do soneto? De resto, o suffragio feminino deve vir ao menos para nos livrar de assumpto tão massante. Isso de abrir os jornaes e nelles encontrar todos os dias essa mesma cantiga, com graves citações e leis e outras cousas assim, perfeitamente desagradáveis já nos aborrece mentalmente...

A fala de Maria aponta para uma atitude crítica, por vezes irônica, em relação ao debate sobre o sufrágio feminino. A expectativa de que o sufrágio feminino "deve vir ao menos para nos livrar de assunto tão massante" revela a esperança de que a introdução do voto das mulheres possa trazer uma mudança ou diversidade nos temas discutidos nos jornais, indicando uma avaliação cética e desinteressante em relação ao tópico em questão.

Alguns dias após o encerramento da enquete, a professora Ivone Guimarães, atuante em Pitangui, compareceu ao EM para discorrer sobre FBPF e seus projetos. A palestrante concluiu suas observações expressando pesar ao testemunhar mulheres assumindo posturas contrárias ao feminismo, receosas de que as mulheres pudessem perder sua docura e romantismo. Com tristeza, ela lamentou as pessoas que ainda associavam o feminismo ao ódio aos homens, em vez de promoverem os incríveis projetos propostos por esse movimento. Tal perspectiva, considerada ridícula pela professora, ignorava a realidade de que as mulheres jamais abandonariam o lar por causa de um movimento.

¹⁹¹ SOIHET, R. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: **Forense Universitária**, 1989, p.15.

¹⁹² Jornal *Estado de Minas*, 06/10/1929, p.3.

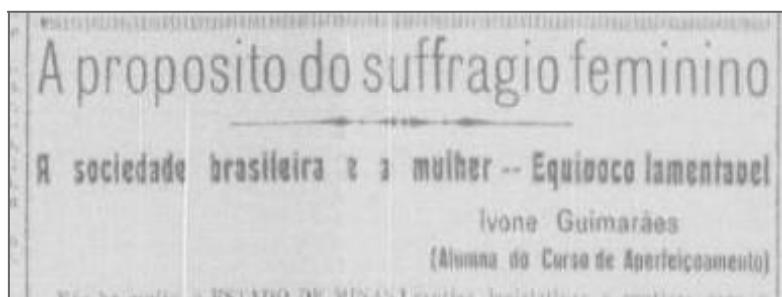


Figura 23
A sociedade brasileira e a mulher - Equívoco lamentável
Fonte: *Estado de Minas*, 14/11/1929, p.2.

Por fim, a enquete evidencia que as críticas relacionadas ao novo comportamento e pensamento das mulheres intensificaram-se significativamente com a disseminação das ideias feministas e sufragistas, especialmente entre as mulheres pertencentes às camadas mais abastadas da sociedade, alcançando notoriedade na imprensa.

A mobilização das mulheres em prol do movimento sufragista era percebida pelos setores mais conservadores como uma ameaça aos valores culturais e sociais estabelecidos. Na tentativa de conter o avanço das propostas sufragistas, muitos indivíduos buscaram associar a imagem da mulher feminista a estereótipos masculinos, argumentando que ela renegava sua feminilidade, sua função de esposa e mãe ao demandar direitos tradicionalmente reservados aos homens, como o direito ao voto.

As entrevistas analisadas foram apresentadas na primeira ou segunda página do jornal, presumivelmente em virtude da relevância do tema em destaque, notadamente em decorrência da proposta legislativa do deputado Augusto de Lima concernente à concessão de direitos políticos às mulheres. Essa posição privilegiada das entrevistas também demonstra a intenção do jornal em chamar a atenção do leitor para questões de interesse público e político em voga na época.

Ao selecionar exclusivamente mulheres brancas e burguesas como entrevistadas, o jornal provavelmente buscava representar uma parcela específica da sociedade, que, naquele contexto histórico, detinha mais visibilidade e influência política. Essa escolha pode ser interpretada como uma estratégia editorial para legitimar o debate sobre o sufrágio feminino dentro de um quadro socialmente aceitável e mais próximo das elites políticas e intelectuais da época. Focando nesse grupo demográfico, o jornal pretendia retratar a discussão sobre o sufrágio feminino como uma preocupação relevante e legítima entre as mulheres privilegiadas da sociedade. Isso poderia conferir maior credibilidade ao discutir o movimento

sufragista quando discutido por membros respeitáveis da comunidade.

Entretanto, ao restringir a diversidade das vozes representadas na enquete, o jornal também excluiu perspectivas importantes de mulheres de diferentes origens socioeconômicas e étnicas. Essa limitação na representatividade reflete as desigualdades de acesso à mídia e participação no espaço público enfrentados por grupos marginalizados na sociedade da época.

Capítulo 3

Lutas e repercussões sobre o voto feminino em Minas Gerais

Este capítulo propõe explorar a atuação e a trajetória de Elvira Komel na luta pelo sufrágio feminino no Brasil. Ao longo do texto, exploraremos os eventos que moldaram sua carreira e seu engajamento na luta pelo direito de voto das mulheres. Ao examinar sua trajetória, é possível compreender não apenas a importância do sufrágio feminino em Minas Gerais, mas também o papel central das mulheres nessa luta e a influência do contexto político da época a partir da visão do jornal.

Ao final do capítulo, apresentaremos uma análise de algumas entrevistas realizadas com mulheres mineiras, conduzidas após a concessão do voto feminino. Essas entrevistas oferecerão uma perspectiva valiosa sobre as percepções, expectativas e experiências das mulheres da época em relação ao novo direito adquirido, bem como os reflexos imediatos dessa conquista em suas vidas e na sociedade em geral. Através dessa abordagem, buscaremos compreender não apenas a trajetória de Elvira Komel, mas também a repercussão do sufrágio feminino na vida cotidiana das mulheres mineiras.

3.1 Elvira Komel e a contribuição do Batalhão João Pessoa: Histórias de Resiliência e Ativismo

*Junto a Marília e Heliodora,
Elvira Komel é ação!
Mulher-soldado – não chora!
Mulher-alma – é proteção.
Preparamos vossa farda
Não podendo combater!
Mas ficamos na vanguarda
Do civismo e do dever!
Arautos da Nova Aurora,
Bravos soldados marchai!
Ouvindo as vozes de outrora!
De Minas, do Paraguai!
Gravai na vossa bandeira
Ó Batalhão João Pessoa
– Minas é livre e altaneira!*

*E o Brasil não se agrilhoa!*¹⁹³

Hino do Batalhão Feminino João Pessoa

Elvira Komel nasceu em Barão de Cocais em 24 de junho de 1906. Sua trajetória é marcada por significativas contribuições no contexto jurídico e feminista de Minas Gerais, sendo reconhecida como a primeira mulher a exercer a advocacia no Fórum de Belo Horizonte. Além de suas atividades profissionais, Komel se destacou como sufragista, desempenhando um papel fundamental na luta pelo direito de voto das mulheres. Em 1928, ela alcançou um marco ao se tornar a segunda eleitora registrada no estado de Minas Gerais. Em 1932, aos 26 anos, Elvira Komel encontrava-se no auge de sua influência como líder feminina no cenário político mineiro. Preparava-se para disputar uma vaga no Senado, demonstrando sua determinação em promover mudanças significativas no âmbito político. No entanto, sua carreira e vida foram abruptamente interrompidas por uma doença fatal que a levou à morte no mesmo ano.¹⁹⁴



Figura 24
Elvira Komel - 1928.

Fonte: Acervo Iconográfico do Arquivo Público Mineiro.

Autor da fotografia: J. Bonfioti.

¹⁹³ Acervo Pernambuco. Hino do Batalhão Feminino João Pessoa. Acessado em: 04/04/2024. Disponível em: <https://www.pernambucorevista.com.br/acervo/artigos/2909-sobre-sonhos-e-disputas-a-participa%C3%A7%C3%A3o-de-mulheres-mineiras-na-revolu%C3%A7%C3%A3o-de-1930.html>

¹⁹⁴ SCHUMAHER, Schuma & Brasil, Érico Vital. (org.) **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, pp.196-197.

Durante a efervescência política da Revolução de 1930, Elvira Komel emergiu como uma figura de destaque ao estabelecer o Batalhão Feminino João Pessoa. Seu engajamento incisivo na causa foi instrumental na convocação e mobilização de um considerável contingente de mulheres em todo o estado de Minas Gerais. O papel desempenhado por essas mulheres concentrou-se principalmente na produção de uniformes para os soldados, bem como na prestação de assistência aos enfermos. De acordo com a historiadora Maria Silvia Pereira Lavier, o nome do batalhão foi escolhido como uma homenagem ao governador da Paraíba, cujo assassinato ocorreu durante os eventos revolucionários daquele ano.¹⁹⁵

Segundo Kelly Nascimento, durante o período da Revolução de 1930, Elvira Komel veiculou em diversos jornais um manifesto convocando as mulheres de Minas Gerais. Durante o processo de pesquisa, foi possível localizar e acessar este manifesto no periódico *Estado de Minas*. Na mencionada declaração, ela instigou as mulheres do estado a engajarem-se ativamente no movimento revolucionário em curso, ao mesmo tempo que anunciou a criação do Batalhão Feminino João Pessoa. Como resultado dessa iniciativa, o batalhão recebeu apoio de aproximadamente oito mil mulheres em 52 municípios de Minas Gerais, sendo que 1.200 delas estavam localizadas na capital, Belo Horizonte¹⁹⁶. No referido texto, Elvira expressou:

Batalhão Feminino João Pessoa

Mulheres mineiras, alistae-vos na phalange dos intrépidos revolucionários brasileiros! Patricias, o Brasil carece do vosso auxilio! A sua principal finalidade é prestar ao movimento revolucionário todo e qualquer serviço concernente às condições physicas e aptidões intellectuais femininas¹⁹⁷. As nossas valentes patricias não deverão, portanto, negar o seu apoio franco a esse emprehendimento, cujo objectivo máximo é collaborar, com efficiencia, ao lado dos combatentes para a victoria definitiva da revolução.

No jornal EM, foram publicadas diversas reportagens sobre o Batalhão Feminino comandado por Elvira. Muitas dessas reportagens reconheciam o comprometimento das mineiras e elogiavam a iniciativa de Komel, transmitindo um tom de patriotismo e

¹⁹⁵ Gomes, M. S. P. L. (s.d.). Brasiliiana Fotográfica. “Feministas, graças a Deus!” I – **Elvira Komel (1906 – 1932), a feminista mineira que passou como um meteoro.** <https://brasiliayanafotografica.bn.gov.br/?p=19943>. Acesso em: 27/03/2024.

¹⁹⁶ NASCIMENTO, Kelly Cristina. **Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932.** 2006, p.138. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte.

¹⁹⁷ Jornal *Estado de Minas*, 09/10/1930, p.2.

entusiasmo, conforme exemplificado abaixo. Essas matérias destacavam a importância do papel das mulheres na causa revolucionária e ressaltavam a coragem e dedicação demonstradas por elas ao se engajarem no Batalhão.

Mais de quarenta adeptadas desse batalhão trabalham activamente na confecção de centenas de fardas no salão de costuras instalado no edifício da Companhia Singer. Merecem, por isso, as nossas patrícias as bençãos de Minas e do Brasil. A dra. Elvira Komel, os agradecimentos, a quem se deve a profícua e patriótica iniciativa desse emprehendimento¹⁹⁸.

Para o movimento de reivindicação republicana, que nesta hora empolga todos os ânimos e reúne todas as energias, a contribuição feminina é eloquente testemunho de que a mulher mineira está compreendendo, magnífica mente e abnegadamente, o alto significado desta revolução, mas se fartando, pois, a cooperar para o triunfo pleno e definitivo das aspirações geraes do povo brasileiro. O batalhão feminino continua prestando os seus serviços a causa revolucionária. No seu salão de costuras trabalharam perto de 80 costureiras, fabricando os uniformes para os nossos valentes legionários.¹⁹⁹

Notícias sobre a inclusão de novos membros em Belo Horizonte e a abertura de novas filiais em outros municípios do estado eram frequentemente publicadas. Esses registros refletiam o constante processo de expansão e crescimento do Batalhão Feminino João Pessoa durante o período analisado.



Figura 25
Batalhão Feminino João Pessoa
Fonte: Estado de Minas, 18/10/1930, p.1.

¹⁹⁸ Jornal *Estado de Minas*, 16/10/1930, p.3.

¹⁹⁹ Jornal *Estado de Minas*, 18/10/1930, p.1.

Ao examinar as publicações jornalísticas do EM, torna-se evidente a importância que essas notícias detinham dentro do periódico. As reportagens frequentemente ocupavam posições de destaque, muitas vezes nas primeiras páginas, e os relatos concernentes à participação das mulheres de Minas no Batalhão eram praticamente diários.

É importante destacar que o jornal possuía uma relação estreita com Getúlio Vargas e seu governo, como já relatado anteriormente. O proprietário do jornal, Assis Chateaubriand, mantinha vínculos políticos e comerciais com Vargas, o que influenciou no posicionamento editorial do periódico. As matérias sobre o Batalhão Feminino João Pessoa e sua participação na Revolução de 1930 podem ser interpretadas dentro desse contexto, não apenas como apoio às mulheres de Minas Gerais, mas como um respaldo ao governo de Vargas e às mudanças políticas que ele representava.

Após o desfecho da revolução, conforme registrado no periódico, observa-se que Elvira e o Batalhão foram convocados para participar do desfile ocorrido em 15 de novembro na então capital do Brasil. Após o retorno à capital mineira, Elvira concedeu uma entrevista ao Jornal *Estado de Minas*, expressando em um tom patriótico sua experiência no Rio de Janeiro e estendendo agradecimentos a todas as mulheres de Minas Gerais que se empenharam nessa empreitada revolucionária. Elvira anunciou ainda que o Batalhão seria transformado na Associação Feminina João Pessoa, com o propósito de instruir as mulheres e advogar pelos seus direitos políticos e sociais. Abaixo podemos conferir parte da entrevista de Elvira, proferida ao jornal, no dia 22 de novembro:

A mulher mineira acaba de dar, a história brasileira, um exemplo vibrante do civismo. Nos dias dolorosos da revolução, a mulher mineira não se arreceou em deixar os seus lares e vir se encoporar em torno da bandeira revolucionária formando o Batalhão Feminino João Pessoa. Quem observasse o despreendimento de nossas patricias que trabalhavam curvadas sobre as machinas das 8 da manhã as 8 da noite, ficaria confiado no futuro da nossa pátria. Mulheres, na maioria pobres, vivendo do seu trabalho, deixaram os seus interesses e correram a prestar o seus serviços, gratuitamente, na confecção de fardamento para os soldados combatentes. Durante um mez seguido, o Batalhão Feminino desta capital e suas 50 filiaes, não pouparam esforços no sentido de realizar as suas sublimes finalidades. Agora, mais do que nunca, devemos patriciais, nos orgulhar de ser mineiras, de pertencer a cada terra onde o senso de liberdade parece se transmitir por herança²⁰⁰.

²⁰⁰ Jornal *Estado de Minas*, 22/11/1930, p.1.



Figura 26
Ecos do Batalhão Feminino João Pessoa no Rio de Janeiro
Fonte: *Estado de Minas*, 22/11/1930, p.1.

Aproveitando o reconhecimento adquirido por meio das atividades do Batalhão, Elvira lançou-se em uma jornada para conquistar o direito ao voto feminino. Uma notícia veiculada no próprio jornal relata o encontro de Elvira com a alta cúpula governamental, incluindo o Ministro do Trabalho Lindolfo Collor do novo governo, e o ex-governador de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, para discutir sobre o assunto. Além disso, ela buscou o apoio da Igreja Católica, obtendo o respaldo do então Cardeal D. Sebastião Leme. Ela afirmou que:

A revolução abriu novos horizontes, collocando nos postos de governo espíritos guiados pelos propósitos de moralizar o regime, os atuais dirigentes além de shympatia, prestaram apoio ao movimento feminista. Outro apoio que muito conforta a mulher brasileira foi o do S. Eminencia o Cardeal Dom Sebastião Leme. Em audiência que nos concedeu senhor Eminencia louvou o serviços prestados pelo Batalhão Feminino João Pessoa, aconselhou-nos a continuar a obra de assistência social que vimos realizando, apoiou o movimento pelo voto feminino, dizendo: "Do ponto de vista religioso, nada tem a opor contando que a ação fique dentro dos moldes e princípios da fé, dos costumes familiares e tradições cristãs da família brasileira". Deste modo, com apoios tão valiosos, a nossa vitória, pensamos, será

certa²⁰¹.

O encontro com os governantes e a obtenção do respaldo da Igreja Católica indicam uma estratégia política bem elaborada por parte de Elvira, buscando apoio em setores influentes da sociedade para alcançar seu objetivo principal, o direito ao voto. Podemos levantar a hipótese da influência do feminismo tático (SOIHET, 2000) ou bem-comportado (PINTO, 2003) adotado pela FBPF. Essa abordagem estratégica, como ressalta Mônica, buscava conquistar direitos dentro das estruturas existentes, utilizando métodos políticos convencionais e alianças com instituições poderosas para obter avanços nas causas feministas²⁰².

Nesse cenário de efervescência política pós-revolução e com a transformação do Batalhão em uma associação feminina pelos direitos políticos, Elvira e Nathércia Silveira uniram esforços para organizar o I Congresso Feminino Mineiro, cujo propósito era discutir os direitos políticos das mulheres e promover uma campanha engajada nesse sentido, como demonstrado na citação a seguir.²⁰³

Nosso objetivo principal, é reunir a mulher mineira a fim de discutir e examinar, de conformidade com o meio e as possibilidades mineiras e brasileiras, os problemas de interesse da mulher, e ao mesmo tempo, traçar um plano de ação efficiente das nossas coestaduanas no scenario nacional [...]. Trataremos de importantíssimos problemas: educação, instrução, proteção ás mães e a infânciа, equiparação da mulher ao homem perante as leis civis, commerciales, penas, etc. proteção á mulher operária, direitos políticos femininos, campanhas nacionaes que a mulher deve patrocinar, combate á tuberculose, á lepra, ao alcoolismo, etc., cooperação da mulher na pacificação universal, etc., etc. [...]. Além da representação que teremos dos municípios de Minas, tomarão parte do Congresso a Aliança Nacional de Mulheres, com sede no Rio, cuja presidente é Nathércia Silveira. Teremos representantes do Rio Grande do Sul, de Goyaz e de outros Estados solidários com a mulher mineira [...]. Aqui se reunirão todas as representantes da mulher brasileira revolucionaria, ou melhor, de todas aquellas que, ao movimento revolucionário de Outubro deram o seu apoio moral e material²⁰⁴.

²⁰¹ Estado de Minas, 15/01/1931, p.2.

²⁰² KARAWEJCZYK, Mônica. O feminismo em boa marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. **Revista Estudos feministas**, Rio Grande do Sul, v. 26, n. 2, p. 1-17, set. 2018.

²⁰³ Nathércia da Silveira, nascida em Itaqui em 1905, foi a primeira advogada do Rio Grande do Sul. Desde a adolescência, demonstrou interesse pela política, participando ativamente da Revolução de 1923. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1926 e mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se envolveu com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Em 1929, foi uma das fundadoras da União Universitária Feminina. Defendeu o título eleitoral de Francisca de Gaya em 1929 e, em 1931, ao lado de Elvira Komel, pleiteou apoio para o voto feminino em encontros com autoridades importantes. Sua dedicação à causa dos direitos das mulheres a tornou uma figura inspiradora no movimento feminista brasileiro. Wanderley, Andrea. (s.d.). Brasiliiana Fotográfica. “Feministas, graças a Deus!” II – Natércia da Cunha Silveira (1905 – 1993), o jequitibá da floresta. <https://brasiliayanafotografica.bn.gov.br/?p=20151>. Acesso em: 02/04/2024.

²⁰⁴ Jornal Estado de Minas, 09/06/1931, p.3.



Figura 27
I Congresso Feminino Mineiro
Fonte: *Estado de Minas*, 09/06/1931, p.3.

O I Congresso Feminino Mineiro foi vastamente divulgado pelo *Estado de Minas*, fornecendo detalhes sobre a programação do evento e os acontecimentos diários. Com uma duração total de oito dias, o congresso teve início em 21 de junho de 1931 e encerrou-se em 28 do mesmo mês. Durante esse período, as participantes tiveram a oportunidade de se envolver em diversas atividades e debates voltados para questões femininas e direitos das mulheres.

Nesse contexto, o periódico EM conduziu uma série de entrevistas com as participantes do congresso. Entre elas, destacam-se aquelas com Margarida Praxedes Torres, que ocupava os cargos de diretora de um grupo escolar, presidente da Associação Feminina de Belo Horizonte e uma das primeiras eleitoras de Minas Gerais, tendo realizado seu alistamento na cidade de Rio Preto. Na entrevista, Margarida expressou a convicção de que o congresso seria determinante para definir as aspirações das mulheres mineiras, reivindicando direitos com base nas novas leis que seriam elaboradas e examinando problemas femininos até então negligenciados. Além disso, ela explicitou sua concepção sobre o feminismo e justificou a importância do voto feminino, declarando:

Sou adepta fervorosa do feminismo, não daquele que tende a elevar a mulher a um plano superior ao do sexo forte, oferecendo competições desleais ao elemento masculino na conquista de posições de destaque. Sou adepta do feminismo moderado, cooperador, sensato, do feminismo cristão que, pela fé, não desintegra a mulher do lar; permite que ela, convenientemente instruída e educada, possa exercer o seu direito de cidadã numa pátria livre [...] Mães, esposa, irmã ou filha, a mulher concorre com o seu trabalho, com a sua inteligência, com seus exemplos, conselhos e virtudes para manter o equilíbrio social [...]. Se a mulher tem perante a sociedade a mesma responsabilidade que os homens [...] porque não deve ter a mulher os mesmos direitos conferidos ao homem? [...] A mulher pode ser eleitora sem deixar de ser mãe dedicada e esposa amantíssima. Assim como, sem se descuidar dos afazeres domésticos, a mulher encontra tempo para tratar de modas, passeios, diversões, não lhe sobrará porventura alguns momentos para pensar no bem estar da coletividade e exercer seus deveres de cidadã? Ao invés de enfraquecer a família, o voto feminino o fortalecerá ainda mais, adquirindo-lhe maior prestígio perante a sociedade. É justo pois, que todas as patriotas apóiem e collaborem no Congresso

Feminista Mineiro, cujo elevado programa synthetiza todas as justas aspirações da mulher brasileira.²⁰⁵

A declaração de Margarida Torres refletia, de certa forma, a abordagem do movimento sufragista em Minas Gerais, alinhado ao discurso da FBPF e de Elvira Komel. Margarida enfatizava que as mulheres podiam exercer seus direitos de cidadãs sem prejudicar a estrutura familiar, buscando assim tranquilizar aqueles preocupados com o impacto da emancipação feminina. A defesa do direito de voto feminino era central em sua argumentação, sendo apresentada como uma extensão natural das responsabilidades sociais das mulheres. Margarida rejeitava a ideia de que o voto feminino enfraqueceria a família, pelo contrário, ela alegava que fortaleceria, conferindo-lhe maior prestígio perante a sociedade.

Clarisso Alvarenga, estudante de direito pelo Universidade Federal de Minas Gerais, afirmou que

Com a realização do Congresso, ficará provado que o feminismo em Minas não é uma utopia, como pensam muitos, mas sim uma potente realidade. Estou certa que Elvira Komel, deu um passo acertadíssimo, convocando os mais altos expoentes não só da mulher mineira, como também representantes feministas de todo o Brasil²⁰⁶.

Kelly Nascimento sugere que o depoimento de Clarisse Alvarenga evidencia a existência de certa resistência ao movimento feminista em Minas Gerais e que a realização do Congresso Feminino Mineiro poderia não ter sido bem recebida por todos²⁰⁷. No entanto, a interpretação da declaração de Clarisse Alvarenga pode apontar para uma visão otimista e determinada em relação ao Congresso e ao movimento feminista na região. Clarisse expressa a convicção de que o congresso será uma prova tangível da existência e força do feminismo mineiro, refutando a ideia de que seja uma utopia. Essa perspectiva revela uma confiança na capacidade do movimento feminista mineiro de concretizar suas aspirações e promover mudanças significativas.

Isolina Becker de Segadas Vienna, médica e presidente da Comissão Fiscal da Aliança Nacional de Mulheres, aponta para essa perspectiva de luta e engajamento do movimento sufragista mineiro, ao afirmar

²⁰⁵ Jornal *Estado de Minas*, 12/06/1931, p.2.

²⁰⁶ Jornal *Estado de Minas*, 20/06/1931, p.3.

²⁰⁷ NASCIMENTO, Kelly Cristina. **Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932.** 2006, p.141. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte.

Esse Congresso é uma sequência lógica do movimento de Outubro, é o penhor de que o espírito que nos fez combater pela revolução, continua a vibrar em nós, na ânsia de uma Minas Gerais grande e florescente²⁰⁸.

Os acontecimentos do primeiro dia de Congresso foram amplamente abordados pelo jornal, começando pela sessão preparatória, que abarcou a votação do regimento interno e a eleição da mesa diretiva. Nesse processo, Elvira Komel foi eleita presidente, com Nathércia e Margarida Torres ocupando os cargos de primeira e segunda vice-presidentes, respectivamente. É digno de nota que Margarida Torres já havia sido objeto de uma entrevista anterior pelo periódico. O discurso inaugural, proferido por Elvira Komel, recebeu destaque do jornal, que optou por enfatizar a seguinte declaração: “o feminismo defendido pelo Congresso não é uma derivação do “suffragismo” odioso e agressivo que visa antes de tudo combater o homem”²⁰⁹.

A partir dessa observação, tornou-se evidente que as entrevistadas selecionadas para discorrer sobre o Congresso Feminino Mineiro eram favoráveis ao que pode ser considerado como "bom feminismo", como nos recorda Nascimento²¹⁰. Tal escolha parece ter sido intencional, considerando que haviam congressistas com opiniões menos "tradicionais", como por exemplo, a congressista Alice Macedo. Segundo o periódico, ela atacou veementemente a Igreja Católica, expressando a visão de que o casamento, ao vincular a mulher permanentemente ao homem, a transforma em uma verdadeira escrava. O periódico concluiu argumentando que Macedo não representava a opinião do Congresso como um todo. Além disso, a transcrição literal desta parte específica do discurso proferido por Komel na abertura do Congresso reforça a conclusão de que o jornal, caso genuinamente apoiasse a causa feminista, provavelmente adotaria uma postura mais moderada²¹¹.

As teses e debates apresentados no Congresso, abordando temas como educação, trabalho, saúde da mulher e voto feminino, eram regularmente cobertos pelo jornal, e, de maneira geral, não encontravam grandes oposições. No que diz respeito ao sufrágio feminino, assunto específico desta pesquisa, as congressistas chegaram à conclusão de que as mulheres poderiam influenciar a política por meio de diversas maneiras e desempenhar um papel moralizador na política. Por fim, elas afirmaram que era responsabilidade das mulheres

²⁰⁸ Jornal *Estado de Minas*, 16/06/1931, p.1.

²⁰⁹ Jornal *Estado de Minas*, 23/06/1931, p.1.

²¹⁰ NASCIMENTO, Kelly Cristina. **Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932.** 2006, p.140. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte.

²¹¹ Jornal *Estado de Minas*, 24/06/1931, p.1.

exercer o direito ao voto em igualdade de condições com os homens.

A cobertura extensiva do evento pelo jornal, com destaque para as teses e debates apresentados, bem como a posição dessas matérias nas primeiras páginas, ressalta a importância do Congresso no espaço público e sua repercussão na imprensa. Ao dar ênfase às questões discutidas no Congresso Feminino Mineiro e ao apoiar a iniciativa liderada por Elvira Komel, o jornal evidenciou seu alinhamento com o poder político vigente na época, representado por Getúlio Vargas. Essa postura editorial sugere uma relação estreita entre o periódico e o governo, possivelmente influenciando na abordagem das notícias e na defesa de determinadas agendas políticas. O apoio do jornal ao Congresso pode ser interpretado não apenas como um respaldo às demandas feministas, mas também como uma forma de alinhar-se às políticas e interesses do governo Vargas.

Além disso, este evento, assim como o Batalhão Feminino João Pessoa, evidencia a importância que a campanha pelo sufrágio feminino possuía no Estado e o interesse das mineiras nessa questão. Já a atuação de Elvira Komel em prol do voto feminino foi marcada por sua determinação e engajamento na luta pelos direitos das mulheres. O manifesto veiculado nos jornais convocando as mulheres para se juntarem ao batalhão e o respaldo obtido de importantes figuras governamentais e da Igreja Católica evidenciam sua habilidade em estabelecer alianças e mobilizar recursos para alcançar seus objetivos. Sua articulação política visava não apenas promover o engajamento das mulheres na causa revolucionária, mas também abrir caminho para a conquista do direito ao voto feminino.

3.2 Entre tradição e transformação: as impressões da “mulher mineira” sobre o movimento sufragista em 1932

À medida que esta dissertação chega à sua conclusão, é essencial revisitar o ponto de partida que motivou esta jornada investigativa. Escolhi como encerramento deste estudo a análise de um inquérito conduzido pelo jornal *Estado de Minas*, no mês de dezembro de 1932, quase um ano após a promulgação do sufrágio feminino no Brasil. O inquérito em questão buscava captar a opinião da “mulher mineira” em relação ao movimento feminista, lançando luz sobre suas percepções, expectativas e desafios em meio a esse contexto de transformação social e política.

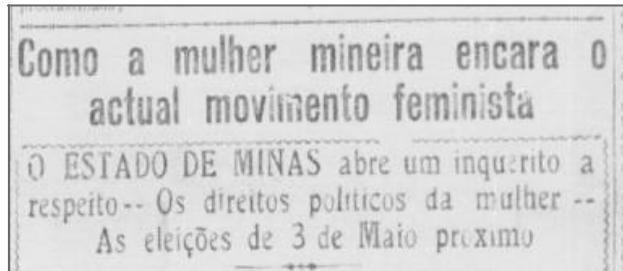


Figura 28
Como a mulher mineira encara o actual movimento feminista
Fonte: *Estado de Minas*, 07/12/1932, p.1.

Esse inquérito, estrategicamente posicionado entre as primeiras páginas do jornal, representava um canal direto de comunicação com uma parcela das mulheres mineiras: as de classe média e burguesa de Minas Gerais. As entrevistas concedidas e as questões debatidas giravam em torno das eleições do dia 3 de maio de 1933, um marco histórico, que assinalaria o primeiro pleito eleitoral com a participação feminina.

O questionário contou com entrevistas de três mulheres. É interessante notar que, apesar de ser uma amostra limitada, o jornal considerava as opiniões dessas três entrevistadas como representativas da “mulher mineira”. Todas eram mulheres brancas de classe média, cujas ocupações refletiam os atributos femininos valorizados na época. Maria Rita Burnier, professora da educação básica, simbolizava a crescente feminização da profissão docente no período, uma tendência que começou a ganhar força no início do século XX, permitindo que mais mulheres entrassem no mercado de trabalho, especialmente nas áreas de ensino e assistência social²¹². Berenice Martins Prates, mencionada como filantropa e prestadora de serviços sociais à comunidade belo-horizontina, representava o papel da mulher como agente de estabilização social através do voluntariado e da caridade. Já Maria Emilia de Castro, cuja foto a mostrava em um avião, sugeria uma representação de progresso e modernidade associada à noção européia e norte-americana de civilização, desafiando os papéis tradicionais de gênero ao se engajar em atividades vistas como tipicamente masculinas na época (figura 31).

Além disso, as fotografias dessas mulheres acompanhavam suas entrevistas, oferecendo mais do que uma simples ilustração. Essas imagens mostravam mulheres brancas de classe média e alta, com cortes de cabelo e estilos de apresentação que refletiam as tendências de moda e os padrões estéticos da época (figuras 29 e 30). A análise desses retratos revelava como essas mulheres queriam ser percebidas socialmente: sofisticadas,

²¹² Sobre este assunto ver “VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180”.

educadas e prontas para assumir novos papéis no espaço público. Essas representações fotográficas não foram meramente ilustrativas, mas refletiram um esforço consciente do jornal em apresentá-las como agentes de mudança e modernidade em uma sociedade em transformação.

A enquete abordou cinco questões que foram aplicadas de forma uniforme em todas as entrevistas concedidas. As perguntas foram as seguintes: 1. “Você considera que o direito ao voto é a conquista feminina mais urgente e importante?” 2. “Você acredita que a mulher brasileira está em condições de votar com independência sem sofrer influência do pai ou marido?” 3. “Você pensa que haverá entusiasmo entre as mulheres no alistamento eleitoral em Minas para o próximo pleito?” 4. “Você pretende exercer o seu direito ao voto nas eleições de 3 de maio?” 5. “Qual mulher mineira você acredita que melhor representará o estado na Assembleia Constituinte? E em quem você votaria para isso?”²¹³

A primeira entrevistada, Berenice Martins Prates, referenciada pelo jornal como uma mulher que prestará serviços sociais e intelectuais à comunidade belo-horizontina, expressou a convicção de que o direito ao voto era a conquista feminina de maior importância, dado que até então

a mulher era valor imponderável na política. E agora terão que nos pedir o voto e, em troca, nos darão alguma coisa. Além disso, teremos com o tempo, as nossas representantes, que melhor conhacerão as nossas necessidades. Nos Estados Unidos e na Inglaterra só depois do advento do voto feminino é que apareceram as medidas reais de proteção à mulher, das quais resultou na maior independência econômica das americanas e inglesas, a meu ver, a maior conquista²¹⁴.

²¹³ Jornal *Estado de Minas*, 07/12/1932, p.1.

²¹⁴ Jornal *Estado de Minas*, 07/12/1932, p.1.



Figura 29
Berenice Martins Prates
Fonte: *Estado de Minas*, 07/12/1932, p.1.

Maria Rita Burnier, professora da educação básica, ao responder essa questão, observou que, em anos anteriores, a sua resposta provavelmente seria negativa. Isso se devia a sua crença de que as mulheres envolvidas na política se tornariam masculinizadas, deixando de lado o "doce encanto do lar". No entanto, ao longo dos anos, a sua perspectiva mudou,

os anos trazem experiência e vão apurando as observações das coisas da vida, vão destruindo sonhos e ilusões, o lado doloroso da existência nos vai revelando em toda sua realidade, e, ... eu mudei de opinião. Nem todas as mulheres são doces rainhas de tronos encantados, muitas são infelizes e abandonadas, desgraçadas... Ha mulheres sujeitas ao jugo de maridos crueis, cuja vida é um calvário. [...] A mulher ainda é escrava de seus maridos, as leis não são equitativas. Mas a República Nova, em hora hora, veio fazer: a mulher será ouvida, escolherá seus dirigentes, saberá defender seus direitos²¹⁵.

²¹⁵ Jornal *Estado de Minas*, 17/12/1932, p.2.



Figura 30
Maria Rita Burnier
Fonte: *Estado de Minas*, 17/12/1932, p.1.

Ao publicar essa entrevista, o jornal provavelmente desejava demonstrar uma mudança de mentalidade em relação ao papel das mulheres na política e na sociedade em geral. Com o relato de Maria Rita Burnier, o periódico buscava destacar a evolução das percepções e atitudes em relação às mulheres ao longo do tempo. A decisão de dar voz a essa mudança de perspectiva sugere um possível desejo de promover a reflexão sobre o movimento feminista e destacar a importância da participação das mulheres na esfera política e na luta por direitos igualitários.

Por outro lado, Maria Emilia de Castro, também professora da educação básica, expressou uma visão diferente das outras entrevistadas. Ela discordou da ideia de que o voto feminino seria a conquista feminina mais importante. Em vez disso, ela compartilhou a visão defendida por Heitor Lima, colaborador do *Correio da Manhã*, que considerava o divórcio como a conquista mais significativa para as mulheres.

A conquista feminina mais urgente e importante não é certamente a do voto. A de maior alcance, ao meu ver, é o divórcio. No qual, defende-o no momento, com extraordinário poder de argumentação o brilhante colaborador do *Correio da Manhã*, Sr Heitor Lima²¹⁶.

É fundamental ressaltar que a perspectiva enfatizada por Maria Emilia não necessariamente refletia a posição veiculada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), esta predominante dentre as mineiras destacadas pelo jornal, como pudemos observar ao longo desta dissertação. Este ponto é ilustrado pela análise realizada por

²¹⁶ Jornal *Estado de Minas*, 20/12/1932, p.3.

Izabelle Lucia de Oliveira Barbosa sobre o divórcio e as dinâmicas de gênero na cidade de Recife em 1930. A autora destaca uma matéria publicada por Heitor Lima no jornal *Correio da Manhã*, na qual o advogado e escritor aponta para a omissão da FBPF e a falta de posicionamento de Bertha Lutz em relação ao tema do divórcio, alegando que a mesma lutava por direitos que lhe proporcionavam posições dentro do cenário político, não priorizando a luta das mulheres, mas sim em benefício particular.²¹⁷

Essa constatação nos conduz à reflexão de que nem todas as vozes femininas mineiras estavam alinhadas com a visão predominante do feminismo representada pela FBPF, que priorizava a questão do voto e da participação no campo político. Embora esta última fosse a vertente de maior destaque no jornal EM. Havia discordâncias e divergências entre as mulheres em relação às prioridades e estratégias do movimento feminista. A crítica de Heitor Lima ressalta uma lacuna na atuação da FBPF, evidenciando que as abordagens sobre questões como o divórcio e as relações de gênero eram temas de debate e disputa dentro do contexto histórico do feminismo brasileiro.



Figura 31
Maria Emilia preparando para voar no avião “Borboleta Azul”
Fonte: *Estado de Minas*, 20/12/1932, p.3.

Em relação à segunda questão abordada, todas as entrevistadas compartilharam a mesma opinião. Elas acreditavam que a mulher mineira ainda não tinha condições de votar

²¹⁷ BARBOSA, Izabelle Lúcia de Oliveira. **Saindo da gaiola dourada : desquite, divórcio e relações de gênero no Recife de 1917 a 1937.** 2016, p.123. 161 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

com independência, assim como certos homens. Emilia, utilizando a expressão "o que se dirá da escrava desse outro escravo?", destacou a interdependência entre homens e mulheres em um contexto social e político em que ambas as partes enfrentavam restrições à sua liberdade e autonomia²¹⁸. Essa visão elitista das entrevistadas e do jornal reflete uma perspectiva histórica que Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Delgado discutem em *"O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico": Da Proclamação da República à Revolução de 1930*". Eles argumentam contra a ideia de "bestialização" da população e destacam o projeto excludente da República na visão das elites brancas. Eles apontam que a democracia brasileira da época era limitada e elitista, com regras eleitorais que mantinham o poder nas mãos de uma minoria educada e rica, em detrimento da participação das massas populares.²¹⁹

Em relação ao ânimo para o alistamento eleitoral, todas as entrevistadas expressaram uma convicção de que o entusiasmo em relação ao alistamento eleitoral feminino não seria generalizado. Maria Rita fundamentou sua perspectiva na observação de que mesmo o alistamento masculino era percebido com indiferença e falta de entusiasmo, sugerindo, portanto, que essa atitude se estenderia também ao público feminino. Já Berenice atribuiu a falta de entusiasmo das mulheres mineiras à sua suposta natureza tímida e retraída, indicando que apenas com o tempo o exercício do voto se tornaria um hábito arraigado. Maria Emilia contribuiu para a questão ao sugerir que um contingente significativo de mulheres poderia ser mobilizado para o alistamento eleitoral, caso se tornasse obrigatório para os servidores públicos, dada a considerável presença de mulheres nesse setor em Minas Gerais.

Nesse contexto, a análise realizada por Fernando Limongi, Juliana de Souza Oliveira e Stefanie Tomé Schmitt, sobre o período entre 1932 e 1964, lança luz sobre as complexidades da participação política das mulheres no contexto eleitoral brasileiro. Ao observar a média de alistamento feminino em relação ao total de alistados, eles identificaram uma disparidade numérica, situando-se em 34%. Isso implica que, em média, para cada dois homens alistados, havia uma mulher apta a exercer seu direito de voto. Os autores acreditam que o artigo 121 do Código Eleitoral de 1932, reintroduziu a discriminação de gênero apagada pelo artigo 2. Eles destacam que, enquanto alguns estudiosos acreditam na promessa de igualdade contida na abertura do Código, o artigo 121 evidencia uma clara disposição discriminatória ao isentar mulheres e idosos acima de 60 anos de obrigações eleitorais, como melhor exemplificado abaixo.

²¹⁸ Jornal *Estado de Minas*, 17/12/1932, p.2.

²¹⁹ FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucila A. N. (orgs.) **O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo oligárquico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018, p.7-40.

Art. 2º É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na fórmula deste Código.

Art. 121. Os homens maiores de sessenta anos e as mulheres em qualquer idade podem isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral²²⁰.

Ressaltam ainda que tal disposição contradiz a retórica de consulta ao desejo das mulheres, uma vez que a legislação civil da época ainda subjugava as mulheres à autoridade dos maridos em diversos aspectos da vida civil, inclusive no exercício do voto.²²¹

Esse dado, aliado à informação sobre a voluntariedade do voto para as mulheres, nos leva a refletir sobre esse índice e nos conduz à suposição de que muitas mulheres, especificamente as mulheres mineiras, não eram necessariamente tão tímidas quanto poderíamos inicialmente conceber. Em vez disso, parece que a aparente falta de entusiasmo pode ter sido influenciada por uma regra deliberadamente estabelecida para preservar a autoridade masculina, resultando assim em uma desigualdade política de gênero. Essa regra, ao conceder o direito de voto voluntário às mulheres, pode ter funcionado como um mecanismo para limitar a participação política feminina e manter o controle masculino sobre os processos eleitorais e políticos. Portanto, o índice de alistamento feminino relativamente baixo pode refletir não apenas um desinteresse das mulheres, mas também as barreiras estruturais e sociais impostas à sua participação política.

Nesse mesmo cenário, Berenice e Maria Rita expressaram sua intenção de participar nas próximas eleições, como mencionado na citação abaixo, enquanto Maria Emilia adotou uma posição contrária, declarando que não votaria, pois acreditava que não havia opções honestas disponíveis. Ela argumentou que, neste momento específico, muitas mulheres estariam votando de forma quantitativa, em vez de qualitativa, seguindo as preferências de seus maridos, irmãos e pais.

Sim. Não abrirei mão de tão difícil e preciosa conquista. Penso, além disso, que homem ou mulher, ninguém deve se abster-se de cumprir com o dever cívico²²².

Votarei de qualquer forma...Mas faria com muito mais prazer se surgisse um candidato íntegro, honesto, digno, enérgico e trabalhador. Um candidato de quem dissesse: Aquele sim poderá guiar a nação!²²³

²²⁰ Código Eleitoral de 1932. Disponível em: **Legislação Informatizada - DECRETO N° 21.076, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1932 - Publicação Original**. Acesso em: 24/04/2024.

²²¹ LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. Sufrágio universal, mas - só para homens: o voto feminino no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 27, n. 70, p. 1-22, 2019. DOI: 10.1590/1678-987319277003.

²²² Jornal *Estado de Minas*, 07/12/1932, p.1.

²²³Jornal *Estado de Minas*, 17/12/1932, p.1

No que diz respeito à quinta pergunta, as entrevistadas demonstraram a crença de que entre as mulheres de Minas Gerais havia grandes potenciais representantes para o governo no futuro, visto que este era o primeiro pleito eleitoral com a participação feminina.

Há em Minas vultos femininos de verdadeiro valor e cujos nomes têm grande projecção, mesmo no estrangeiro. Longo seria enumerá-los a todos e citar alguns em particular, não o faço também, pois não tenho candidata para as próximas eleições. Infelizmente, a ocasião é inoportuna para a estreia da mulher nas assembleias... Marinheiro de primeira viagem, meu amável jornalista, não deve se arriscar em águas turvas...mas no futuro aparecerá²²⁴.

À luz das entrevistas realizadas e da análise dos dados apresentados, torna-se evidente que as mulheres da elite mineira estavam, sim, engajadas na luta pelo direito ao voto e na busca por uma participação política mais significativa. Embora as opiniões tenham variado entre as entrevistadas, desde aquelas que enfatizaram a importância fundamental do voto como uma conquista essencial até aquelas que expressaram preocupações sobre a independência no exercício desse direito, todas elas demonstraram um interesse ativo no processo político e nas questões que afetavam suas vidas.

Berenice Martins Prates, ao destacar a necessidade de representatividade e de serem ouvidas, e Maria Rita Burnier, ao reconhecer a mudança de percepção ao longo dos anos, ofereceram perspectivas que mostram um movimento em direção à participação política das mulheres. Além disso, a visão crítica de Maria Emilia de Castro em relação à falta de opções honestas nas eleições futuras também reflete um desejo de uma política mais ética e transparente.

Essas entrevistas, juntamente com a análise dos dados históricos apresentados por Fernando Limongi, Juliana de Souza Oliveira e Stefanie Tomé Schmitt, corroboram a ideia de que as mineiras estavam atentas aos debates políticos de sua época e buscavam encontrar maneiras de fazer suas vozes serem ouvidas, apesar das barreiras estruturais e sociais que enfrentavam. Portanto, é justo concluir que as mineiras brancas e burguesas, estavam de fato engajadas na luta pelo direito ao voto e pela participação política, ainda que de forma limitada.

Já a imprensa, desempenhou sem dúvida, um papel crucial como aliada do movimento sufragista no Brasil, embora também tenha sido por meio dela que as críticas

²²⁴Jornal *Estado de Minas*, 17/12/1932, p.1.

mais contundentes surgiram. No caso específico do jornal *Estado de Minas*, foi possível observar que o periódico parece retratar a atuação e o voto feminino como uma construção da localidade, mais do que da nacionalidade. Essa perspectiva regional destaca como as mulheres mineiras eram vistas principalmente como agentes de mudança dentro de sua própria comunidade, antes de serem percebidas como participantes do cenário nacional. Essa visão local reflete as particularidades culturais, econômicas e sociais de Minas Gerais, e como essas influências moldaram as percepções sobre o movimento feminista.

Ademais, a transição das mulheres do espaço privado do lar para o espaço público da política no contexto mineiro pode ser entendida como uma extensão natural de seu papel doméstico para a comunidade local. Essa visão reflete a forma como a participação feminina no espaço público foi moldada pelas expectativas sociais da época. A atuação das mulheres em atividades comunitárias e de assistência social reforçava a ideia de que elas estavam apenas ampliando seus cuidados familiares para o bem-estar da sociedade. Esta perspectiva era compatível com o contexto cultural e econômico de Minas Gerais, onde as mulheres eram vistas como agentes de mudança local, contribuindo para a transformação da comunidade enquanto mantinham suas responsabilidades tradicionais.

Em síntese, o estudo do inquérito realizado pelo *Estado de Minas* oferece uma perspectiva valiosa sobre as percepções e expectativas das mulheres brancas e burguesas de Minas Gerais em relação ao movimento feminista e ao sufrágio feminino. As entrevistas refletem uma variedade de opiniões sobre a importância do voto feminino, destacando as complexidades do movimento sufragista no Brasil daquela época. Além disso, o jornal desempenhou um papel significativo ao ajudar a promover o debate público sobre as questões do voto feminino no estado, ainda que o mesmo construísse essa participação feminina dentro dos padrões excludentes da época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou elucidar, no percurso entre os anos de 1928 a 1932, as formas através das quais as práticas discursivas jornalísticas cristalizaram efeitos de sentidos acerca do movimento sufragista dentro do contexto mineiro. As análises revelaram que, embora reconhecessem a importância da participação feminina no espaço público, o jornal tecia uma narrativa que se limitava a um segmento específico: as mulheres brancas e de classe burguesa.

O *Estado de Minas* optou por enfatizar a vertente do feminismo branco e elitista, que não desafiava diretamente as concepções binárias de gênero da época, mas buscava legitimar a participação política feminina dentro dos parâmetros aceitos pela sociedade patriarcal. Essa abordagem editorial, embora inovadora para a época, apagava as vozes das mulheres de classes populares, que também lutavam por seus direitos e por uma sociedade mais justa. Ao destacar os atributos femininos tradicionais, como a moralidade e a sensibilidade, o jornal reforçava a ideia de que as mulheres que se enquadravam nesses moldes poderiam contribuir para o desenvolvimento do Estado sem necessariamente desafiar as normas de gênero estabelecidas.

Em contraposição à visão dominante da época, que associava o sufrágio feminino à ruptura da ordem familiar e moral, o jornal retratou as sufragistas mineiras como defensoras acérrimas da família. Através das representações utilizadas nos artigos e reportagens, o jornal tecia uma narrativa que destacava o papel fundamental da mulher no seio familiar e na sociedade. Segundo o mesmo, o casamento e a maternidade eram pilares da sociedade, e a busca por direitos políticos não implicava em abandonar esses papéis, mas sim em fortalecê-los.

As sufragistas mineiras, retratadas pelo olhar do jornal, acreditavam que uma mulher mais instruída e engajada na vida pública seria capaz de contribuir ainda mais para a educação dos filhos, para a gestão do lar e para a construção de um futuro melhor para o país. Ao contrário dos opositores do sufrágio, que enxergavam na instrução e na participação pública feminina uma ameaça à estrutura familiar, o *Estado de Minas* defendia a ideia de que esses valores eram essenciais para o crescimento da família e da sociedade como um todo. A mulher, segundo o periódico, era vista como um agente fundamental na formação dos filhos e na construção de um ambiente familiar saudável, e a participação política feminina era vista como uma forma de fortalecer ainda mais esse papel.

A ênfase na participação das mulheres de elite no movimento sufragista mineiro

reflete a complexidade das relações sociais e políticas da época, onde o sufrágio feminino era visto como parte de um projeto modernizador mais amplo para Minas Gerais. Nesse contexto, o jornal desempenhou um papel central na formação de uma opinião pública favorável à concessão do direito de voto às mulheres, inserindo o movimento dentro de uma narrativa de progresso social e político sem rupturas significativas com a estrutura patriarcal vigente.

Em suma, a análise do jornal *Estado de Minas* como objeto de estudo revela como o sufrágio feminino em Minas Gerais foi moldado pelas elites locais e pelas forças sociais da época, com o jornal desempenhando um papel fundamental na promoção de uma visão particular do feminismo, que se adequava aos interesses e às expectativas da elite dominante.

Desta maneira, podemos perceber que apesar de todos os esforços ocorridos para transformar Minas Gerais em um estado moderno e civilizado, a conservação de conceitos e aspectos referentes às mulheres como, por exemplo: o papel feminino no lar (a mulher como cuidadora da casa, dos filhos, do marido), a valorização da beleza e da aparência feminina, a subordinação feminina, ainda continuavam vigentes naquela sociedade.

Assim, percebe-se que o jornal utilizado na pesquisa, serviu como guia de comportamento social e familiar, reforçando o papel idealizado e esperado da mulher na sociedade. Portanto, entende-se que a imprensa escrita contribuiu na construção do modelo feminino, na formulação de regras, normas e condutas para as mulheres viverem e se comportarem em sociedade.

FONTES

Jornal *Estado de Minas* - 1928 a 1932.

Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil - 1891

Anais do Congresso Constituinte de 1891.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Thaís Marcello de. "A 'Natureza Feminina': Considerações sobre a Idealização da Mulher como Cuidadora e Protetora do Lar." Anais do Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, 2018, p. 7.

ALVES, Branca Moreira. Ideologia & Feminismo. **A luta da Mulher pelo Voto no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1980, p.155-164.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. – 10. Ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p.62.

BARBOSA, Izabelle Lúcia de Oliveira. **Saindo da gaiola dourada : desquite, divórcio e relações de gênero no Recife de 1917 a 1937.** 2016, p.123. 161 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

BARBOSA, Tatiana Pimentel. **Identidade Sociedade-espaco: Transformação E Permanência na Avenida Afonso Pena.** 2022, p.87.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 9^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CAMPOS, Sandoval; LOBO, Amynthas. **Imprensa Mineira: Memória histórica – Edição comemorativa do centenário da independência (1822-1922).** Belo Horizonte: Typ. Oliveira, Costa & Comp., 1922, p.169.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo:Contexto/EDUSP, 1988, p.21.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Ferreira, Marieta de Moraes. In: ESTADO DE MINAS. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.**

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Ferreira, Marieta de Moraes. In: ESTADO DE MINAS. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.**

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações.** Lisboa, Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHRISTÓFARO, A. DA C. ABREU JUNIOR, L. DE M.. A relação entre estudantes e pobreza na Caixa do Estudante Pobre Edelweiss Barcellos da Universidade de Minas Gerais (1932-1935). **Educação em Revista**, v. 29, n. 4, p. 78, dez. 2013.

COSTA, Simone da Silva. "Feminismo e Igreja Católica: uma análise sobre a elaboração e práticas discursivas na Paraíba (1910-40)". Recife, 2015, p. 156. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco - PPGH- UFPE.

COSTA, Suely Gomes. **Um estimulante encontro com Michel de Certeau: o feminismo**

tático de Bertha Lutz. Cadernos Pagu, N° 27, Campinas: 2006, p. 02.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, nº 35, São Paulo: EDUC, dez, 2007, p. 256.

DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. In: **O inevitável trabalho feminino**. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997, p.517.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p.83.

DINIZ, Sávia Barros. **Mulheres na imprensa: representações femininas no Correio Oficial, Cidade de Goiás (1930-1936)**. 2013.

DUQUE, Raiane Rosi. **Urbanização e ferrovia: questões da forma urbana em Juiz de Fora de 1870 a 1929**. 2019. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019, p.54-60.

ELMIR, Cláudio Pereira. **As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica**. Cadernos de Estudos do PPG em História da UFRGS, Porto Alegre, n. 13, 1995, p.21.

FACCHINETTI, C.; CARVALHO, C. **Loucas ou modernas? Mulheres em revista (1920-1940)**. Cadernos Pagu, n. 57, p.7, 2019.

FEBVRE apud LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. 466.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucila A. N. (orgs.) **O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo oligárquico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018, p.7-40.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil (1880-1920)**. Petrópolis: Vozes, 1978, p.20-21.

FERREIRA, Marieta de Moraes. In: **ESTADO DE MINAS**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade saber**. 16.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p.108.

GARZONI, Lerice de Castro. **Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)**. 2012, p.24. 291f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.

GOMES, M. S. P. L. (s.d.). Brasiliiana Fotográfica. “Feministas, graças a Deus!” I – Elvira Komel (1906 – 1932), a feminista mineira que passou como um meteoro. <https://brasiliayanafotografica.bn.gov.br/?p=19943>. Acesso em: 27/03/2024.

GOODWIN JUNIOR, James William. **A luz do progresso em Juiz de Fora: o jornal Pharol nas décadas de 1870-1880.** Varia Historia, Belo Horizonte, n. 17, mar. 1997, p. 195-218.

HORA, K. O. da. Mulheres nas Páginas dos Jornais em Itabuna – BA (1986-1992). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 15, n. 29, p. 150–163, 2021. DOI: 10.30612/rehr.v15i29.8933.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos impérios: 1875-1914.** São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2005. p.279.

HOHLFELDT, Antonio. **A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930.** Dezembro de 2006, p.7.

KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932).** 2013. Porto Alegre. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2013, p.13.

KARAWEJCZYK, Mônica. **O voto da costela : o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934).** 2008. 292 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p.63-70.

Karawejczyk, M., & Maia, T. V. (2016). A Igreja Católica e o Voto feminino no Brasil – uma questão de poder e influência. **COISAS DO GÊNERO: REVISTA DE ESTUDOS FEMINISTAS EM TEOLOGIA E RELIGIÃO**, 2(1), 90–104.

LAPUENTE, Rafael. A imprensa como fonte: Apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Revista de História Bilros. História(s), Sociedade(s) e Cultura(s).** Fortaleza, v. 4, n.6, p.21, jan. – jun. 2016. Seção Artigos.

LEÃO, Múcio. Autores e livros. Suplemento literário de A manhã. **Augusto de Lima.** Ano IV. Vol. VII, 01/10/1944.

LEITE, Miriam Moreira. **Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura.** São Paulo.

LE GOFF, Jacques (org). **A História Nova.** 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.76.

LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. Sufrágio universal, mas - só para homens: o voto feminino no Brasil. **Revista de Sociologia e Política,** Curitiba, v. 27, n. 70, p. 1-22, 2019. DOI: 10.1590/1678-987319277003.

LINHARES, Joaquim Nabuco de. Imprensa em Belo Horizonte. In: **Revista do Arquivo Públíco Mineiro**, ano VIII, 1903, p. 585-614.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKI, Carla

Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 116.

LUCA, Tania Regina. **A grande imprensa na primeira metade do século XX**. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p.5.

LYS, Edmundo. **A imprensa em Juiz de Fora**. In: CAMPOS, Sandoval; LOBO, Amyrthas. *Imprensa mineira: memória histórica*. Belo Horizonte: Typ.Oliveira, Costa & Comp, 1922, p.64.

MACHADO, Abílio. **História da imprensa mineira**. *O Jornal* (edição especial), Rio de Janeiro, 22 dez. 1929, p.40.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa**. Rio de Janeiro: Revan, 1998, p.60-63.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **"Qual feminismo? Reflexões sobre o feminismo conservador e a escrita militante de Amélia Rodrigues (1861-1926)"**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 95-116, maio/ago. 2020.

MATOS, Júlia Silveira. **Caminhos entrecruzados: liberdade e democracia em Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand**. Historiae, Rio Grande, v. 1, n. 3, p. 75, 2010.

MENDES, Jairo Faria. **Memória dos Jornais Mineiros do Século XIX: Revisão crítica das fontes historiográficas**. III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Novo Hamburgo, RS, 2005, p.112.

MENDES, Jairo Faria. **O nascimento e a consolidação da imprensa informativa em Minas Gerais**. Dito Efeito, v. 7, n. 11, 2016, p.9.

MENDES, Jairo Faria. **O silêncio das Gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2007, p.32.

MIRANDA, Jussara Valéria de. **Recuso-me ! Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura**. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006, p.15-16.

MOURÃO, L. M. V. **O Uso do Jornal O Povo como fonte de pesquisa em sala de aula**. Educare (Fortaleza) v. 1, p. 57-66, 2013.

MUSSE, Christina Ferraz. **A trajetória do Diário Mercantil: alter ego da cidade de Juiz de Fora**. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008, Natal, RN. Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal, RN, 2 a 6 de setembro de 2008. Página 3.

MOTTA, Scolforo, J. O voto feminino e a conquista de direitos na imprensa capixaba. **Revista Do Arquivo Público Do Estado Do Espírito Santo**, 2021.

MUZART, Z. L. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, p. 225–233, jan. 2003.

NASCIMENTO, Kelly Cristina. **Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932.** 2006, p.131. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte.

NETO, Casimiro. **A Construção da Democracia. Coordenação de Publicações.** Brasília. 2003.

O GLOBO. **Dario de Almeida Magalhães (1908-2007): Um incansável defensor das causas cívicas.** Ano 11, Nº 425, p. 15.

OLIVEIRA, Almir de. **A imprensa em Juiz de Fora.** Juiz de Fora: s.e., 1981, p.17.

OLIVEIRA, Paulino. A imprensa em Juiz de Fora antes de 1930. **Revista do IHG de JF,** Juiz de Fora, ano 2, n.2,1966,p.24.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930).** Historiae.Rio Grande, 2011, p. 141.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: Edusc, 2005, p. 34.

PERROT, Michele. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História.** Vol.9 N. 18. Pág. 01. Ago/Set 1989.

PINSKY, Jaime; Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania.** São Paulo: Contexto, 2003. p. 8.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p.16.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2001, p.92.

RABELO, Ana Maria Prestes. **1922-2022: cem anos do sufragismo feminino no Brasil.** In: Princípios, nº 163, jan./abr. 2022, p. 111.

RIZZOTTO Carla Candida. Constituição histórica do poder na mídia no Brasil: o surgimento do quarto poder. **Rev. Estudo. Comum.** Curitiba, v. 13, n. 31, maio/ago. 2012, p. 111-120.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. Tendências do jornalismo. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS,Revista Estudos Feministas. Vol 5 n. 1/97: IFCS/UFRJ, 1997, p.67.

SCHUMAHER, Schuma & Brasil, Érico Vital. (org.) **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, pp.196-197.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Recife, SOS corpo, 1990.

SILVA, Larissa Almeida Custódio da. **Feminismos de primeira onda no Ceará: paradoxos e possibilidades a partir das disputas pelo voto feminino na imprensa (1900-1933).** 2019.

153f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2019.

SILVA, Marcelo Melo da. **Votar é preciso : os movimentos feministas em Recife e a construção do eleitorado feminino (1931-1934)**. 2016. 123 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016, p.27.

SILVA, Wilton C. L. **A Construção Biográfica de Clóvis Beviláqua: memórias de admiração e de estigmas**. São Paulo: Alameda, 2016, p. 143.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 275-276.

SOSA, Derocina Alves Campos. **A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da 1998**, p.50.

SOIHET, R. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: **Forense Universitária**, 1989, p.15.

SOIHET, Rachel. **A História das Mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia**. Revista Gênero. Niterói, vol. 2, n. 1, 2001, p 7-30.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação** N.15.ANPED. Campinas, 2000.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p.103.

SOUTO, B. F. **As mulheres e suas tramas impressas: Um repensar historiográfico das produções sobre a sociedade carioca e portenha dos anos iniciais da segunda metade do século XIX**. Estudos Ibero-Americanos, [S. l.], v. 47, n. 1, p. e38157, 2021. DOI: 10.15448/1980-864X.2021.1.38157.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 32.

TEIXEIRA, Nincia Ribas Borges. Entre o público e o privado: Imprensa e representação Feminina. **Revista Encuentros**, Universidad. Autónoma del Caribe, 12 (2), pp. 79-92.

VIANNA, Claudia Pereira. **A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente**. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180.

ZICMAN, Renée Barata. **História através da imprensa – algumas considerações metodológicas**. Projeto História, São Paulo, n. 4, 1985, p.90.

APÊNDICE

Índice das matérias selecionadas:

Matéria	Data	Página
<i>A propagandista do feminismo</i>	09/03/1928	2
<i>Vitórias do feminismo</i>	22/03/1928	4
<i>O voto feminino e os direitos da mulher</i>	22/04/1928	5
<i>Feminismo</i>	10/05/1928	3
<i>O voto feminino nos Estados Unidos</i>	10/05/1928	6
<i>As mulheres do Brasil podem votar: Um parecer de Clovis Bevilacqua</i>	19/05/1928	6
<i>Alistamento da primeira eleitora do estado de Minas Gerais</i>	16/09/1928	2
<i>O voto feminino</i>	23/08/1928	1
<i>Façamos a revolução antes que as mulheres a façam</i>	23/09/1928	3
<i>O feminismo em Minas</i>	05/10/1928	1
<i>Voto feminino em Uberabinha</i>	28/10/1928	3
<i>O voto das mulheres em Minas</i>	28/10/1928	3
<i>A primeira eleitora de Pintanguy</i>	09/11/1928	4
<i>A primeira eleitora de Cabo Verde</i>	14/11/1928	2
<i>O voto feminino em Minas</i>	29/11/1928	1
<i>O voto feminino em Guanhães</i>	01/01/1929	2
<i>Pela educação da mulher brasileira</i>	18/04/1929	1

<i>A propósito do sufrágio feminino</i>	02/10/1929	2
<i>A propósito do sufrágio feminino</i>	03/10/1929	3
<i>A propósito do sufrágio feminino</i>	04/10/1929	1
<i>A propósito do sufrágio feminino</i>	05/10/1929	1
<i>A propósito do sufrágio feminino</i>	06/10/1920	3
<i>A sociedade brasileira e a mulher - Equívoco lamentável</i>	14/11/1929	2
<i>Batalhão Feminino João Pessoa</i>	09/10/1930	2
<i>Batalhão Feminino João Pessoa</i>	16/10/1930	3
<i>Mulheres mineiras, uni-vos!</i>	18/10/1930	1
<i>Associação Feminina João Pessoa</i>	22/11/1930	1
<i>Ecos do Batalhão Feminino João Pessoa no Rio de Janeiro</i>	22/11/1930	1
<i>Igreja Católica e o voto feminino</i>	15/01/1931	2
<i>I Congresso Feminino Mineiro</i>	09/06/1931	3
<i>Entrevista com Margarida Praxedes Torres</i>	12/06/1931	2
<i>Entrevista com Isolina Becker de Segadas Vienna</i>	16/06/1931	1
<i>Entrevista com Clarice Alvarenga</i>	20/06/1931	3
<i>Abertura do I Congresso Feminino Mineiro</i>	23/06/1931	1
<i>I Congresso Feminino Mineiro</i>	24/06/1931	1
<i>Como a mulher mineira encara o actual movimento feminista</i>	07/12/1932	1
<i>Como a mulher mineira encara o actual movimento feminista</i>	17/12/1932	1
<i>Como a mulher mineira encara o actual movimento feminista</i>	20/12/1932	3